

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2015



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

Vitória, março de 2016

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Vitória, Abril de 2016

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Ordinárias Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e nº 147/2015; Portaria TCU nº 90/2014 e nº 321/2015.

Vitória, Abril de 2016

Reitoria do Ifes

Reitor
Denio Rebello Arantes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Lezi José Ferreira

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional
Ademar Manoel Stanger

Pró-Reitora de Ensino
Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro

Pró-Reitor de Extensão
Renato Tannure Rota

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação
Márcio Almeida Có

Diretores Gerais

Diretor-Geral do Campus de Alegre
Maria Valdete dos Santos Tannure

Diretor-Geral do Campus Aracruz
Hermes Vazzoler Junior

Diretor de Implantação do Campus Barra de São Francisco
Jean Rubyo de Oliveira Lopes

Diretor-Geral do Campus Cachoeiro de Itapemirim
Carlos Cezar de Oliveira Bettero

Diretor de Implantação do Campus Centro-Serrano
Adriana Piontkovsky Barcellos

Diretor-Geral do Campus Cariacica
Lodovico Ortlieb Faria

Diretor-Geral do Campus Colatina
Luiz Braz Galon

Diretor-Geral do Campus Guarapari
Ronaldo Neves Cruz

Diretor-Geral do Campus Ibatiba
Flávio Eymard da Rocha Pena

Diretor-Geral do Campus Itapina

Anderson Mathias Holtz

Diretor-Geral do Campus Linhares
Antônio de Freitas

Diretor de Implantação do Campus Montanha
André dos Santos Sampaio

Diretor-Geral do Campus Nova Venécia
Welliton de Resende Zani Carvalho

Diretor-Geral do Campus Piúma
Cláudia da Silva Ferreira

Diretor-Geral do Campus Santa Teresa
Moacyr Antonio Serafini

Diretor-Geral do Campus São Mateus
Mario Cezar dos Santos Junior

Diretor-Geral do Campus Serra
José Geraldo Orlandi

Diretor-Geral do Campus Vitória
Ricardo Paiva

Diretor-Geral do Campus Venda Nova
Aloísio Carnielli

Diretor-Geral do Campus Vila Velha
Denise Rocco de Sena

Consolidação dos dados

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Planejamento

Lista de Quadros

Quadro 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	10
Quadro 2: Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	11
Quadro 3: Macroprocessos finalísticos.....	35
Quadro 4: Macroprocessos de Apoio e Principais Processos Relacionados com Indicadores...36	
Quadro 5: Planejamento de ações do programa de comunicação Ifes.....	44
Quadro 6: Planejamento de ações do programa de observatório de egressos do Ifes.....	45
Quadro 7: Planejamento de ações do programa Ifes Cidadania.....	46
Quadro 8: Planejamento de ações do programa parcerias tecnológicas Ifes.....	47
Quadro 9: Planejamento de ações do programa normatização de procedimentos institucionais.	47
Quadro 10: Planejamento de ações do programa qualidade de vida.....	48
Quadro 11: Obras iniciadas em 2015 e em execução em 2015.....	49
Quadro 12: Planejamento de ações do programa adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi.....	50
Quadro 13: Atendimento dos projetos às regimentações norteadoras do Ifes.....	60
Quadro 14: Associação entre os projetos estruturantes aos objetivos estratégicos do Ifes.....	61
Quadro 15: Conjunto de indicadores de eficácia do Ifes.....	77
Quadro 16: Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	82
Quadro 17: Ação/Subtítulos - 01.....	84
Quadro 18: Ação/Subtítulos – 02.....	88
Quadro 19: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS.....	88
Quadro 20: Ações do Orçamento de Investimento.....	89
Quadro 21: Restos a Pagar Processados.....	90
Quadro 22: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	90
Quadro 23: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	91
Quadro 24: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	91
Quadro 25: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos..	91
Quadro 26: Despesas por modalidade de contratação.....	94
Quadro 27: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	94
Quadro 28: Concessão de suprimento de fundos.....	95
Quadro 29: Utilização de suprimento de fundos.....	96
Quadro 30: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005.....	99
Quadro 31: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	105
Quadro 32: Publicações mais acessadas.....	107
Quadro 33: Força de Trabalho da UPC.....	124
Quadro 34: Distribuição da Lotação Efetiva.....	124
Quadro 35: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	125
Quadro 36: Despesas do pessoal.....	126
Quadro 37: distribuição geográfica dos imóveis da União.....	138
Quadro 38: Obras em 2015.....	144
Quadro 39: Catálogo de Software/Serviços.....	150
Quadro 40: Capacitações do Pessoal de TI em 2015.....	151

Quadro 41: Pessoal de TI do Ifes em 2015.....	152
Quadro 42: Discriminação da Força de TI nos Campi e Reitoria.....	152
Quadro 43: Principais Projetos de TI do Ifes em 2015.....	154
Quadro 44: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	156
Quadro 45: recomendações emitidas pela CGU.....	157

Lista de figuras

Figura 1: Mapa estratégico do Ifes para o período 2014-2018.....	40
Figura 2: Divulgação parcial das respostas ao questionário (01/03/2016).....	46
Figura 3: Resultado da pesquisa de necessidades e interesses.....	48
Figura 4: Ciclo de vida de implantação do projeto SIG-Ifes.....	51
Figura 5: Estrutura analítica do projeto Salk.....	55
Figura 6: Instâncias de governança do planejamento estratégico.....	64
Figura 7: Modelo de gestão de projetos do EGPP.....	67
Figura 8: Macrofases de gerenciamento de projetos do EGPP-Ifes.....	67
Figura 9: Macrofase de elaboração de projetos.....	68
Figura 10: Fluxo de atividades do processo de iniciação de projetos.....	69
Figura 11: Fluxo de atividades do processo de planejamento de projetos.....	70
Figura 12: Fluxo de atividades do processo de execução de projetos.....	70
Figura 13: Fluxo de atividades do processo de monitoramento de projetos.....	71
Figura 14: Fluxo de atividades de controle do projeto.....	72
Figura 15: Fluxo de atividades de encerramento do projeto.....	73
Figura 16: Macrofases do gerenciamento de programas.....	74
Figura 17: Macrofase de monitoramento e controle de programas.....	75
Figura 18: Modelo do relatório de desempenho de projeto estratégico.....	76
Figura 19: Ficha de acompanhamento dos indicadores de eficácia.....	81
Figura 20: Receitas previstas e arrecadadas por natureza e grupo de receitas.....	93
Figura 1: Estrutura analítica do projeto Salk.....	130
Figura 21: Distribuição geográfica dos imóveis da União.....	130
Figura 22: despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.....	143
Figura 23: Imóveis locados de terceiros.....	143
Figura 24: Mapa estratégico do TI do Ifes.....	149
Figura 25: Declaração de bens e rendas.....	168
Figura 26: Atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria.....	169

Sumário

1 - APRESENTAÇÃO.....	9
1.1 - Introdução.....	9
2 - VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	11
2.1 - Finalidades e competências institucionais da unidade.....	11
2.2. - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou unidade	11
2.3 - Breve histórico.....	12
2.4 - Ambiente de atuação.....	13
2.5 - Oportunidades e ameaças.....	13
2.6 - Mapa estratégico do Ifes.....	14
2.7 - Objetivos estatutários.....	15
2.8 -Principais parceiros.....	16
2.9 - Organograma.....	17
2.10 - Macroprocessos finalísticos.....	35
3 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	37
3.1- Planejamento Organizacional.....	37
3.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	37
3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	43
3.1.3 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	56
3.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	63
3.3 - Desempenho orçamentário.....	81
3.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	81
3.3.2 - Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	82
3.3.3 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	90
3.3.4 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	90
3.3.5 - Restos a Pagar em exercícios anteriores.....	90
3.3.6 - Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	90
3.3.7 - Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.	92
3.3.8 - Informações sobre a realização das receitas.....	92
3.3.9 - Informações sobre a Execução das Despesas.....	93
3.3.10 - Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	95
3.4 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	99
3.4.1 - Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	99
3.5 - Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos.....	99
4 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA.....	100
4.1 - Descrição das estruturas de governança.....	100
4.2 - Atuação da unidade de auditoria interna.....	102
4.3 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	104
4.4 - Gestão de riscos e controles internos.....	104
5 - INFORMAÇÕES SOBRE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	107
5.1 - Canais de acesso do cidadão.....	107
5.2 - Carta de serviços ao cidadão.....	109
5.3 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.....	109

5.4 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	109
5.5 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.....	109
6 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	111
6.1 - Desempenho financeiro.....	111
6.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	111
6.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	111
6.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas.....	111
7 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	124
7.1 - Gestão de Pessoas.....	124
7.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade.....	124
7.1.2 - Demonstrativo de despesa com pessoal.....	126
7.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	128
7.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	131
7.1.5 - Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	136
7.2 - Gestão do patrimônio e frota de veículos.....	136
7.2.1 - Gestão da frota de veículos.....	136
7.2.3 - Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	137
7.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas...	139
7.2.5 - Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	143
7.2.5 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim.....	144
7.3 - Gestão da tecnologia da informação.....	145
7.4 - Gestão ambiental e sustentabilidade.....	155
7.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	155
8 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLES... 	156
8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	156
8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	156
8.1.2 - Tratamento de recomendações do órgão de controle interno.....	157
8.2 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário....	163
8.3 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	163
8.4 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	164
9 - ANEXOS.....	164
9.1 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	164
9.2 - Declaração do Contador.....	167
9.3 - Declaração de bens e rendas.....	168
9.4 - Declaração dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria.....	168

1 - APRESENTAÇÃO

1.1 - Introdução

O presente relatório tem como principais objetivos a prestação de contas anual realizada junto aos órgãos fiscalizadores e a apresentação de informações que contemplem a análise da gestão do Instituto e a sua atuação estratégica para o cumprimento das metas.

Neste relatório, estão contemplados os quadros obrigatórios instituídos pelo TCU, que têm como pontos fortes dados de ordem financeira, orçamentária, controle de pessoal, tecnologia da informação, mecanismos de controle interno e auditoria, sendo a organização dos conteúdos efetivada de acordo com as disposições das Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº 244/2011; Decisões Normativas TCU nº 146/2015 e nº 147/2015; Portaria TCU nº 90/2014 e nº 321/2015.

Destaca-se que neste relatório não há conteúdo a declarar sobre informações referentes a fatores intervenientes no desempenho orçamentário; obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento, informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos; políticas de destinação de veículos inservíveis; sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade. Além destes casos, não se aplica a unidade as informações sobre ações de publicidade e propaganda.

Desta forma, este relatório vem a ser uma peça fundamental à transparência das informações junto à sociedade, de modo que o entendimento das partes inseridas neste instrumento de avaliação tem como principal objetivo o alcance de todos os cidadãos.

Quadro 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO			
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Instituto Federal do Espírito Santo			
Denominação Abreviada: IFES			
Código SIORG: 100912	Código LOA: 26406	Código SIAFI: 158151	
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.838.653/000106	
Principal Atividade: Educação média técnica e profissional			Código CNAE: 8541-4/00
Telefones/Fax de contato:	(027) 3357-7500	(027) 3235-1741	
Endereço Eletrônico: gabinete@ifes.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifes.edu.br			
Endereço Postal: Av. Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – Cep.: 29.056-255 – Vitória – ES.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo	10.838.653/0001-06	158151	100912
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>Decreto nº 7566 de 23/09/1909 – Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices; Lei nº 378 de 13/01/1937 – Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices – Liceu Industrial de Vitória; Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 – Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias – Escola Técnica de Vitória; Portaria nº 239 de 03/09/1965 – Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo; Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 – Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências – publicada no DOU em 04/10/2004; Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências – publicada no DOU em 30/12/2008.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>Lei nº 3.552 de 16/02/1959 – Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial – reforma o ensino industrial elevando as Escolas Técnicas a Autarquias – publicada no DOU em 17/02/1959; Lei nº 4.759 de 20/08/1965 – Dispõe quanto a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais; Lei nº 8.948 de 08/12/1994 – Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências – publicada no DOU em 09/12/1994; Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino – publicado no DOU</p>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
158272	Campus Colatina		
158416	Campus Vitória		
158417	Campus Serra		
158418	Campus Cachoeiro		
158419	Campus Aracruz		
158420	Campus Linhares		

158421	Campus Cariacica
158422	Campus Nova Venécia
158423	Campus São Mateus
158424	Campus Itapina
158425	Campus Alegre
158426	Campus Santa Teresa
158427	Campus Vila Velha
158428	Campus Ibatiba
158429	Campus Venda Nova do Imigrante
158883	Campus Guarapari
158884	Campus Montanha
158892	Campus Piúma
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158151	26406
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo.

2 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 - Finalidades e competências institucionais da unidade

Mais do que um espaço de capacitação profissional, o Instituto Federal do Espírito Santo é um ambiente de aprendizagem e de desenvolvimento integral, assumindo como principal desafio a promoção de uma educação plena por meio da diversificação das atividades extracurriculares. Entendendo a educação como processo de transformação social, o Ifes dispõe de espaço de formação musical e de grupos teatrais; amplas áreas para a execução de modalidades esportivas, sediando importantes eventos na área; possibilita aos alunos a aproximação com o mercado de trabalho através de fabricação de produtos e da atuação em empresas juniores, por exemplo; além de criar oportunidades de pesquisa aplicada e sempre desenvolver atividades que focam a importância do respeito às diferenças e da garantia à educação para todos.

2.2. - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou unidade

Quadro 2: Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
Decreto nº 7566 de 23/09/1909 – Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices; Lei nº 378 de 13/01/1937 – Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices – Liceu Industrial de Vitória; Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 – Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias – Escola Técnica de Vitória; Portaria nº 239 de 03/09/1965 – Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo; Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 – Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências – publicada no DOU em 04/10/2004; Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os

158421	Campus Cariacica
158422	Campus Nova Venécia
158423	Campus São Mateus
158424	Campus Itapina
158425	Campus Alegre
158426	Campus Santa Teresa
158427	Campus Vila Velha
158428	Campus Ibatiba
158429	Campus Venda Nova do Imigrante
158883	Campus Guarapari
158884	Campus Montanha
158892	Campus Piúma
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158151	26406
Unidades Orçamentárias Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo.

2 - VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 - Finalidades e competências institucionais da unidade

Mais do que um espaço de capacitação profissional, o Instituto Federal do Espírito Santo é um ambiente de aprendizagem e de desenvolvimento integral, assumindo como principal desafio a promoção de uma educação plena por meio da diversificação das atividades extracurriculares. Entendendo a educação como processo de transformação social, o Ifes dispõe de espaço de formação musical e de grupos teatrais; amplas áreas para a execução de modalidades esportivas, sediando importantes eventos na área; possibilita aos alunos a aproximação com o mercado de trabalho através de fabricação de produtos e da atuação em empresas juniores, por exemplo; além de criar oportunidades de pesquisa aplicada e sempre desenvolver atividades que focam a importância do respeito às diferenças e da garantia à educação para todos.

2.2. - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou unidade

Quadro 2: Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
Decreto nº 7566 de 23/09/1909 – Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices; Lei nº 378 de 13/01/1937 – Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices – Liceu Industrial de Vitória; Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 – Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias – Escola Técnica de Vitória; Portaria nº 239 de 03/09/1965 – Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo; Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 – Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências – publicada no DOU em 04/10/2004; Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências – publicada no DOU em 30/12/2008.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Lei nº 3.552 de 16/02/1959 – Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial – reforma o ensino industrial elevando as Escolas Técnicas a Autarquias – publicada no DOU em 17/02/1959;

Lei nº 4.759 de 20/08/1965 – Dispõe quanto a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais;

Lei nº 8.948 de 08/12/1994 – Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências – publicada no DOU em 09/12/1994;

Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino – publicado no DOU

2.3 - Breve histórico

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes – é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação. A instituição possui como objetivos:

- Oferecer educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministrando, em nível de educação superior:
 - Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação

stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.4 - Ambiente de atuação

O projeto para elaboração do Planejamento Estratégico do Ifes trata da modernização da gestão do IFES, a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas. De forma mais específica, esperam-se os seguintes resultados com a implantação do Modelo de Gestão Estratégica:

- **Sistematização do processo decisório:** definição de um processo formal de tomada de decisões sobre objetivos, metas e projetos estratégicos da organização. A partir da construção e implantação do Modelo de Gestão Estratégica, pretende-se que a organização desenvolva e fortaleça as atividades de monitoramento, análise e avaliação da estratégia;
- **Maior capacidade de planejamento e alcance de resultados:** com a implantação do planejamento estratégico, pretende-se ampliar a geração de resultados da organização, que serão obtidos por meio dos projetos estratégicos e mensurados pelo painel de gestão (BSC);
- **Decisões baseadas na corporação como um todo:** desenvolver a capacidade da organização em gerir um portfólio de projetos baseado nos objetivos estratégicos e não nas necessidades setoriais de seus departamentos;
- **Melhor capacidade de planejamento e alocação de recursos:** fortalecer a gestão de projetos e processos como forma de alcance de resultados e orientação orçamentária;
- **Acesso mais rápido a informação de maior qualidade:** com a implantação do BSC serão disponibilizadas informações de forma tempestiva para a tomada de decisões na organização;
- **Aumento da eficácia e eficiência da organização:** a gestão por projetos e processos permite focalizar a entrega de produtos e a organização real e adequada dos recursos necessários para a sua execução;
- **Priorização mais realista do trabalho:** ter foco estratégico significa melhorar a capacidade de escolha e priorização dos temas que realmente impulsionam a organização para o alcance dos objetivos e resultados almejados.

2.5 - Oportunidades e ameaças

Ao final das atividades, foram identificadas as seguintes oportunidades e ameaças:

Oportunidades:

- Pesquisa – Acesso a artigos científicos pagos.
- Mercado – Crescimento econômico e industrial do estado; Grandes investimentos públicos e privados recebidos no estado; Parceria público privado para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão; Exigência do mercado de trabalho de um profissional mais qualificado.
- Imagem Institucional – Boa credibilidade e imagem institucional.
- Política pública – Foco governamental em educação; Royalties para a educação; Política de inovação; Abrangência territorial do SISU.

Ameaças:

- Mercado – Concorrências com instituições de ensino pública; Associação do sistema S com o governo estadual; Plano de cargos e salários com baixa atratividade; Pouca compreensão local das atividades do Ifes.
- Pesquisa – Modelo atual de gestão da CAPES e de outros órgãos de fomento que restringe o acesso aos institutos federais.
- Recursos e parcerias – Atraso da aprovação da LOA; Contingenciamento orçamentário.
- Políticas públicas – Descontinuidade das políticas públicas; Mudança da política econômica; Estagnação do plano de expansão da rede federal; Dependência de política partidária.

2.6 - Mapa estratégico do Ifes

Objetivos estratégicos:

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados para os próximos anos.

Foram elaborados 22 objetivos estratégicos para o Ifes, que de forma balanceada, estão distribuídos em três perspectivas do mapa estratégico, são eles:

- Profissionais empreendedores críticos, éticos e atuantes na sociedade;
- Soluções tecnológicas e inovadoras;
- Difusão de conhecimento, cultura e esporte;
- Formação de formadores;
- Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
- Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede;
- Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos *campi*
- Integrar ensino, pesquisa e extensão;
- Incentivar a pesquisa aplicada e extensão;
- Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais;
- Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade;
- Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações;
- Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão;
- Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores
- Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores;
- Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho;
- Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores;
- Atrair e manter profissionais competentes;
- Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão;
- Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica;
- Consolidar a estrutura física e de pessoal dos *campi*;
- Assegurar orçamento para a execução da estratégia;
- Aumentar a captação de recurso extraorçamentário e créditos complementares.

Perspectivas:

As perspectivas englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Elas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e facilmente compreensível. Para a construção do mapa estratégico do Ifes, foram elencadas as seguintes perspectivas:

- Resultados – focaliza os desafios para o público-alvo da organização, em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender as necessidades e expectativas do seu público;
- Processos internos – reúne os desafios internos que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência;
- Recursos humanos – concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham na organização, do ponto de vista quantitativo, qualitativo e de alocação;
- Estrutura e tecnologia – lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência;
- Orçamento – envolve os objetivos para garantir os recursos financeiros para a execução da estratégia.

Os *Pilares Estratégicos* são agrupamento de objetivos relacionados a um mesmo assunto ou com relações de causa e efeito muito fortes. São os eixos da estratégia, pois, em regra, contemplam uma série de objetivos com suas relações de causa e efeito, que formam uma hipótese estratégica. Em última instância, refletem a visão da alta administração sobre o que deve ser feito internamente para se alcançar a visão de futuro.

2.7 - Objetivos estatutários

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Instituto Federal do Espírito Santo tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os

diferentes setores da economia;

- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

2.8 -Principais parceiros

Apresentam-se, a seguir, algumas das parcerias com o público, a fim de promover a extensão junto a comunidade:

- Implementação do convênio com o TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – para o Programa de atualização técnica nas Prefeituras Municipais.
- Implementação do convênio com a PETROBRAS S/A para o PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.
- Implementação do convênio com o Yázigi Vitória para a concessão de desconto nas mensalidades dos alunos e servidores do Ifes;
- SEDU – Secretaria Estadual de Educação: cursos PRONATEC;
- TCE-ES – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – Programa de atualização técnica;
- SINTRACONST – ES – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – Implementação de cursos FIC – Formação Inicial Continuada;
- PETROBRAS S/A – Implementação do PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;
- SAMARCO Mineração-ES, Implementação de projetos ambientais e produção agropecuária;
- INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo – Implementação de projetos agropecuários;
- Sindicato dos Agricultores Familiares de São Roque do Canaã/ES – Implementação de projeto de formação em agroindustrialização;
- IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo –, implementação de projetos ambientais;
- Projeto Nacional Telessaúde Brasil Redes (<http://www.telessaudebrasil.org.br/>) – Objetivo (Portaria nº 2546 – 2011): Integrar as equipes de saúde da família das diversas regiões do país com os centros universitários de referência, para melhorar a qualidade dos serviços prestados em atenção primária, diminuindo o custo de saúde através da qualificação profissional, redução da quantidade de deslocamentos desnecessários de pacientes e por meio do aumento de atividades de prevenção de doenças. Parcerias: IFES, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo (Hospital Universitário);
- SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo: implementação de projetos de economia criativa;
- SINDUSCON/ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo:

- cursos FIC – Formação Inicial Continuada;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário: projetos agropecuários;
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: projetos de pesquisa e de extensão;
- Instituto Experimental de Cultura Terceira Margem (ONG): projetos de economia criativa;
- Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Caparaó do Estado do Espírito Santo (ONG): Implementação de projetos socioambientais e de economia criativa com as Prefeituras Municipais de Alegre-ES, Guaçuí-ES, Muniz Freire-ES, Jerônimo Monteiro-ES, São José do Calçado-ES, Dorés do Rio Preto-ES, Divino de São Lourenço-ES, Iúna-ES, Irupi-ES, Ibitirama-ES, Ibatiba-ES;
- FINEP – Inovação e Pesquisa (MDIC): projetos de infraestrutura de pesquisa e de inovação tecnológica.

2.9 - Organograma

1. Conselho Superior

1.1 Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

1.1.1 Câmaras

1.1.2 Fóruns

1.2 Comissão Própria de Avaliação

2. Reitoria

2.1 Gabinete

2.1.1 Chefe de Gabinete

2.1.2 Diretoria Executiva

2.1.3 Secretaria

2.2 Assessorias

2.2.1 Assessoria de Comunicação Social

2.2.1.1 Fórum de Comunicação Social

2.2.2 Assessoria Processual

2.2.3 Assessoria Técnica

2.3 Pró-reitorias

2.3.1 Pró-reitoria de Ensino

2.3.1.1 Diretoria de Ensino Técnico

2.3.1.2 Diretoria de Graduação

2.3.1.3 Diretoria de Educação à Distância

2.3.2 Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

2.3.2.1 Diretoria de Pesquisa

2.3.2.1.1 Comitê de Ética em Pesquisa

2.3.2.1.2 Comitê de Ética no uso de Animais

2.3.2.2 Diretoria de Pós-graduação

2.3.3 Pró-reitoria de Extensão

2.3.3.1 Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária

2.3.3.2 Diretoria de Extensão Tecnológica

2.3.3.2.1 Agência de Inovação do Ifes

2.3.4 Pró-reitoria de Administração e Orçamento

2.3.4.1 Diretoria de Administração e Orçamento

2.3.5 Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

2.3.5.1 Diretoria de Planejamento

2.3.5.2 Diretoria de Gestão de Pessoas

- 2.3.5.2.1 Comissão Interna de Supervisão
- 2.3.5.3 Diretoria de Tecnologia da Informação
- 2.3.5.3.1 Comitê de Tecnologia da Informação

- 2.4 Auditoria Interna
- 2.5 Procuradoria Jurídica
- 2.6 Órgãos Assessores
 - 2.6.1 Conselho Comunitário
 - 2.6.2 Ouvidoria
 - 2.6.3 Comissão de Ética
 - 2.6.4 Fóruns
- 2.7 Colégio de Dirigentes
 - 2.7.1 Câmaras
 - 2.7.2 Fóruns

3. *Campi*

3.1 Conselho de Gestão do *Campus*

Conselho Superior

O Conselho Superior (CS), órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio. Poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou de responsabilidade do Instituto.

As matérias a serem apreciadas pelo Conselho Superior poderão ser encaminhadas pelos Órgãos Normativos e Consultivos, com exceção daquelas que, com previsão legal, estatutária, regimental ou de interesse geral da Instituição, por decisão do Presidente, devam ser apreciadas diretamente pelo Conselho Superior.

Colégio De Dirigentes

De caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal do Espírito Santo, com sua competência e atribuições dispostas no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

É um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Regimento Geral e em Regimento próprio.

Conselho de Gestão do *Campus*

Presidido pelo Diretor-Geral do *campus*, é órgão consultivo da Direção-Geral e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada *campus*.

Reitoria

Dirigida pelo Reitor, é o órgão executivo da administração que planeja, coordena,

supervisiona e controla todas as atividades do Instituto.

A Reitoria compreende:

- I. Reitor;
- II. Gabinete da Reitoria;
- III. Assessorias;
- IV. Pró-Reitorias;
- V. Diretorias Sistêmicas;
- VI. Diretorias Gerais dos *campi*.

Reitor

É o representante legal do Instituto em todos os atos e feitos judiciais ou extrajudiciais e tem como competências:

- I. administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição, bem como representá-la;
- II. convocar e presidir o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes;
- III. aprovar, *ad referendum* do Conselho Superior, os casos excepcionais;
- IV. submeter ao Conselho Superior o Plano Estratégico Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- V. apresentar anualmente à apreciação do Conselho Superior o planejamento e a proposta orçamentária;
- VI. encaminhar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Instituto ao Conselho Superior, nos prazos definidos pelos órgãos de controle, após análise e parecer do Colégio de Dirigentes;
- VII. nomear, empossar, exonerar, conceder aposentadoria e pensão e praticar demais atos relacionados à vida funcional dos servidores;
- VIII. promover o desenvolvimento dos servidores;
- IX. prover os cargos de direção e funções do pessoal do Instituto;
- X. empossar os Diretores Gerais dos *campi*;
- XI. expedir editais, resoluções, portarias e atos normativos, bem como delegar responsabilidades, constituir comissões e exercer o poder de disciplina no âmbito do Ifes;
- XII. firmar acordos, convênios, contratos e ajustes;
- XIII. presidir os atos de colação de grau, podendo delegar tal atribuição ao Diretor-Geral do *campus* ou aos Pró-Reitores de Ensino e de Pesquisa e Pós-Graduação;
- XIV. presidir a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios conferidos pelo Conselho Superior;
- XV. exercer as atribuições que emanem da lei, do Estatuto do Ifes e deste Regimento Geral;
- XVI. exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Reitor.

Gabinete do Reitor

Tem por finalidade prestar assistência técnico-administrativa à Reitoria e contará com uma Diretoria Executiva e uma Chefia de Gabinete, além de um órgão de apoio imediato, de uma Secretaria.

Compete à Diretoria Executiva:

- I. orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas da Reitoria;
- II. exercer a supervisão das atividades dos órgãos integrantes da estrutura da Reitoria;

- III. responder, em articulação com o Gabinete e demais órgãos da Reitoria, pela administração da Reitoria;
- IV. prestar suporte à Reitoria nos assuntos relacionados às atividades administrativas do Instituto;
- V. realizar outras atividades correlatas.

Compete à Chefia de Gabinete:

- I. assistir a Reitoria em suas representações política e social;
- II. coordenar as atividades administrativas do Gabinete, delegando atribuições e tarefas aos demais servidores lotados no Gabinete;
- III. controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do Gabinete;
- IV. coordenar o fluxo de informações entre o Gabinete e os *campi*;
- V. proceder ao exame prévio dos processos e demais documentos a serem submetidos à consideração do Reitor;
- VI. controlar a agenda diária do Reitor;
- VII. subsidiar, quando necessário, a Assessoria de Comunicação Social informando-a sobre a agenda do Reitor;
- VIII. elaborar, quando possível, calendário de viagens obrigatórias do Reitor; IX. solicitar da Secretaria providências para as reservas de passagens, diárias, estada, transporte e material a ser levado para viagens;
- X. coordenar o relacionamento entre o Gabinete do Reitor e os demais órgãos da Administração do Ifes;
- XI. coordenar o relacionamento entre o Gabinete do Reitor e os órgãos de representação sindical e estudantil no âmbito do Ifes;
- XII. desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pelo Reitor.

Compete à Secretaria de Gabinete:

- I. receber a correspondência destinada à Reitoria, controlar a sua guarda e distribuição;
- II. revisar, encaminhar e controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do Gabinete;
- III. organizar e providenciar o material de apoio às reuniões de interesse do Gabinete da Reitoria;
- IV. revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Gabinete da Reitoria para publicação;
- V. encaminhar requisição de diárias e passagens de interesse do Gabinete;
- VI. desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pelo Reitor e/ou Chefe de Gabinete.

Assessorias

Compete à Assessoria de Comunicação Social:

- I. promover a permanente divulgação das ações institucionais por meio das variadas formas de mídia, visando à consolidação da imagem institucional perante a sociedade e o mundo do trabalho;
- II. planejar, elaborar e implantar, em articulação com as Pró-Reitorias e as Diretorias Gerais, as políticas de comunicação da Instituição;
- III. atuar juntamente com a imprensa e atendê-la no que diz respeito, respectivamente, às articulações para divulgação de ações/atividades e às demandas dos profissionais da mídia no âmbito da Reitoria;
- IV. acompanhar e analisar matérias, notas e reportagens referentes à Instituição;
- V. identificar e definir públicos-alvo para a comunicação interna e externa;

- VI. desenvolver projetos de comunicação em diferentes mídias;
- VII. articular-se com a Assessoria de Comunicação do MEC/SETEC, buscando espaços de divulgação institucional nos veículos desses órgãos e orientações acerca da política de comunicação do Governo Federal;
- VIII. elaborar informativos sobre os temas internos do Ifes;
- IX. responsabilizar-se pela comunicação e divulgação de eventos internos, com vistas à manutenção de um bom nível de informação entre os vários segmentos da Instituição;
- X. gerenciar contratos de serviços terceirizados necessários ao desenvolvimento das ações de comunicação institucional;
- XI. orientar as ações de comunicação dos *campi*;
- XII. promover reuniões de integração das equipes de comunicação dos *campi*, bem como propor treinamentos e capacitações na área para os técnicos em comunicação e gestores;
- XIII. buscar a padronização de procedimentos e serviços, no âmbito institucional, com vistas a imprimir qualidade e nivelamento das ações de comunicação;
- XIV. propor padrões e uniformizar os sítios dos *campi* e órgãos, em conformidade com orientações do MEC;
- XV. coordenar a manutenção e atualização do sítio oficial, propor diretrizes para criação e manutenção dos sítios dos *campi* e órgãos;
- XVI. produzir textos e atender às necessidades de criação de materiais institucionais (panfletos, cartazes, cartões, cartilhas, manuais, convites, crachás, blocos, pastas, cadernos, calendários, agenda, bandeira etc.);
- XVII. avaliar e gerenciar conteúdos (textos, áudio e imagens) remetidos pelos representantes dos *campi* para divulgação nos veículos de comunicação institucional, visando ao melhor aproveitamento do material e à repercussão deste entre os públicos;
- XVIII. dar suporte aos *campi* e outras unidades em fase de implantação que não disponham de profissional de comunicação;
- XIX. participar dos fóruns de comunicação;
- XX. responsabilizar-se pelo cerimonial e pelos eventos da Reitoria.

Compete à Assessoria Processual:

- I. pesquisar e reunir informações necessárias à elaboração de respostas às solicitações originárias de órgãos externos;
- II. encaminhar aos setores responsáveis os assuntos apontados em relatórios de auditoria, bem como acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle externo;
- III. zelar pelo cumprimento de prazos de respostas às solicitações originárias de órgãos externos;
- IV. realizar outras atividades afins e correlatas a estas, atribuídas pelo Reitor.

Compete à Assessoria Técnica:

- I. assistir direta e imediatamente o Reitor no desempenho de suas atribuições e realizar estudos e contatos que por ele sejam determinados em assuntos vinculados às suas competências;
- II. auxiliar o Reitor na direção, orientação, coordenação e controle dos trabalhos desenvolvidos no Instituto, bem como na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;
- III. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- IV. assistir o Reitor, em articulação com a Chefia de Gabinete, na preparação de material de informação e de apoio, de encontros e audiências com autoridades e personalidades nacionais e estrangeiras;
- V. realizar outras atividades afins e correlatas a estas, atribuídas pelo Reitor.

Pró-Reitorias

São órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam, acompanham e avaliam as atividades referentes às dimensões de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão, Administração, Orçamento e Desenvolvimento Institucional.

Pró-Reitoria de Ensino:

É responsável pelas atividades e políticas do ensino de Graduação e da Educação Profissional de Nível Técnico.

A Pró-Reitoria de Ensino compreende:

- I. Diretoria de Graduação;
- II. Diretoria de Ensino Técnico;
- III. Diretoria de Educação a Distância.

Compete à Pró-Reitoria de Ensino:

- I. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas ao ensino de Graduação e da Educação Profissional de Nível Técnico para os cursos presenciais e a distância do Ifes;
- II. executar as políticas e diretrizes definidas pelo Cepe;
- III. definir as políticas disciplinares e de assistência aos estudantes;
- IV. definir as políticas inerentes à emissão e ao registro de diplomas e certificados no âmbito de sua atuação;
- V. supervisionar, orientar e avaliar as atividades de ensino;
- VI. analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Graduação e da Educação Profissional, com proposição e reformulação de normas e procedimentos;
- VII. zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos relacionados aos cursos de Graduação e da Educação Profissional;
- VIII. coordenar a abertura e a adequação dos cursos ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional;
- IX. propor a abertura, a reformulação e a extinção de cursos, bem como a modificação do número de vagas ofertadas e do turno;
- X. orientar e acompanhar as ações nos órgãos governamentais relativas ao ensino de Graduação e à Educação Profissional;
- XI. coordenar a definição dos critérios dos processos seletivos para admissão aos cursos de Graduação e da Educação Profissional;
- XII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- XIII. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- XIV. acompanhar os processos judiciais relacionados ao ensino de Graduação e da Educação Profissional;
- XV. propor e auxiliar a implantação de políticas, programas e projetos de inclusão, acesso e permanência de estudantes no Ifes;
- XVI. supervisionar as atividades dos docentes;
- XVII. estabelecer os horários das atividades acadêmicas e o tempo de duração das aulas, bem como propor o Calendário Acadêmico;
- XVIII. propor normas de funcionamento e composição dos Colegiados de Curso;
- XIX. contribuir para articular o Ensino com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;

XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Graduação:

- I. assessorar a Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas e na aplicação das diretrizes e regulamentos de ensino propondo suas atualizações;
- II. contribuir para articular o Ensino de Graduação com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;
- III. fornecer orientação e apoio aos *campi* na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de autorização, reconhecimento, reformulação, renovação de reconhecimento e extinção dos cursos e demais demandas, no âmbito dos cursos de Graduação;
- IV. manter, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, nos órgãos governamentais e de classe, os credenciamentos e as informações dos cursos de Graduação atualizados;
- V. acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas no âmbito dos cursos de Graduação resultantes de acordos com órgãos governamentais;
- VI. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de Graduação;
- VII. propor normas e editais decorrentes das atividades de ensino;
- VIII. organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;
- IX. propor a padronização dos procedimentos relacionados à gestão acadêmica em parceria com outras diretorias;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Ensino Técnico:

- I. assessorar a Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas e na aplicação das diretrizes e regulamentos de ensino, propondo suas atualizações;
- II. contribuir para articular a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com o Ensino de Graduação, bem como com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;
- III. fornecer orientação e apoio aos *campi* na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de autorização, avaliação, reformulação e extinção de cursos e demais demandas, no âmbito dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- IV. manter, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, nos órgãos governamentais e de classe os credenciamentos e as informações dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- V. acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas, no âmbito dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, resultantes de acordos com órgãos governamentais;
- VI. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- VII. propor normas e editais decorrentes das atividades de ensino;
- VIII. organizar as informações, visando à divulgação interna e externa dos cursos, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;
- IX. propor a padronização dos procedimentos relacionados à gestão acadêmica em parceria com outras diretorias;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Educação a Distância:

- I. propor, discutir e desenvolver as políticas para a modalidade de Educação a Distância;
- II. normatizar, supervisionar e acompanhar os processos de ensino relativos à modalidade em todos os níveis educacionais em parceria com as demais Pró-Reitorias;
- III. apoiar os processos de criação, reestruturação, extinção, cadastramento e reconhecimento de cursos na modalidade a distância;
- IV. incentivar a realização de eventos científicos relacionados à modalidade;
- V. apoiar a formação continuada do pessoal docente e técnico-administrativo relacionado à modalidade de educação a distância;
- VI. apoiar ações de cooperação com instituições locais e estrangeiras com o objetivo de desenvolver a educação a distância por meio de parcerias;
- VII. supervisionar e prestar contas de recursos financeiros oriundos de programas específicos quando utilizados nos cursos ou projetos de Educação a Distância;
- VIII. incentivar o uso das metodologias de EAD na oferta de componentes curriculares na modalidade presencial e de novas tecnologias nas atividades de Pesquisa, Extensão e de Apoio ao Ensino;
- IX. contribuir na consolidação da cultura da modalidade EAD no Ifes;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

É responsável pelas atividades e políticas de Pesquisa e de Ensino de Pós-Graduação. Compreende:

- I. Diretoria de Pesquisa;
- II. Diretoria de Pós-Graduação;
- III. Comitê de Ética em Pesquisa;
- IV. Comitê de Ética no Uso de Animais.

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:

- I. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas ao ensino de Pós- Graduação para os cursos presenciais e a distância do Ifes em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino;
- II. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico desenvolvidas no âmbito do Ifes;
- III. contribuir para articular a Pesquisa com o Ensino de Graduação e o Ensino Técnico de Nível Médio, bem como com a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;
- IV. executar as políticas e diretrizes definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e pelo Conselho Superior;
- V. implementar Programas de Bolsas de Capacitação em nível de Pós-Graduação;
- VI. colaborar com os planos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente;
- VII. implementar planos de concessão de bolsas de Pesquisa e de Pós-Graduação aos servidores do Instituto, para operacionalização pela Pró-Reitoria de Administração e Orçamento;
- VIII. analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Pós-Graduação e das atividades de Pesquisa com proposição e reformulação de normas e procedimentos;
- IX. zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas relacionados aos cursos e programas de Pós-Graduação e das atividades de Pesquisa;
- X. zelar pelo cumprimento de prazos, pela qualidade e regularidade na alimentação dos dados solicitados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

- XI. coordenar a abertura, a desativação e a adequação dos projetos dos cursos de Pós-Graduação e programas de Pesquisa ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional;
- XII. promover interlocução com os órgãos governamentais relacionados ao ensino de Pós-Graduação e às atividades de Pesquisa;
- XIII. orientar e acompanhar as ações nos órgãos governamentais relativas ao ensino de Pós-Graduação e aos programas de Pesquisa;
- XIV. coordenar a definição dos critérios dos processos seletivos para admissão nos cursos e programas de Pós-Graduação e nas atividades de Pesquisa;
- XV. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros e à administração de seu patrimônio;
- XVI. propor o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação, ouvidas as demais Pró-Reitorias;
- XVII. orientar as atividades acadêmicas de Pós-Graduação;
- XVIII. propor e analisar a proposta de convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino de Pós-Graduação, bem como outros convênios propostos relacionados às atividades de Pesquisa;
- XIX. representar o Instituto nos organismos de fomento, sendo responsável pela certificação de grupos de Pesquisa;
- XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Pesquisa:

- I. coordenar a elaboração de projetos institucionais referentes às atividades de Pesquisa;
- II. supervisionar a definição das linhas de Pesquisa do Instituto;
- III. indicar coordenadores e supervisionar os Programas Institucionais de Difusão Científica, de Formação, Consolidação e Apoio a Grupos de Pesquisa e de Intercâmbio em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de quaisquer outros programas institucionais que sejam criados posteriormente.
- IV. fornecer orientação e apoio aos *campi* na execução dos regulamentos e normas, no âmbito das atividades de Pesquisa;
- V. estimular e orientar a criação e definir critérios de certificação institucional de grupos de Pesquisa na Instituição;
- VI. coordenar a abertura, a atualização e a desativação dos grupos de Pesquisa;
- VII. coordenar os programas de bolsas institucionais relacionadas à Pesquisa;
- VIII. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados às atividades de Pesquisa;
- IX. organizar as informações visando à divulgação interna e externa das atividades de Pesquisa;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Pós-Graduação:

- I. assessorar, planejar, acompanhar e avaliar os resultados de ações envolvendo cursos e programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* no Instituto;
- II. prestar apoio e orientação aos *campi* no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos e programas de Pós-Graduação;
- III. assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e na atualização das diretrizes e dos regulamentos dos cursos e programas de Pós-Graduação;
- IV. articular o Ensino de Pós-Graduação e a Pesquisa;
- V. incentivar a participação de servidores e estudantes em encontros, congressos e seminários, dentro da previsão orçamentária específica, contribuindo para o processo permanente de

desenvolvimento dos servidores;

VI. articular submissão de cursos *stricto sensu* à Capes;

VII. manter atualizadas as informações dos programas e bolsas de Pós-Graduação dos servidores do Ifes na Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas para responder às solicitações de informações de órgãos governamentais;

VIII. acompanhar a elaboração de certificados, encaminhando-os, após assinatura, às Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão para os procedimentos finais;

IX. organizar as informações, visando à divulgação interna e externa dos cursos de Pós-Graduação em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete ao Comitê de Ética em Pesquisa revisar todos os protocolos de Pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da Pesquisa a ser desenvolvida no Ifes, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes das referidas pesquisas.

Compete ao Comitê de Ética no Uso de Animais revisar todos os protocolos de Pesquisa envolvendo animais, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da Pesquisa a ser desenvolvida com o uso de animais no Ifes, de modo a garantir a sua isenção de atos de crueldade.

Pró-Reitoria de Extensão

É responsável pelas atividades e políticas de extensão, articuladas ao Ensino e à Pesquisa, bem como por promover a interação entre a Instituição, os entes de governos (federal, estaduais e municipais), os setores econômicos, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral. Compreende:

I. Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária;

II. Diretoria de Extensão Tecnológica;

III. Agência de Inovação do Ifes;

IV. Comitês de caráter gestor, assessor e deliberativo quanto a questões operacionais, conforme as matérias a serem apreciadas.

Compete à Pró-Reitoria de Extensão:

I. incentivar práticas educativas que contribuam para o desenvolvimento do protagonismo estudantil e das potencialidades dos alunos com relação à consciência social, econômica, ambiental e política, tornando-os corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade;

II. contribuir nas definições do Plano Estratégico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional do Ifes, propondo mecanismos de articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias, viabilizando uma relação transformadora entre o Ifes e a sociedade;

III. propor a regulamentação das atividades de Extensão no Ifes a partir da análise das legislações aplicáveis, das políticas públicas, das diretrizes nacionais e dos planos e projetos institucionais;

IV. implementar as políticas e diretrizes de Extensão definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e pelo Conselho Superior do Ifes, zelando pelo cumprimento dos regulamentos, das normas e dos critérios estabelecidos para as atividades;

V. organizar e manter comitês por áreas temáticas na Pró-Reitoria, suas diretorias e órgãos executivos complementares, para gerir, assessorar e deliberar sobre questões operacionais de

programas e projetos;

VI. implementar, no Ifes, programas institucionais de bolsas de extensão e de coordenação de programas e projetos de fomento, de intercâmbio e de divulgação de atividades de Extensão;

VII. representar e gerir a interlocução do Ifes com órgãos governamentais, agências de fomento, empresas e entidades da sociedade civil organizada para o planejamento, o desenvolvimento e o acompanhamento de relações de intercâmbio e de parcerias em programas e projetos por meio de acordos de cooperação, em âmbitos regionais, nacionais e internacionais;

VIII. propor e analisar propostas de protocolos de intenções, acordos de cooperação, convênios e contratos com entidades que contribuam no desenvolvimento das atividades de Extensão do Ifes;

IX. cadastrar e certificar servidores e equipes de extensão do Ifes, caracterizando áreas, perfis e competências com potencial para o desenvolvimento de projetos institucionais e em cooperação;

X. organizar o cadastro, a orientação, a coordenação e a avaliação das atividades acadêmicas de Extensão desenvolvidas nos *campi* do Ifes a partir das demandas geradas por todos os setores da sociedade;

XI. desenvolver mecanismos de apoio, acompanhamento e controle dos programas e projetos de Extensão, tendo como diretrizes o respeito às características regionais, a relevância dos resultados e o desenvolvimento de ações de integração escola-empresa-comunidade a partir dos *campi*;

XII. zelar pelo cumprimento de prazos na alimentação dos dados solicitados pela Reitoria, pelo Ministério da Educação e por outros ministérios e órgãos do governo relacionados às atividades de Extensão, com qualidade e regularidade;

XIII. contribuir para a elaboração da Política de Estágio do Ifes em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e com os *campi*, bem como para a captação de campos de estágio a partir da prospecção de perfis profissionais demandados pela sociedade;

XIV. desenvolver, em conjunto com os *campi*, mecanismos de acompanhamento dos egressos do Ifes e de monitoramento quanto ao ajustamento dos seus perfis profissionais às demandas da sociedade;

XV. acompanhar e organizar, em conjunto com os *campi*, ofertas de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores, formação complementar por meio de cursos de extensão, visitas técnicas, estágios, assessoria a entidades estudantis, consultorias e serviços tecnológicos e ambientes de apoio ao empreendedorismo e à inovação;

XVI. incentivar o desenvolvimento de programações educativas, científicas, tecnológicas, artístico-culturais, sociais e desportivas envolvendo os *campi* do Ifes, com recursos próprios e por meio de apoio à elaboração e à submissão de projetos em editais de órgãos de fomento para o desenvolvimento de ações de Extensão;

XVII. expedir e registrar certificados das atividades de Extensão bem como de outras atividades correlatas realizadas nos âmbitos do Ensino e da Pesquisa;

XVIII. planejar e controlar as ações da Pró-Reitoria, de suas diretorias e órgãos complementares visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros;

XIX. administrar o patrimônio da Pró-Reitoria;

XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária:

I. incentivar, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de relações institucionais, empresariais e comunitárias do Ifes, mantendo supervisão sobre as atividades e áreas temáticas dos *campi* e cadastro atualizado de parceiros;

II. incentivar, apoiar, acompanhar e avaliar as atividades e ações de extensão comunitária do Ifes, oferecendo programas, manuais com modelos de projetos de extensão, de organização de eventos e de cursos de extensão, bem como serviços editoriais de editora institucional, focada em publicações

- com caráter de divulgação e de repercussão da produção técnico-científica dos *campi*;
- III. orientar e proceder ao encaminhamento necessário para elaboração e formalização de convênios, termos de acordo, termos de cooperação e contratos resultados de parcerias externas do Ifes;
 - IV. desenvolver e avaliar programas institucionais de bolsas de extensão comunitária e de coordenação de programas;
 - V. desenvolver ações de apoio ao protagonismo estudantil no contexto social, ambiental, artístico e cultural nos *campi* do Ifes, por meio da oferta de programas e realização de projetos com foco na inclusão social e digital, no acesso aos bens artísticos e culturais, na geração de oportunidades profissionais, na preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida das comunidades;
 - VI. apoiar e orientar os diretores dos *campi* nas atividades de relações institucionais, empresariais, comunitárias e de relações internacionais bem como na execução dos programas de Extensão Comunitária, inclusive a realização e a participação em eventos de divulgação e a oferta cursos de Formação Inicial e Continuada e de extensão;
 - VII. promover mecanismos de interação do Ifes com instituições públicas e privadas, diretamente e por meio da assistência de agentes de integração e consultoria de recursos humanos, com vistas à oferta de programas de estágio, de trainee e de primeiro emprego e à divulgação de eventos e oportunidades de visitas técnicas e gerenciais, apoiando os alunos e egressos de cursos FIC, técnicos e de graduação e pós-graduação no seu ingresso ao mundo do trabalho;
 - VIII. promover o acompanhamento e a interação do Ifes com seus egressos visando à obtenção de informações para a retroalimentação dos processos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - IX. planejar as ações da Diretoria visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros e administrar seu patrimônio;
 - X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Extensão Tecnológica:

- I. desenvolver e avaliar programas institucionais de bolsas de extensão tecnológica, de estímulo à inovação em parcerias tecnológicas e de coordenação de programas, com recursos próprios e captados de instituições de apoio e agências de fomento, de empresas e de entidades privadas sem fins lucrativos;
- II. desenvolver redes e projetos internacionais de Pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- III. gerir acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas de Pesquisa e desenvolvimento de projetos tecnológicos, na forma de produtos e processos, com instituições públicas e privadas, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV. gerir e supervisionar, em conjunto com os *campi* do Ifes, as consultorias, as assessorias e a prestação de serviços tecnológicos a instituições públicas ou privadas, compatíveis com os objetivos estabelecidos em legislação específica;
- V. gerir e supervisionar, em conjunto com os *campi* do Ifes, o compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de suas atividades fins;
- VI. gerir e supervisionar, em conjunto com os *campi* do Ifes com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes nas dependências do Instituto por empresas nacionais e estrangeiras e por organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de Pesquisa e desenvolvimento tecnológico, desde que tal permissão não interfira diretamente nas suas atividades-fim, nem com

elas conflitem;

VII. gerir o recebimento de retribuição pecuniária por servidores, a título de ganho eventual, diretamente do Ifes ou de instituição de apoio com que este tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

VIII. emitir parecer sobre o afastamento de Pesquisador do Ifes para prestar colaboração a outra Instituição Científica e Tecnológica, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

IX. planejar as ações da Diretoria visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros e administrar seu patrimônio;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

A Agência de Inovação do Ifes, subordinada à Diretoria de Extensão Tecnológica e cumprindo a função de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), tem por competências:

I. desempenhar as atividades descritas em legislação específica, gerindo as atividades do Ifes de apoio à inovação, de proteção de criações por meio de instrumentos de propriedade intelectual e de comercialização e transferência de tecnologias de titularidade integral ou parcial do Instituto;

II. organizar e manter a Incubadora do Ifes, em regime de cogestão com os *campi* e seus Núcleos de Empreendimentos, oferecendo programas e ambientes de apoio ao empreendedorismo e à inovação;

III. organizar e manter, em regime de cogestão com os *campi* do Ifes, Núcleos de Propriedade Intelectual e Apoio à Inovação (Napi);

IV. apoiar a formação empreendedora e o desenvolvimento da cultura da inovação por meio da oferta de cursos de extensão, da organização de eventos de divulgação e da promoção de programas institucionais, promovendo a associação entre o disposto em legislação específica com as ações de ensino e formação de recursos humanos do Ifes;

V. manter o Ministério da Ciência e Tecnologia informado quanto à política de propriedade intelectual do Ifes, às criações desenvolvidas no âmbito da Instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados;

VI. adotar as medidas cabíveis para a administração e gestão da sua política de inovação, prevenendo-as na elaboração e execução do orçamento do Ifes, para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto em legislação específica, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores;

VII. estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais e estrangeiras, outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de Pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos e processos inovadores;

VIII. gerir contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação desenvolvida pelo Ifes, a título exclusivo ou não exclusivo;

IX. prever, em contrato, a participação na titularidade da propriedade intelectual e nos resultados da exploração das criações resultantes das parcerias do Ifes, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento;

X. gerir a cessão de direitos do Ifes sobre suas criações protegidas, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente;

XI. gerir a participação assegurada ao criador nos ganhos econômicos auferidos pelo Ifes, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto em legislação própria;

- XII. emitir parecer sobre a concessão ao Pesquisador do Ifes, que não esteja em estágio probatório, de licença sem remuneração para constituir empresa, individual ou associadamente, com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação;
- XIII. gerenciar as solicitações e processos de adoção de criações de inventores independentes pelo Ifes, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado à sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo;
- XIV. planejar as ações da Agência visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros;
- XV. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-Reitoria de Administração e Orçamento

É responsável pelas atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Compreende:

I. Diretoria de Administração e Orçamento.

Compete à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento:

- I. propor, em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, as diretrizes e a proposta orçamentária do Ifes em função dos planos, projetos e programas governamentais;
- II. consolidar, no Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do Ifes;
- III. elaborar, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;
- IV. coordenar e orientar as atividades de orçamento e modernização institucional, bem como gerir as atividades de administração financeira e contábil;
- V. propor ao Reitor a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para cumprimento dos objetivos do Ifes no âmbito de sua competência;
- VI. supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados nos *campi*, núcleos e polos, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio;
- VII. acompanhar a prestação de contas da execução orçamentária e financeira dos programas, projetos e convênios firmados pelo Ifes;
- VIII. aprovar Processos de Tomada de Contas, Inventários de Bens Móveis e Imóveis e de Alienações, no âmbito de sua competência;
- IX. assinar Termos de Doação de bens móveis em desuso no âmbito de sua competência;
- X. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de serviços, materiais e patrimônio;
- XI. acompanhar legislação relativa a critérios para contratações de serviços terceirizados;
- XII. realizar o acompanhamento e controle da execução de contratos;
- XIII. supervisionar as atividades referentes à área de pessoal terceirizado, procedendo ao acompanhamento da folha de pagamento;
- XIV. avaliar a administração orçamentária e financeira do Ifes;
- XV. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas à área de veículos e transportes;
- XVI. elaborar projetos para obtenção de recursos financeiros, no âmbito de sua competência;
- XVII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- XVIII. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- XIX. representar o Ifes nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- XX. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;

XXI. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Administração e Orçamento:

- I. assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento na elaboração da proposta orçamentária e da prestação de contas do Ifes;
- II. assessorar, analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Instituto para posterior encaminhamento aos órgãos de controle;
- III. zelar pelo cumprimento de prazos, qualidade e regularidade na alimentação dos dados do Instituto nos sistemas de informação sob sua responsabilidade;
- IV. definir diretrizes, orientar e assessorar os trabalhos e funções da área de administração geral e gerência financeira, orçamentária e de contabilidade do Ifes;
- V. coletar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados a orçamento e finanças no âmbito do Ifes;
- VI. subsidiar a elaboração da prestação de contas;
- VII. assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento no levantamento, seleção, disponibilização e disseminação das informações;
- VIII. controlar a regularidade fiscal nos órgãos competentes;
- IX. colaborar com a elaboração dos planos de trabalho para solicitação de recursos orçamentários;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

É responsável pelas atividades e políticas de planejamento, avaliação e desenvolvimento institucionais. Compreende:

- I. Diretoria de Planejamento;
- II. Diretoria de Tecnologia da Informação;
- III. Diretoria de Gestão de Pessoas;
- IV. Comitê de Tecnologia da Informação;
- V. Comissão Interna de Supervisão (CIS).

Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- I. articular a atuação da Reitoria com os *campi*, núcleos e polos;
- II. prestar apoio e orientação na elaboração, execução e avaliação de projetos que objetivem o desenvolvimento institucional;
- III. promover a articulação e o compartilhamento de experiências entre os gestores do Ifes;
- IV. atuar no Planejamento Estratégico (PE) do Ifes, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos *campi*, núcleos e polos;
- V. coordenar, monitorar, avaliar e propor ações corretivas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes;
- VI. avaliar as estratégias, metas e objetivos dos Planos Institucionais (PI), com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento da Instituição;
- VII. elaborar anualmente o plano de ação do Ifes;
- VIII. zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos;
- IX. colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os *campi*, núcleos e polos quanto aos planos de investimentos;
- X. formular diagnósticos dos problemas e limitações institucionais;

- XI. propor alternativas organizacionais visando ao constante aperfeiçoamento da gestão;
- XII. supervisionar as atividades de gestão da informação, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;
- XIII. elaborar anualmente, em parceria com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;
- XIV. supervisionar, acompanhar e analisar os processos de avaliação da instituição por meio de indicadores de desempenho e de qualidade;
- XV. acompanhar e apoiar as atividades da Comissão Própria de Avaliação;
- XVI. supervisionar os processos de sistematização de dados, informações e procedimentos institucionais;
- XVII. acompanhar convênios com entidades que ofereçam campo de aplicação para as atividades do Instituto;
- XVIII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- XIX. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Planejamento:

- I. estabelecer diretrizes e coordenar a elaboração do planejamento institucional em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- II. coordenar estudos, executar projetos e subsidiar a Reitoria em políticas para o desenvolvimento institucional;
- III. manter, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, a compatibilidade entre o Plano Orçamentário-financeiro e os Planos Estratégico e de Desenvolvimento Institucional;
- IV. elaborar propostas para otimização dos critérios de distribuição de recursos e sua descentralização;
- V. estabelecer, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, diretrizes de uma política global de Organização, Sistemas e Métodos visando à melhoria do processo de gestão e ao desenvolvimento institucional;
- VI. supervisionar o processo de mapeamento e de documentação dos processos institucionais do Ifes;
- VII. avaliar os indicadores de desempenho e de qualidade do Ifes;
- VIII. coordenar a elaboração do planejamento anual das atividades de comunicação;
- IX. promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o Ifes;
- X. coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Geral e dos Regimentos Internos dos *campi*, polos e núcleos;
- XI. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afeitas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- I. projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II. gerenciar os projetos na área de Tecnologia da Informação, administrando seus recursos;
- III. identificar novas necessidades da Instituição quanto à Tecnologia da Informação e planejar o desenvolvimento de projetos para o atendimento dessas necessidades em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

- IV. propor políticas de Segurança da Informação;
- V. manter atualizado o parque tecnológico do Ifes;
- VI. prover soluções de Tecnologia da Informação compatíveis com as necessidades do Ifes e assegurar o seu correto funcionamento dentro dos níveis de serviço estabelecidos;
- VII. prestar apoio e assessoria aos *campi* em assuntos relativos à Diretoria de Tecnologia da Informação;
- VIII. propor a contratação de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da instituição e gerenciar a qualidade desses serviços;
- IX. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação alinhar os investimentos de TI com os objetivos do Ifes e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos.

Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas:

- I. propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, movimento, desenvolvimento, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida dos servidores do Ifes;
- II. supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento;
- III. supervisionar o atendimento médico e psicólogo ao servidor;
- IV. orientar os órgãos e servidores do Instituto sobre a legislação de pessoal vigente;
- V. propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente;
- VI. propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;
- VII. analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas;
- VIII. subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;
- IX. desenvolver estudos e apresentar propostas para criação e remanejamento de cargos e funções;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Comissão Interna de Supervisão (CIS) o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução, em todas as etapas, do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos Administrativos em Educação.

Diretorias Gerais dos *Campi*

Os *campi* do Ifes são administrados por Diretores Gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e conforme demais legislações vigentes, competindo-lhes a supervisão dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.

Compete ao Diretor-Geral:

- I. administrar e representar o *campus* dentro dos limites estatutários, regimentais e das delegações atribuídas pelo Reitor, em consonância com os princípios, finalidades e objetivos do Ifes;
- II. superintender todos os serviços e programas de Ensino, Pesquisa e Extensão do *campus*;
- III. organizar o planejamento anual do *campus*;
- IV. apresentar à Reitoria, anualmente, após discussão do Conselho de Gestão do *campus*, proposta orçamentária com a discriminação da receita e da despesa prevista para o *campus*;

- V. divulgar internamente as informações relevantes para o funcionamento do *campus*;
- VI. assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do Ifes, zelando pelo patrimônio e pela imagem da Instituição;
- VII. indicar ao Reitor os cargos de direção e funções gratificadas do *campus*;
- VIII. exercer, no âmbito do *campus*, o poder disciplinar, na forma prevista no Regimento Geral e na legislação vigente;
- IX. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior;
- X. coordenar as atividades de planejamento, no âmbito do *campus*;
- XI. encaminhar as informações do *campus* para composição do Relatório de Gestão e da Prestação de Contas do Ifes;
- XII. promover o contínuo aperfeiçoamento dos servidores do *campus*;
- XIII. zelar pela conservação e melhoria da área física do *campus*;
- XIV. deliberar sobre a participação de servidores em eventos e em reuniões fora do *campus*;
- XV. exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;
- XVI. convocar e presidir o Conselho de Gestão do *campus*;
- XVII. acompanhar as informações estatísticas do *campus*;
- XVIII. zelar pela qualidade, regularidade e cumprimento de prazos na alimentação dos dados do *campus* nos sistemas de informação do MEC;
- XIX. assistir à Reitoria em assuntos pertinentes ao *campus*;
- XX. exercer atribuições inerentes à função executiva de Diretor-Geral e outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Reitor.

Órgãos de Assessoramento

Os Órgãos de Assessoramento são aprovados pelo Conselho Superior e/ou outras instâncias, nas quais se definirão sua composição, organização, competência e normas de funcionamento.

Os Fóruns são órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação.

O Conselho Comunitário objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade, relativas a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, bem como avaliar as metas de atuação de sua política.

A Ouvidoria é o órgão de assessoramento do Reitor responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações das comunidades interna e externa. A Comissão de Ética objetiva estabelecer os princípios que nortearão a conduta ético-profissional dos servidores do Ifes de acordo com os dispositivos legais.

A Procuradoria Jurídica do Ifes é órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal na Instituição e poderá contar com um serviço de apoio administrativo.

Órgãos de Controle

Auditoria Interna

É um órgão técnico de controle, vinculado ao Conselho Superior, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, no âmbito institucional, respeitada a legislação vigente.

São competências e atribuições da Auditoria Interna:

- I. elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna conforme atos normativos da Controladoria-Geral da União;
- II. elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna conforme atos normativos da Controladoria-Geral da União;
- III. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- IV. analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- V. avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e na utilização dos recursos públicos;
- VI. verificar o desempenho da gestão da Instituição, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- VII. elaborar relatórios, assinalando os pontos merecedores de reparo, para que os dirigentes tenham elementos necessários à tomada de decisões e correções;
- VIII. orientar os dirigentes da entidade quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- IX. assessorar os gestores do Ifes na execução de programas de governo;
- X. acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da CGU e do TCU;
- XI. orientar os diversos setores da Instituição visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades;
- XII. supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos *campi*;
- XIII. realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos *campi*;
- XIV. verificar a fidelidade das informações e a regularidade das contas com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações;
- XV. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do Ifes e sobre as tomadas de contas especiais, respeitando os atos normativos do TCU e da CGU.

Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Ifes constitui um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de autoavaliação do Instituto.

2.10 - Macroprocessos finalísticos

Visando apresentar os principais macroprocessos do Ifes, abaixo está o quadro discriminando aqueles considerados essenciais à obtenção de resultados vinculados às atividades desenvolvidas pelo Instituto:

Quadro 3: Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Principais processos finalísticos relacionados
Ensino	Processo seletivo
	Processo de políticas de ensino aprendizagem
	Gerenciamento de educação a distância
	Registro de diplomas no âmbito do Ifes
	Política de assistência estudantil
Pesquisa e pós Graduação	Auxílio na definição nas políticas institucionais de pesquisa
	Atualização os documentos normativos
	Gerenciamento de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação (Pibic, Pivic, Pibiti, Piviti, Pibic-JR, Pibic-AF, Jovens talentos)
	Internacionalização da pesquisa no Ifes
	Promover a difusão do pensamento científico no Ifes

	(PRODIF)
	Manter informações institucionais no CNPq
	Gerenciamento de contrato com a CAPES para uso do portal periódicos
	Monitoramento de oportunidades de fomentos externos
	Orientação ao pesquisador para projetos de pesquisa
	Gerenciamento de Sistemas de Informações de pesquisa
	Gerenciamento do Comitê de Ética em Pesquisa
	Geração e monitoramento de indicadores de desempenho em pesquisa
	Gerenciamento dos processos / procedimentos da pesquisa (BPM - Business Process Management)
	Gerenciamento dos projetos em implantação na pesquisa, conforme o PMI
Extensão	Auxílio na definição nas políticas institucionais de extensão
	Elaboração de editais para apoio a comunidade no que tange a esporte, lazer e cultura
	Gestão de projetos de Inovação
	Auxílio ao Fórum de Integração Escola-Empresa-Comunidade - FIEC
	Gerenciar programas de apoio a extensão
	Participação na Câmara de Extensão como estrutura de governança.
	Estágios curriculares

As atividades de apoio aos processos estabelecidos nos macroprocessos são destacadas na tabela abaixo:

Quadro 4: Macroprocessos de Apoio e Principais Processos Relacionados com Indicadores

Macroprocessos	Principais processos de apoio relacionados
Gestão de Pessoas	Processo de ingresso e movimentação dos servidores no Instituto
	Assistência a saúde do servidor
	Programa de capacitação do servidor
Gestão financeira	Gestão de contratos e convênios
	Gestão patrimonial e almoxarifado
	Gestão de licitações e compras
Gestão de Infraestrutura	Gestão de projetos e obras em geral
	Fiscalização de obras
Gestão estratégica	Planejamento estratégico
	Gestão de padronização de processos
	Gestão de documentos institucionais
	Gestão de indicadores de desempenho
Assistência a comunidade	Gestão de auxílio ao aluno
	Gestão de programas para atendimento a pessoas com necessidades específicas
	Gestão do perfil socioeconômico
Gestão de tecnologia da informação	Gestão de sistemas
	Gestão de manutenção dos dados
	Gestão de segurança das informações
Gestão de comunicação	Publicidade e propaganda
	Divulgação de informações a comunidade

3 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1- Planejamento Organizacional

Encerrado a implementação do planejamento estratégico institucional, o Instituto Federal do Espírito Santo sua missão, sua visão e no que acredita como valores. Como visão de futuro, o Ifes almeja:

“Ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional”.

Sob essa visão, o Ifes tem pautado e alinhado um conjunto de programas e projetos a fim de alcançar seus objetivos estratégicos. Esta capítulo descreve as ações realizadas pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) no que diz respeito ao planejamento de suas atividades realizadas durante o ano de 2015 e previstas para o ano de 2016.

3.1.1 - Descrição sintética dos objetivos do exercício

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Instituto Federal do Espírito Santo tem como competências organizacionais os seguintes objetivos estatutários:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a. cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b. cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c. cursos de bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d. cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e. cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A partir das discussões realizadas durante o planejamento estratégico sobre como traduzir os objetivos estatutários em uma missão, razão de ser da instituição, ficou essa definida como: “Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável”.

O Ifes cumpre sua missão ao atender às necessidades de seus públicos-alvo e partes interessadas, ou seja, busca atingir os objetivos estratégicos expostos no mapa estratégico.

Mapa Estratégico do Ifes

Os objetivos estratégicos são os fins a serem alcançados pelo Instituto Federal do Espírito Santo para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as demandas e as expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados nos anos de 2014-2019.

O planejamento estratégico subsidiou a construção do PDI 2014-2019 (Plano de Desenvolvimento Institucional) onde foram definidos 22 objetivos estratégicos (ver em PDI seção 2.2), os quais se encontram, de forma balanceada, distribuídos em cinco perspectivas conforme demonstrado no mapa estratégico (Figura 1).

Perspectivas e objetivos estratégicos associados

As cinco perspectivas que compõem o mapa estratégico englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Elas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Para a construção do mapa estratégico do Ifes, foram elencadas as seguintes perspectivas:

- **Resultados Institucionais** – concentra os desafios para o público-alvo da organização, em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender as necessidades e expectativas do seu público. Os objetivos para esta perspectiva são:
 - formar profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade;
 - promover soluções tecnológicas e inovadoras;
 - difundir conhecimento, cultura e esporte;
 - formar formadores;
- **Processos internos** – reúne os desafios internos que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência. Os objetivos para esta perspectiva são:
 - fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;
 - fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede;
 - promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos campi;
 - integrar ensino, pesquisa e extensão;
 - incentivar a pesquisa aplicada e a extensão;
 - ampliar a interação entre a comunidade interna e externa nas ações educacionais;
 - ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade;
 - fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações;
 - estimular a participação da comunidade Ifes na gestão;
 - desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores;
 - promover uniformização e eficiência das atividades de trabalho.
- **Recursos humanos** – concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham

na organização, do ponto de vista quantitativo, qualitativo e de alocação. Os objetivos para esta perspectiva são:

- promover capacitação e qualificação estratégica continuada de servidores;
- atrair e manter profissionais competentes;
- ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão;
- **Infraestrutura e tecnologia** – lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência. Os objetivos para esta perspectiva são:
 - Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica;
 - Consolidar a estrutura física e de pessoal dos campi;
- **Orçamento** – envolve os objetivos para garantir os recursos financeiros para a execução da estratégia. Os objetivos para esta perspectiva são:
 - Assegurar orçamento para a execução da estratégia;
 - Aumentar a captação de recurso extraorçamentário e de créditos complementares.

Mapa Estratégico do Instituto Federal do Espírito Santo 2014 - 2018

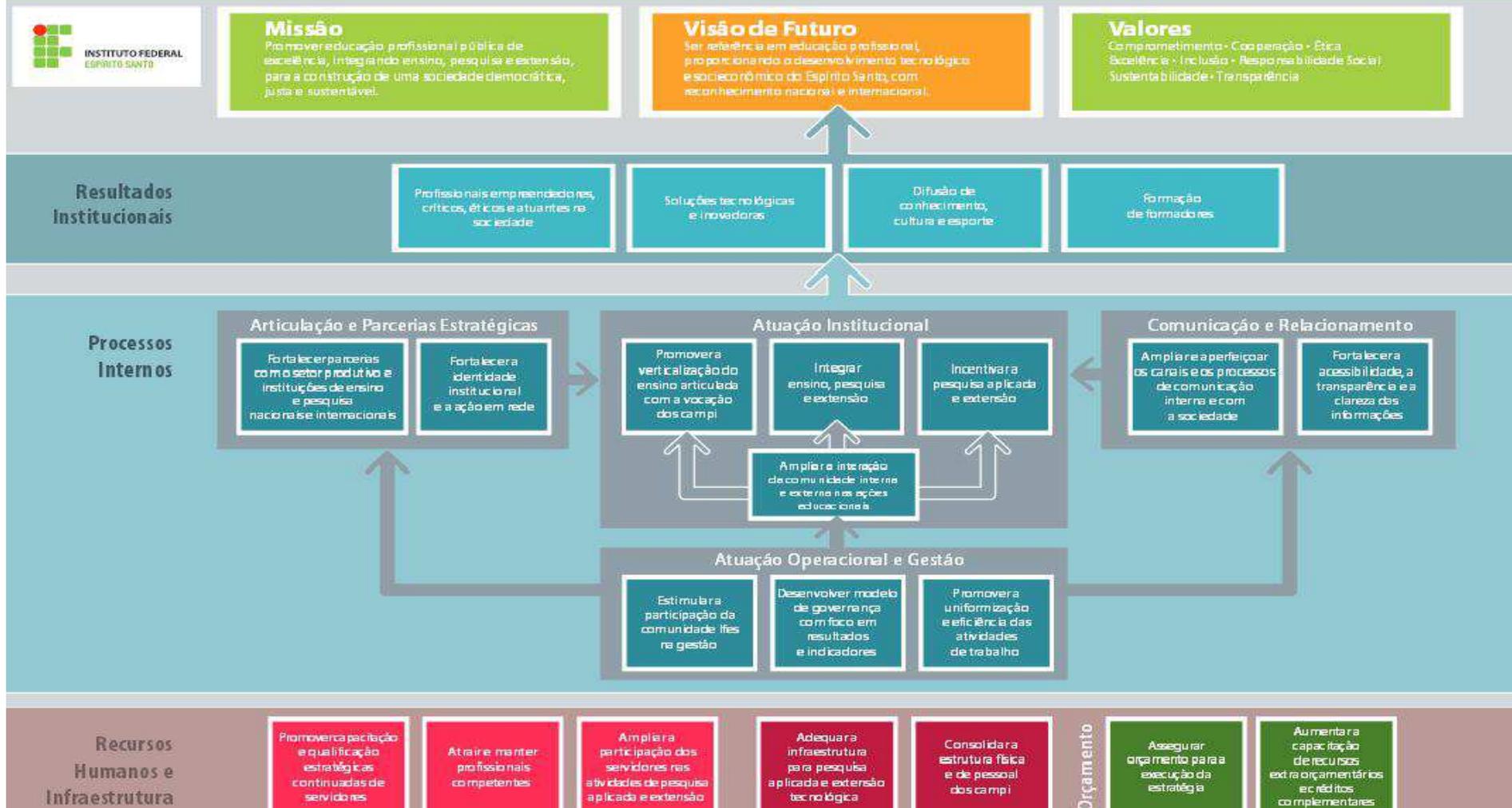


Figura 1: Mapa estratégico do Ifes para o período 2014-2018.

Descrição dos Projetos Estratégicos do Período 2014 à 2019

Projetos estratégicos são, por definição, iniciativas que guardam uma relação adequada de custo-benefício ao mesmo tempo em que têm forte vinculação com as estratégias da organização, em outras palavras, são a materialização das estratégias, as ações necessárias para alcançar os objetivos estratégicos. A relação abaixo descreve os projetos estratégicos do Ifes, gerenciados pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos da Diretoria de Planejamento, necessários para se alcançar os objetivos estratégicos:

- Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi, laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização;
- Apoio à pesquisa aplicada e extensão;
- Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-Graduação;
- Campanha para estímulo à verticalização em rede;
- Centro de Formação;
- Certificação de Laboratórios;
- Comunicação do Ifes;
- Editora do Ifes;
- Escritório de Gerenciamento de Projetos – Desenvolvimento e Implementação;
- Escritório de Processos – Implantação e Desenvolvimento;
- Escritório de Prospecção e Gestão de Projetos;
- Ifes Cidadania – Ampliação de programas de extensão comunitária;
- Implantação da Assessoria de Relações Internacionais – Arinter Ifes;
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão – SIG;
- Intercâmbio de Servidores – Ifes;
- Internacionalização da Pós-Graduação;
- Memória e Identidade do Ifes;
- Normatização de Procedimentos Institucionais;
- Observatório de Egressos Ifes;
- Parque de Pesquisa do Ifes;
- Planfor – Pró-doutoral;
- Plano de ação de fortalecimento da representatividade e transparência dos órgãos colegiados;
- Plano de Distribuição Orçamentária;
- Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores;
- Processo seletivo de Alunos;
- Processo seletivo de Servidores;

- Programa de apoio a ações educacionais integradas – EPE;
- Programa de apoio a Mestrados Profissionais;
- Programa de estímulo ao protagonismo estudantil em empreendedorismo e inovação;
- Programa de Fóruns Temáticos;
- Programa de Intercâmbio do Ifes;
- Programa de Parcerias Tecnológicas;
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Programa Estruturante de Polos de Inovação Tecnológica – PREPIT.

A priorização dos projetos estratégicos baseou-se em métodos de análise multicriterial, mais especificamente, utilizando o algoritmo *Analytic Hierarchy Process* (AHP), que analisa cada projeto (alternativas) por meio da combinação de critérios pré-selecionados. Os critérios utilizados para priorizar os projetos foram:

- Alinhamento Estratégico – Ponderação do nível de contribuição do projeto em cada objetivo estratégico;
- Visibilidade Política – Avalia a relevância do projeto na perspectiva política de sua liderança ou sobre o retorno sobre a imagem institucional;
- Matriz GUT (Gravidade-Urgência-Tendência) – Gravidade do problema na organização, urgência ao tempo de resposta do problema e tendência de agravamento do problema;
- Comprometimento das partes interessadas – Avalia o nível de comprometimento das partes interessadas com o projeto;
- Conhecimento técnico da equipe – Avalia se o conhecimento técnico disponível na organização é suficiente para realizar o projeto;
- Riscos – Eventos incertos ou condicionados que, se acontecerem, podem impactar negativamente os objetivos do projeto (ações e resultados).

O resultado da priorização foi uma classificação ordenada (matriz) de projetos com maior prioridade (maior pontuação) para projetos com menor prioridade (menor pontuação). De forma a representar os desejos e expectativas das lideranças da organização de forma isenta, aos critérios foram estabelecidos pesos, definidos por essas lideranças. Desta forma, os projetos prioritários e com previsão de implementação para o ano de 2015 foram divididos conforme as categorias:

- Projetos com abrangência a todos os campi;
- Projetos realizados no âmbito da Reitoria com apoio dos campi.

Projetos com abrangência a todos os campi

Estes projetos contam com líder e equipe de projetos designados pelo campus, com carga horária mínima de trabalho semanais designadas por meio de portaria. Nesta categoria foram selecionados 7 projetos a seguir:

- Comunicação Ifes;
- Observatório de Egressos;
- Ifes Cidadania – Ampliação de programas de extensão comunitária;

- Programa de Parcerias Tecnológicas;
- Normatização de Procedimentos Institucionais;
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi, laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização.

Projetos no âmbito da Reitoria

Assim como os projetos dos campi, os projetos da reitoria contam com líder e equipe de projetos específicos, podendo, no entanto, contar com o apoio de integrantes dos campi. Foram elencados 9 projetos:

- Escritório de Gerenciamento de Projetos – Desenvolvimento e Implantação;
- Escritório de Processos – Desenvolvimento e Implantação;
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- Centro de Formação;
- Editora Ifes;
- Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-graduação;
- Programa de apoio a Mestrados Profissionais;
- Processo Seletivo de Alunos;
- Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores.

Na próxima seção, serão apresentadas as vinculações entre os projetos estratégicos com o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e o Estatuto que regulamenta o Ifes, demonstrando o alinhamento dos projetos com os documentos de governança e gestão.

3.1.2 - Estágio de implementação do planejamento estratégico

Dada a metodologia de gerenciamento de projetos e programas do Ifes (seção), foram iniciados projetos e programas em 2015, em todos os campi, com entregas realizadas e planejamento para o ano de 2016.

Nas próximas seções serão apresentadas as realizações e as entregas realizadas ao longo de 2015 e o planejamento para o ano de 2016.

Comunicação Ifes

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Manual de Cerimonial para Formatura – levantamento de contatos autoridades regionais

- prefeitos, secretários e vereadores para formação de cadastro com nome, cargo, instituição, telefone e e-mail e endereço;
- Manual de Cerimonial para Formatura – levantamento de procedimentos atuais de cerimonial;
 - Melhoria de relacionamento com a imprensa – levantamento de veículos de comunicação e contatos regionais para estabelecer e manter o relacionamento direto e contínuo;
 - Emissão da PORTARIA Nº 1805, DE 22 DE JUNHO DE 2015, designou servidores para comporem a comissão central responsável pela Organização e Desenvolvimento da Política de Comunicação;
 - Contratação de consultoria externa com o objetivo de prestação de serviço de assessoramento técnico para a condução do processo de construção e implementação da Política de Comunicação (PC) do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, buscando imparcialidade, construção coletiva e democrática;
 - Contratação de pesquisa diagnóstica, tinha como objetivo: identificar aspectos da relação da comunidade interna com o Ifes, com o campus pesquisado e deste com toda a rede Ifes (relacionamento intercampi) e com o município no qual está inserido, medindo a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação de cada unidade;

Planejamento para 2016

Quadro 5: Planejamento de ações do programa de comunicação Ifes.

Etapas	Ações
<p>Etapa 1</p>	<p><i>Reunião 1</i></p> <p>Entre a Consultoria, gestores e a Comissão da Política de Comunicação do Ifes.</p> <p>Tema: Contextualização sobre a comunicação atual do Ifes.</p> <p><i>Reunião 2</i></p> <p>Seminário para apresentação da Política de Comunicação.</p> <p>Temas a serem debatidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os públicos estratégicos – Identidade e imagem institucional. / O esforço coletivo para a construção da identidade e da imagem institucional.
<p>Etapa 2</p>	<p><i>Reunião 3</i></p> <p>Temas a serem debatidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A comunicação e os canais de relacionamento de com os públicos internos e a comunicação em rede (interlocução entre Reitoria e campi / e entre campi) e com os servidores. / As estratégias de relacionamento com a mídia. <p><i>Reunião 4</i></p> <p>Temas a serem debatidos:</p> <p>A comunicação e a divulgação científica. / A realização e promoção de eventos. / As campanhas de ingresso.</p>
<p>Etapa 3</p>	<p><i>Reunião 5</i></p> <p>Tema a ser debatido:</p> <p>A comunicação nas mídias sociais.</p>

Etapas	Ações
	<p><i>Reunião 6</i></p> <p>Temas a serem debatidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – A comunicação em situações de crise. – A gestão da comunicação estratégica no IFES, com atenção especial à gestão da comunicação para a implementação da Política de Comunicação.
Etapa 4	<p><i>Reunião 7</i></p> <p>Tema a ser debatido:</p> <p>Como internalizar a Política de Comunicação no IFES</p> <p>Apresentação pelo consultor do Roteiro básico da Política de Comunicação do IFES.</p>
Etapa 5	<p><i>Reunião 8</i></p> <p>Apresentação, pelo consultor para debate e aprovação pelo grupo, do:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Documento preliminar da Política de Comunicação do Ifes; – Plano de Comunicação Geral para implementação da Política de Comunicação do Ifes.
Etapa 6	<p><i>Reunião 9</i></p> <p>Evento de lançamento do documento final da Política de Comunicação do Ifes e do Plano Geral de Comunicação para implementação da Política de Comunicação do Ifes.</p>

Observatório de Egressos Ifes

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Construção participativa do questionário do observatório de egressos nível técnico (disponível em <https://questionario.ifes.edu.br/index.php/564646/lang-pt-BR>);
- Divulgação do questionário de egressos (Figura 2).

Planejamento para 2016

Quadro 6: Planejamento de ações do programa de observatório de egressos do Ifes.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Continuação da divulgação do questionário para egressos nível técnico; • Elaboração dos padrões dos relatórios de acompanhamento de egressos; • Ações corretivas e preventivas nas áreas pedagógicas; • Criação de questionário para observatório de egressos da graduação e pós-graduação, importante para credenciamento da IES.

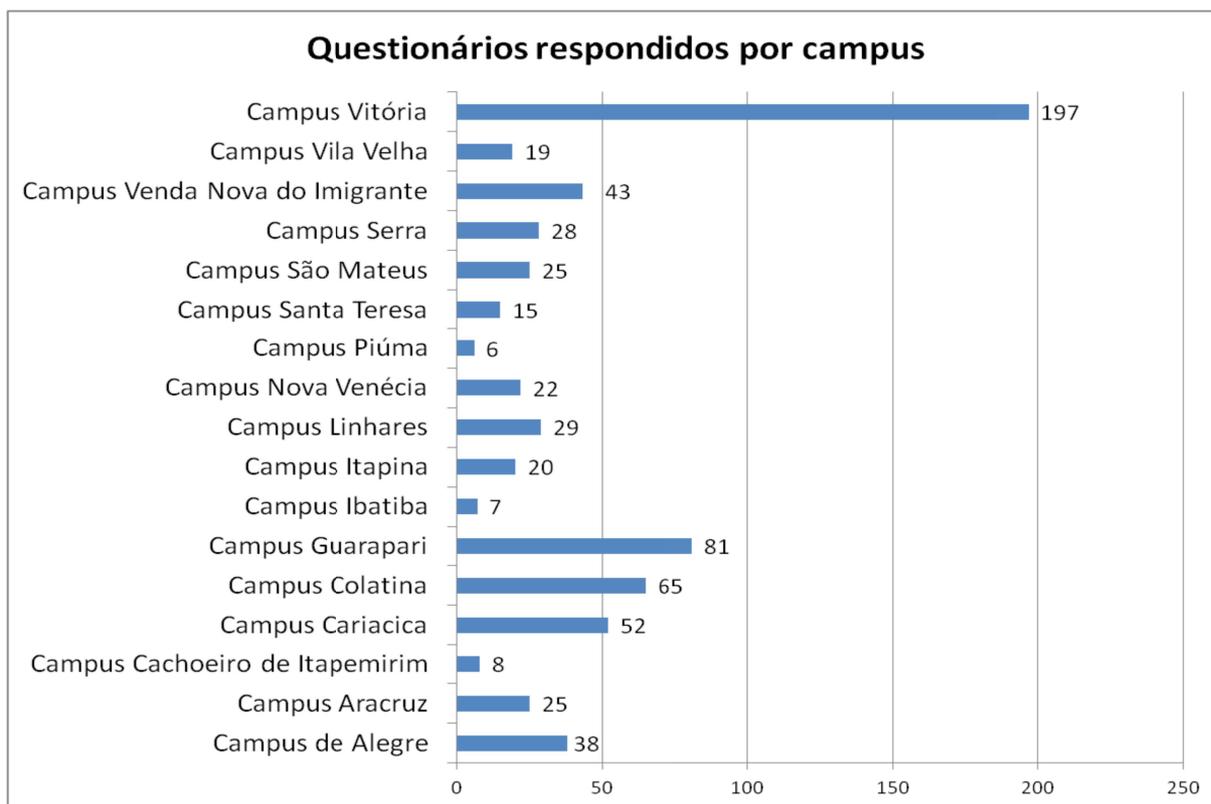


Figura 2: Divulgação parcial das respostas ao questionário (01/03/2016).

Ifes Cidadania – Ampliação de programas de extensão comunitária

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Interlocação do campus com a comunidade local;
- Relatório de todas as ações extensionistas já realizadas pelo Ifes para trabalho em rede.

Planejamento para 2016

Quadro 7: Planejamento de ações do programa Ifes Cidadania.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos de lançamento do Ifes Cidadania integrando agendas para o desenvolvimento sustentável. • Promoção de encontros dos líderes dos projetos objetivando troca de experiências e proposições de trabalhos em rede. • Nova interlocação do campus com a comunidade local. • Proposição de novas ações extensionistas local.

Parcerias Tecnológicas Ifes

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;

Iniciadas em 2015 e ainda em execução

- Identificação e nomeação de servidor no campus que atuará como Agente de Inovação.
Planejamento para 2016

Quadro 8: Planejamento de ações do programa parcerias tecnológicas Ifes.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das atuações em pesquisa e extensão do campus a fim de apresentar a eventuais parceiros as potencialidades do IFES; • Monitoramento contínuo das empresas e suas atividades atuantes na região onde o campus encontra-se inserido; • Recepção de empresários no próprio campus, ou seja, ser a referência no campus para relações empresariais; • Realização de visitas às empresas na área de atuação do campus e coletar as demandas identificadas a partir dessas visitas; • Articulação com os setores do campus a viabilização de propostas que possam atender as demandas identificadas.

Normatização de Procedimentos Institucionais

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Alinhamento do projeto de normatização com o Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Iniciadas em 2015 e ainda em execução

- Modelagens, manualização e institucionalização do processo seletivo de alunos, processos do escritório de gerenciamento de projetos e da política de capacitação.

Planejamento para 2016

Quadro 9: Planejamento de ações do programa normatização de procedimentos institucionais.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Normatização de processos relacionados aos módulos do SIG: transportes, auditoria interna, protocolo, férias e plano de saúde.

Qualidade de Vida no Trabalho

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Elaboração da pesquisa de necessidades e interesses dos servidores (Figura 3);
- Adaptação da plataforma *Survey* para aplicação da pesquisa.
- Elaboração da arte do projeto e divulgação da pesquisa;
- Sensibilização dos servidores dos campi;
- Tabulação dos dados.

Planejamento para 2016

Quadro 10: Planejamento de ações do programa qualidade de vida.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Envio dos resultados da pesquisa individualizados aos campi. • Elaboração de projetos pela Coordenadoria de Assistência e Saúde do Servidor que atendam as principais demandas da pesquisa. • Execução dos projetos junto aos campi.

Identificação de demandas para qualidade de vida no trabalho - Pesquisa de interesse dos servidores	IFES GERAL
Nível de confiança da pesquisa	100%
Questionários Respondidos	750
Grupo 1	
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Álcool e outras drogas]	2,74
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Depressão]	4,06
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Estresse]	4,40
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Finanças pessoais]	3,75
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Prevenção de câncer]	4,23
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Prevenção de doenças cardiovasculares]	4,22
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Prevenção de problemas de coluna e de postura]	4,40
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Saúde da mulher]	3,91
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Saúde do homem]	3,86
ATIVIDADES EDUCATIVAS [Tabagismo]	2,47
Grupo 2	
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Atividades esportivas]	3,90
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Aulas de alongamento]	4,07
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Aulas de dança de salão]	3,53
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Aulas de ioga]	3,53
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Ginástica laboral]	3,99
PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA [Passeios e caminhadas]	3,90
Grupo 3	
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO [Culinária saudável]	4,43
PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRIÇÃO [Peso Saudável]	4,30
Grupo 4	
PROGRAMAS ESPECIAIS [Gerenciamento do tempo]	4,13
PROGRAMAS ESPECIAIS [Preparação para aposentadoria]	3,98
Grupo 5	
QUAL É O MELHOR PERÍODO- [Antes do início do trabalho]	3,36
QUAL É O MELHOR PERÍODO- [Após o trabalho]	3,21
QUAL É O MELHOR PERÍODO- [Durante a hora do almoço]	2,53
A pontuação varia de 1 à 5 pontos	
As células em verde mostram os melhores resultados de cada grupo de questões	

Figura 3: Resultado da pesquisa de necessidades e interesses.

Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi. Laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização.

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto pelos Diretores Gerais;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura para o projeto;
- Emissão de portaria para a equipe do projeto;
- Obras em 2015 – SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Quadro 11).

Quadro 11: Obras iniciadas em 2015 e em execução em 2015.

OBRAS INICIADAS EM 2015			
CONSTRUÇÃO DE TANQUE MODULAR PARA ÁGUA POTÁVEL E RESERVA TÉCNICA	Santa Teresa / ES	03/02/2015	Paralisada(Suspensão temporária da execução dos serviços)
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DA METALURGIA	Vitória / ES	14/01/2015	Em Execução
BLOCO DIDÁTICO, SUBESTAÇÃO E GUARITA	Barra de São Francisco / ES	12/01/2015	Em Execução
REFORMA DO GALPÃO DE MECÂNICA	São Mateus / ES	09/12/2015	Em Execução
REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Santa Teresa / ES	02/02/2015	Paralisada(Suspensão temporária da execução dos serviços)
QUADRA POLIESPORTIVA, 2º PAVIMENTO E CANTINA/REFEITÓRIO	Ibatiba / ES	01/06/2015	Em Execução
OBRAS INICIADAS EM 2014 COM EXECUÇÃO EM 2015			
CAMPUS SÃO MATEUS – PRÉDIO II (PRINCIPAL)	São Mateus / ES	24/01/2014	Paralisada(Não atendimento às notificações da fiscalização)
BLOCO DIDÁTICO 02, SUBESTAÇÃO E GUARITA	Montanha / ES	24/10/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS E LABORATÓRIOS – BLOCO 9	Serra / ES	15/04/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DO PÁTIO NO BLOCO ACADÊMICO	Vila Velha / ES	19/11/2014	Concluída
CONSTRUÇÃO DO CAMPUS CENTRO SERRANO – CARAMURU	Santa Maria de Jetibá / ES	27/10/2014	Em Execução
ADEQUAÇÃO ELÉTRICA DOS PRÉDIOS ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO	Vila Velha / ES	21/11/2014	Concluída
CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA	Aracruz / ES	15/09/2014	Concluída

CONSTRUÇÃO DE PASSARELA E PRAÇA DO CAMPUS	Cariacica / ES	07/01/2014	Concluída
2º BLOCO ACADÊMICO; ED. SERV. DE MANUTENÇÃO; URBANIZAÇÃO	Vila Velha / ES	02/12/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DO BLOCO 3, DIDÁTICO E MECÂNICA DO ANEXO II	São Mateus / ES	18/11/2014	Em Execução

Planejamento para 2016

Quadro 12: Planejamento de ações do programa adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi.

Ações
<ul style="list-style-type: none"> • Construção dos critérios para priorização e balanceamento do investimento em infraestrutura; • Validação dos critérios junto ao Colégio de Dirigentes; • Construção de formulários para coleta de dados nos campi; • Coletar dados nos campi; • Priorização e balanceamento da matriz orçamentária para investimento em infraestrutura.

PROJETOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA REITORIA

Os projetos realizados no âmbito da reitoria são gerenciados pela DPLA ou podem apoiar a realização de projetos dos campi ou Cefor. Esta seção apresenta os projetos atualmente em execução.

Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos (EGPP)

Os trabalhos realizados para a implantação da metodologia de gerenciamento de projetos e programas estão detalhados na seção .

Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG)

O SIG-Ifes, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e que está sendo implementado no IFES, contempla cinco sistemas: o SIPAC (Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos), o SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos), o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), o SIGED (Sistema Integrado de Gestão Eletrônica de Documentos) e o SIGAdmin (Sistema Integrado de Gestão de Administração e Comunicação). Cada sistema é composto por dezenas de módulos. A implantação inicial do SIG-Ifes contemplará apenas os sistemas SIPAC e SIGRH.

O ciclo de vida do projeto SIG-Ifes foi dividido em macroetapas e etapas (1) a fim de melhor gerenciar a execução do projeto. Cada macroetapa é constituída por 1 ou mais etapas. Para o projeto SIG-Ifes, foram planejadas 3 macroetapas:

- Planejamento: macroetapa que tem por objetivo retomar o processo de implantação do SIG-Ifes, desde a repactuação do convênio junto à UFRN até a preparação do ambiente de TI, com divulgação concomitante da metodologia de implantação na Reitoria e nos *campi*.
- Implantação: macroetapa que tem por objetivo a implantação dos módulos que compõem os sistemas do SIG-Ifes na Reitoria e nos *campi*.
- Encerramento: macroetapa que tem por objetivos a prestação de contas das etapas de

implantação e o planejamento do ciclo de implantação dos próximos módulos do sistema.

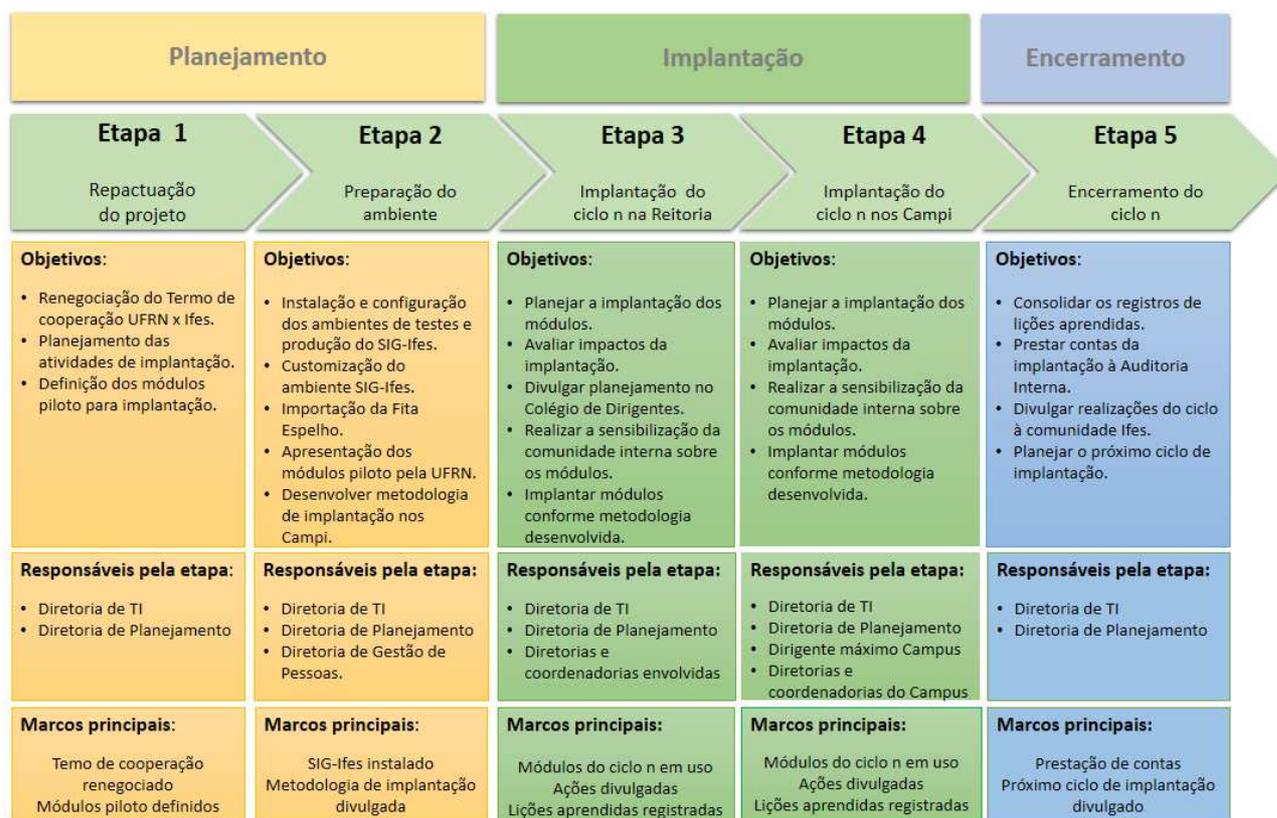


Figura 4: Ciclo de vida de implantação do projeto SIG-Ifes.

Entregas em 2015

- **Repactuação do Projeto** – Esta etapa teve início a partir de agosto de 2015, quando se abriram as renegociações, por meio de videoconferências, para o retorno das atividades de implantação do SIG-Ifes, realizadas entre o Ifes e a Superintendência de Informática (SINFO) da UFRN. Posteriormente, a DRTI e a DPLA se deslocaram até Natal (RN), com o objetivo de renegociar o termo de cooperação, resultando em seu aditamento. A repactuação do projeto ocorreu em outubro de 2015 e teve, além da renegociação do termo de cooperação, os seguintes objetivos: planejamento das atividades de implantação e definição dos módulos piloto para implantação.

Para priorização e definição dos módulos, foram elencados os seguintes critérios: (i) conjunto reduzido de módulos, (ii) menor complexidade funcional, (iii) inexistência de outro software com as mesmas funcionalidades em operação no Ifes e (iv) possibilidade de uso pelo maior número de campi. Excetuando-se o módulo de Auditoria, os módulos selecionados cumprem tais critérios. A escolha pela implantação do módulo de Auditoria se deu em virtude da necessidade de ter a Auditoria Interna do Ifes como um parceiro no acompanhamento do processo de implantação do SIG-Ifes na reitoria e nos campi. Os módulos inicialmente selecionados foram: transportes; auditoria; protocolo; férias; plano de saúde.

- **Preparação do Ambiente** – A etapa de preparação do ambiente teve como objetivo principal a instalação e a configuração dos ambientes de teste e de produção na

infraestrutura do Ifes A imersão negocial ocorreu na primeira semana de dezembro de 2015.

Planejamento para 2016

- Planejamento da implantação dos módulos (Reitoria e Campi);
- Avaliação dos impactos;
- Divulgação do planejamento no Colégio de Dirigentes;
- Sensibilização da comunidade interna sobre os módulos;
- Implantação dos módulos conforme metodologia desenvolvida.

Centro de formação

Iniciadas em 2015 e ainda em execução:

- Mudança de prédio do CFOR;
- Institucionalização da EAD no Ifes;
- Discussões nacionais sobre EAD – criação do fórum de dirigentes de Ead junto ao Conif;
- Planejamento Estratégico CFOR;
- Planejamento de novos cursos para o CFOR;
- Organização e participação no Reditec e WFCP;

Planejamento para 2016:

- Transição do Educimat para o CFOR
- Propostas à Setec;
- Organização e participação no evento do CFOR;
- Participação no Esud e reuniões da Unired;
- Criação da sala Moodle para o CFOR;
- Criação da biblioteca do CFOR.

Editora Ifes

Entregas em 2015:

- **Formação do conselho editorial.**

Iniciadas em 2015 e ainda em execução:

- Elaboração do Regimento Interno da Edifes;
- Aquisição de espaço e recursos humanos para a editora.

Planejamento para 2016:

- Conclusão da etapa de implantação com aquisição de espaço e recursos humanos para a Editora;
- Abertura do edital de publicações;
- Publicação da revista de extensão do Ifes;
- Publicação de pelo menos três obras selecionadas pelo edital de publicações.

Câmara de pesquisa e câmara de pós-graduação

Entregas em 2015:

- Criação da resolução CS 39/2015 que dispõe sobre a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação – CPPG;
- Criação de duas subcâmaras (Pesquisa e Pós-graduação).

Programa de apoio a mestrados profissionais

Entregas em 2015:

- Criação do **PROPÓS - Programa de apoio a Pós-graduação strictu senso – resolução CS 2/2016.**

Processo seletivo de alunos (PSA) dos cursos médio/técnico

Entregas em 2015

- Aprovação do termo de abertura do projeto;
- Mobilização de pessoal e definição de infraestrutura;
- Emissão da portaria da equipe do projeto;
- Reuniões iniciais para definir o Escopo do projeto;
- Identificação quanto à relevância do projeto para o Planejamento Estratégico;
- Elaboração da Estrutura Analítica do Projeto (EAP);
- Elaboração do Termo de Abertura do Projeto (TAP);
- Criação dos processos de iniciação dos PSA.

Planejamento para 2016

- Definição e estabelecimento das atividades a serem executadas pelos setores envolvidos nos PSA, assim como o estabelecimento de prazos e criação de documentos de responsabilização e esclarecimentos de penalidades para o não cumprimento das atividades.
- Criação de fluxos para o processo de contratação;
- Definição de metodologia de contratação de serviços de apoio ao processo seletivo;
- Definição das atividades para estabelecer convênios bancários para recebimento e acompanhamento das inscrições no PSA;
- Criação de fluxo claro para os processos de pagamento;
- Envolvimento dos quesitos de Segurança da Informação ao longo dos processos críticos modelados;
- Estabelecimento de regras claras para a elaboração de editais e sua divulgação;
- Definição de quesitos e critérios para a elaboração das provas;
- Definição das regras de contratação de serviços;

- Preparação da logística para a aplicação de provas;
- Definição de critérios e melhoramentos para as etapas de inscrição;
- Especificação das atividades para aplicação da prova;
- Padronização dos documentos necessários durante todas as etapas do PSA abrangendo desde a iniciação, planejamento, execução e o encerramento das atividades do PSA;
- Definição de critérios de avaliação para arquivamento e custódia de documentos na Coordenadoria Geral de Processos Seletivos (CGPS);
- Avaliação de desempenho dadas equipes que participaram do PS;
- Criação de sistemas de indicadores:
 - Criação de conjunto de indicadores de acompanhamento das atividades e da gestão dos PSA, contemplando as etapas de definição, coleta e apresentação de resultados.
- Atividades de comunicação do projeto:
 - Divulgação abrangente das regulamentações provenientes desse projeto;
 - Criação de sítio web da CGPS para divulgação das ações que se referem ao PSA;
 - Organização das documentações dos processos seletivos para divulgação de todas as ações correlatas;
 - Criação de edital de divulgação para ampla participação da comunidade em algumas etapas dos PSA.
- Atividades de encerramento do projeto:
 - Criação de normas específicas, coerentes e claras para os processos do PSA estabelecida em resolução do Ifes.

Política de capacitação e desenvolvimento de servidores

Em atendimento à recomendação do TCU nº 127368, referente ao documento 201407331 que trata da constatação de ausência de efetiva compatibilidade dos planos de capacitação com o planejamento estratégico do Ifes, informamos que a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), com o apoio da Diretoria de Planejamento (DPLA), vêm desenvolvendo o Projeto de Capacitação do Ifes, codinome Projeto Salk.

O projeto Salk tem como líder Niciane Castro, servidora da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP). A servidora tem entre suas atribuições o monitoramento e controle das atividades dos envolvidos no projeto.

Como justificativas para a realização do projeto de capacitação foram identificadas como necessidades:

- O atendimento à legislação 5.907/2006;
- O alcance dos objetivos estratégicos e as metas organizacionais preestabelecidas no planejamento estratégico;
- A organização dos critérios e objetivos para concessões de capacitação dentro do interesse institucional, e;
- O atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

Dessa forma, o objetivo principal do projeto Salk é criar a política de capacitação dos servidores do Ifes, o qual compreende o programa de capacitação e a estrutura para a elaboração do plano anual de capacitação dos campi até junho de 2016.

Após reuniões realizadas entre a equipe do projeto, reconheceu-se como benefícios diretos:

- A adequação aos critérios e objetivos para concessões em capacitação dentro do interesse institucional;
- A conscientização da comunidade da importância da Política de Capacitação dos Servidores;
- Tornar os processos de capacitação do Ifes mais transparentes e democráticos;
- O alinhamento das competências individuais e organizacionais;

- O direcionamento para a implantação do Plano Anual de Capacitação;
- Apoiar o recredenciamento do Ifes junto ao MEC;
- A redução de questionamentos referentes aos procedimentos sobre a política de capacitação, e;
- O atendimento com qualidade à demanda do Ifes.

Como resultado das reuniões de planejamento em 2015, registradas em ata, a equipe do projeto elaborou a estrutura analítica do projeto (EAP) representada na Figura 5.

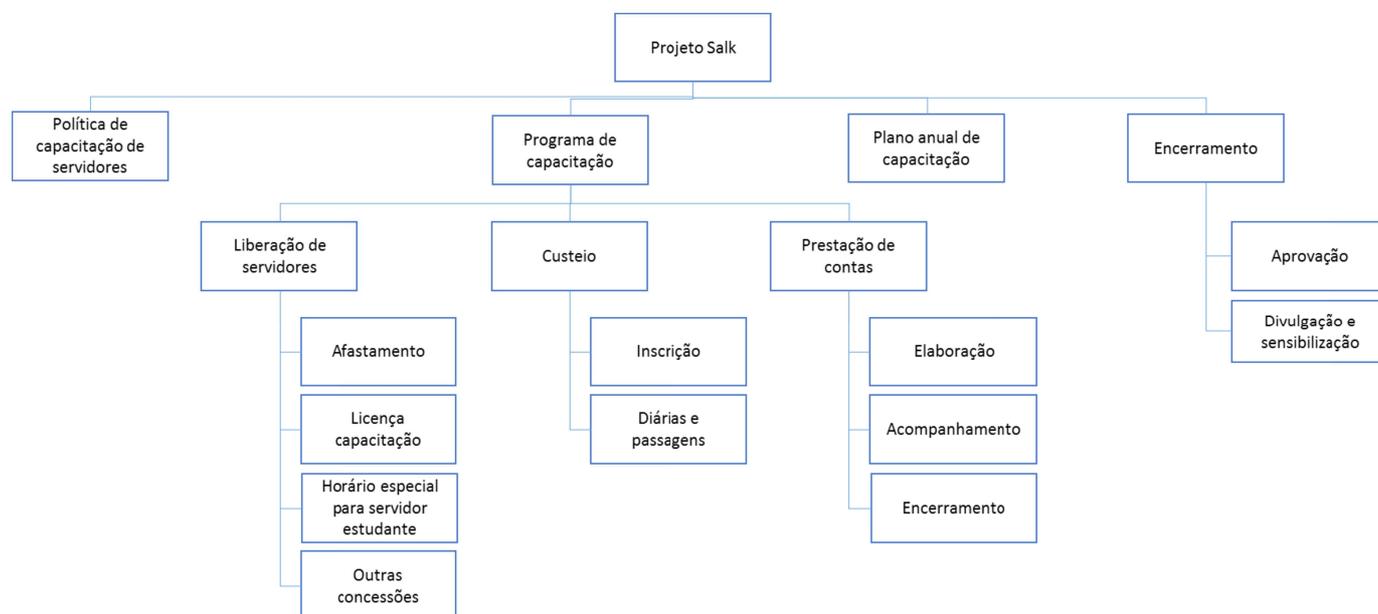


Figura 5: Estrutura analítica do projeto Salk.

A equipe identificou como partes interessadas pelo projeto as seguintes instituições: TCU, CGU, Auditoria Interna, Segep/MPOG, Fórum de Gestão de Pessoas do Ifes, Servidores, Proad e Proex.

Foram identificados os seguintes requisitos para compor a EAP e como forma de atendimento às expectativas das partes interessadas no projeto:

- Modelagem dos processos;
- Modelos de documentos utilizados;
- Disponibilização dos processos e documentos no site institucional;
- Aprovações pelas CPPD e CIS;
- Aprovação pelo Colégio de Dirigentes;
- Publicação em resolução do Conselho Superior do Ifes.

A EAP retrata as entregas necessárias para a entrega da Política de Capacitação do Ifes e demais componentes. Dessa forma, ficou estabelecido o cronograma com as seguintes marcos de entregas:

- Fevereiro/2016 – Política de capacitação de servidores concluída.
- Março/2016 – Licenças e outras concessões, Horário especial, Afastamento, Inscrição, Diárias e passagens, e Prestação de Contas concluídas.
- Abril/2016 – Modelos de documentos de liberação e financeiros concluídos.
- Maio/2016 – Plano Anual de Capacitação apresentado.
- Junho/2016 – Entrega e encerramento do Projeto.

3.1.3 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os projetos iniciados durante o exercício de 2015 estão vinculados aos objetivos e competências do estatuto que regulamenta o Instituto Federal do Espírito Santo. Além dessa vinculação, esses projetos encontram-se alinhados com os objetivos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 e com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

A seguir, são apresentados os projetos iniciados em 2015 e suas respectivas vinculações às regimentações norteadoras do Ifes e, ao final desta seção, é apresentado um quadro sumarizando essas vinculações (Quadro 13).

Projetos em fase de implementação em 2015 com abrangência a todos os campi

- **Comunicação Ifes**

-

- Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
- Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 3º: eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- Estatuto Ifes – Parágrafo VII Art. 4º: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- PPA 2012–2015 – Objetivo 0609, Programa 2038: ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

- **Observatório de Egressos**

- Estatuto Ifes – Parágrafo IV Art. 4º: orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Espírito Santo.
- Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 5º: estimular e apoiar processos educativos que propiciem a geração de trabalho e renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

- **Ifes Cidadania – Ampliação de programas de extensão comunitária**

- Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
- Estatuto Ifes – Parágrafo VII Art. 4º: desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- Estatuto Ifes – Parágrafo IV Art. 5º: desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

- **Programa de Parcerias Tecnológicas**

- Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 3º: eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos

- locais, sociais e culturais;
 - Estatuto Ifes – Parágrafo VIII Art. 4º: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 5º: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
 - Estatuto Ifes – Parágrafo IX Art. 4º: promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
- **Normatização de Procedimentos Institucionais**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0579, Programa 2038: Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0605, Programa 2038: Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0609, Programa 2038: Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a Sociedade.
- **Programa de Qualidade de Vida no Trabalho**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo IV Art. 3º: inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.
- **Adequação dos Espaços para Estrutura Mínima dos Campi, Laboratórios de Pesquisa Aplicada e Extensão e para Verticalização**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo IV Art. 3º: inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 5º: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo II Art. 5º: ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
 - PPA 2012-2015 – Objetivo 0582, Programa 2031: Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Projetos em fase de implementação em 2015 no âmbito da Reitoria

- **Escritório de gerenciamento de Projetos – Desenvolvimento e Implantação**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0579, Programa 2038: Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0605, Programa 2038: Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
 - PPA 2012–2015, Objetivo 0609, Programa 2038: Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a Sociedade.

- **Escritório de Processos – Desenvolvimento e Implantação**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 3º: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0579, Programa 2038: Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0605, Programa 2038: Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0609, Programa 2038: Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

- **Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG)**
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0579, Programa 2038: Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0605, Programa 2038: Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

- **Centro de Formação**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo VI Art. 4º: qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
 - PNE 2014 – 2024 – Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

- PNE 2014 – 2024 – Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.
- **Editora Ifes**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 3º - Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo VII Art. 4º - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.
- **Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-Graduação**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo II Art. 3º: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 4º: promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo VIII Art. 4º: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 5º: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo V Art. 5º: ministrar em nível de educação superior: a, b, c, d e e (ver seção 1.1).
 - PPA 2012–2015 – Objetivo 0841, Programa 2032: Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
 - PNE 2014 – 2024 – Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
- **Programa de apoio a Mestrados Profissionais**
 - Estatuto Ifes – Parágrafo II Art. 3º: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 4º: promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo VIII Art. 4º: realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.
 - Estatuto Ifes – Parágrafo III Art. 5º: realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus

benefícios à comunidade.

- PNE 2014 – 2024 – Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
- Estatuto Ifes – Parágrafo V Art. 5º: ministrar em nível de educação superior: a, b, c, d e e (ver seção 1.1).

- **Processo Seletivo de Alunos**

- Estatuto Ifes – Parágrafo I Art. 4º: ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- PPA 2012–2015 – Objetivo 0588, Programa 20315: Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

- **Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores**

- Estatuto Ifes – Parágrafo VI Art. 4º: qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
- Estatuto Ifes – Parágrafo II Art. 5º: ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.

Quadro 13: Atendimento dos projetos às regimentações norteadoras do Ifes.

PROJETOS	Regimentações norteadoras do Ifes		
	ESTATUTO Ifes	PPA 2012–2015	PNE 2014–2024
Projetos em fase de implementação em 2015 com abrangência a todos os campi			
Comunicação Ifes	x	x	
Observatório de Egressos	x		
Ifes Cidadania	x		
Programa de Parceiras Tecnológicas	x		
Normatização de Procedimentos Institucionais	x	x	
Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	x		
Adequação dos Espaços para Estrutura Mínima nos Campi, Laboratórios de Pesquisa Aplicada e Extensão e para Verticalização	x	x	
Projetos em fase de implementação em 2015 no âmbito da Reitoria			
Escritório de Gerenciamento de Projetos – Desenvolvimento e Implantação	x	x	
Escritório de Processos – Desenvolvimento e Implantação	x	x	
Implantação de Sistemas Institucionais Integrados – SIG		x	

Centro de Formação	x		x
Editora Ifes	x		
Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-Graduação	x	x	x
Programa de Apoio a Mestrados Profissionais			
Processo Seletivo de Alunos	x	x	
Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores	x		

Relacionamento dos Projetos Iniciados em 2015 com os Objetivos Estratégicos

Ao fim da elaboração do planejamento estratégico, a comunidade Ifes delineou os objetivos estratégicos (Figura 1) fundamentais para o alcance de sua visão de futuro. Os projetos estruturantes para que a visão de futuro pudesse ser alcançada foram alinhados aos objetivos estratégicos (Quadro 14).

Quadro 14: Associação entre os projetos estruturantes aos objetivos estratégicos do Ifes.

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
Editora Ifes	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; • Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Ifes Cidadania – Ampliação de programas de extensão comunitária	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; • Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Programa de parcerias tecnológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; • Aumentar a capacitação de recursos extra- orçamentários e créditos complementares; • Soluções tecnológicas e inovadoras.
Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi, laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica; • Consolidar a estrutura física e de pessoal dos campi; • Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos campi; • Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais; • Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; • Integrar ensino, pesquisa e extensão; • Soluções tecnológicas e inovadoras; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte.
Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-graduação	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede;

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
	<ul style="list-style-type: none"> ● Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; ● Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais; ● Integrar ensino, pesquisa e extensão; ● Soluções tecnológicas e inovadoras; ● Formação de Formadores.
<p align="center">Escritório de Gerenciamento de Projetos – Desenvolvimento e Implementação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Assegurar orçamento para a execução da estratégia; ● Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores; ● Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; ● Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão; ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Soluções tecnológicas e inovadoras.
<p align="center">Escritório de Processos – Implantação e Desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores; ● Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; ● Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão; ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Soluções tecnológicas e inovadoras.
<p align="center">Comunicação Ifes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Consolidar a estrutura física e de pessoal dos campi; ● Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; ● Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede; ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Difusão de conhecimento, cultura e esporte;
<p align="center">Normatização de Procedimentos Institucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores; ● Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; ● Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão; ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Soluções tecnológicas e inovadoras.
<p align="center">Implantação dos Sistemas Institucionais Integrados/SIG</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; ● Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão; ● Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; ● Soluções tecnológicas e inovadoras.
<p align="center">Processo Seletivo de Alunos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede; ● Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho.
<p align="center">Observatório de Egressos Ifes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade; ● Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações; ● Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede ● Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais;

PROJETOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade.
Programa de apoio a Mestrados Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> • Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; • Atrair e manter profissionais competentes; • Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede; • Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos campi; • Incentivar a pesquisa aplicada e extensão; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte; • Formação de formadores.
Centro de Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; • Atrair e manter profissionais competentes; • Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede; • Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos campi; • Difusão de conhecimento, cultura e esporte; • Formação de formadores.
Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores	<ul style="list-style-type: none"> • Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores; • Atrair e manter profissionais competentes; • Promover a uniformização e eficiência das atividades de trabalho; • Formação de formadores.
Programa de qualidade de vida no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a estrutura física e de pessoal dos campi; • Atrair e manter profissionais competentes; • Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais.

3.2 - Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Gerir resultados significa defini-los a partir de um planejamento abrangente, alcançá-los mediante projetos claros de implementação, monitorá-los e avaliá-los a partir de controles, acompanhamentos e ajustes necessários.

As seções seguintes descrevem o modelo de governança do planejamento estratégico adotado pelo Ifes, as responsabilidades das principais instâncias funcionais no modelo de governança e o papel desempenhado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) para o monitoramento e controle dos projetos estratégicos.

Governança do Planejamento Estratégico

O modelo de Gestão da Estratégia adotado pelo Ifes (Figura 6) tem por finalidade organizar o processo de tomada de decisão com foco na estratégia de atuação. O modelo propõe a formação de diferentes níveis de elementos (Câmara de Governança do Planejamento, Diretoria de Planejamento, Líder do Portfólio, Líder do Programa, Líder do Projeto, Unidade de Informação Gerencial e o Responsável pelo Indicador), que contribuem direta ou indiretamente para a realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), para monitoramento dos resultados alcançados na execução da estratégia do Ifes.

Em 2015, a Governança do Planejamento Estratégico se concentrou em consolidar, por

Composição e responsabilidades das instâncias do modelo de governança

Cada uma das instâncias definidas no modelo de governança (Figura 6) assumiram responsabilidades a fim de alcançar os resultados propostos nos projetos que compõem o planejamento estratégico e satisfazer as expectativas das partes interessadas. A composição dessas instâncias e as responsabilidades por elas assumidas, premissas básicas para a realização dos projetos, estão descritas abaixo:

- **Câmara de Governança**
 - **Composição:** Reitor, Pró-Reitores, Diretores Gerais e Conselho de Gestão.
 - **Responsabilidades:**
 - Participar das reuniões de avaliação da estratégia;
 - Alinhar, repactuar e balancear o planejamento estratégico;
 - Participar das reuniões técnicas para definição de critérios de priorização do portfólio;
 - Aprovar o plano plurianual (PPA).
- **Diretoria de Planejamento**
 - **Responsabilidades:**
 - Realizar análise estratégica;
 - Elaborar propostas de ajuste nos referenciais estratégicos;
 - Comunicar os resultados das reuniões de avaliação da estratégia (RAE).
- **Líder do Portfólio**
 - **Responsabilidades:**
 - Verificar a viabilidade das propostas de novos projetos;
 - Propor critérios para seleção de portfólio;
 - Verificar a classificação dos projetos quanto aos critérios;
 - Consolidar os indicadores do período.
- **Líder do Projeto**
 - **Composição:** Servidores do Ifes com habilidades em gerenciamento de projetos.
 - **Responsabilidades:**
 - Gerenciar as fases de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle, e encerramento do projeto no Campus/Cefor.
- **Patrocinador do Projeto**
 - **Composição:** Diretores de Campus/Cefor e Pró-Reitores.
 - **Responsabilidade:**
 - Disponibilizar recursos humanos, infraestrutura e financeiros para que o projeto transcorra em um ambiente favorável aos participantes.
- **Responsável pelo Indicador**

- **Composição:** Servidores do Ifes designados no planejamento estratégico.
 - **Responsabilidades:**
 - Coletar os dados e apurar os indicadores;
 - Analisar o desempenho do indicador.
- **Partes Interessadas**
 - **Composição:** Todos aqueles que possuem algum interesse ou são impactados de alguma forma pelo projeto. As partes interessadas podem ser internos ou externos ao Ifes, como por exemplo: diretores de Campus/Cefor, Pró-Reitores, Conselho de Gestão, corpo docente, comunidades locais etc.

Ações previstas para 2016

Para 2016 estão planejadas novas reuniões com cada líder de projeto de todos os campi. O objetivo é atualizar as equipes, incluindo os líderes de programas e projetos, com a metodologia de gerenciamento de projetos desenvolvida pelo EGPP. Além de atualização das equipes, será necessário monitorar e controlar as ações realizadas até meados de 2016.

Ao término do planejamento estratégico, alguns indicadores, previamente definidos, não se tornaram aplicáveis na prática dada a impossibilidade de coleta ou pela falta de capacidade em atender seus objetivos. Dado o contexto, será necessário o realinhamento dos indicadores a fim de garantir a viabilidade da coleta dos dados.

O Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos – EGPP

Diretamente vinculado à Diretoria de Planejamento (DPLA), o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processo (EGPP) tem por finalidade garantir a máxima eficiência na gestão dos projetos estratégicos do Ifes. Dentre as responsabilidades do EGPP, destacamos:

- Definir diretrizes, metodologia e indicadores para o acompanhamento dos projetos estratégicos.
- Acompanhar a implantação e execução de projetos institucionais (estruturantes e estratégicos) do Ifes.
- Identificar desvios e entraves à execução dos projetos estratégicos e propor medidas para seu ajustamento.
- Capacitar servidores do Ifes na filosofia de projetos usada no EGPP-Ifes.
- Apresentar ferramentas e técnicas que possam auxiliar os líderes e equipes de projetos na realização de suas tarefas.

O modelo de gestão de projetos do EGPP (Figura 8) segue as boas práticas em gerenciamento de projetos apresentadas no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK), publicado pelo *Project Management Institute* (PMI). A fim de prover transparência, o modelo de gestão adotado pelo EGPP está publicado no sítio principal do Ifes no endereço:

http://prodi.ifes.edu.br/prodi/planejamento_estrategico/egp/Processos_EGP/index.html#list



Escritório de Gerenciamento de Projetos Ifes	
Autor:	Escritório de Gerenciamento de Projetos / Diretoria de Planejamento / PRODI
Versão:	1.0
Descrição:	O Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) do Ifes tem como missão auxiliar os líderes de projetos e programas estratégicos na realização de seus trabalhos, apoiando o uso de ferramentas e técnicas, além de prover capacitação aos profissionais a realizar suas atividades com o estado da arte em gerenciamento de projetos.
	A fim de orientar os profissionais que atuam com os projetos estratégicos, EGP organizou os processos inerentes a esses profissionais distribuindo-os em níveis: projetos, programas e portfólio.

Figura 7: Modelo de gestão de projetos do EGPP.

Metodologia de Gerenciamento de Projetos

A metodologia de gerenciamento de projetos, desenvolvida pelo EGPP, prevê a realização de atividades de forma organizada, visando a entrega de projetos com qualidade e no prazo determinado. Com esta visão, a metodologia foi dividida em 5 macrofases (Figura 8).

Os líderes de projetos devem estar atentos à documentação de cada uma das fases.

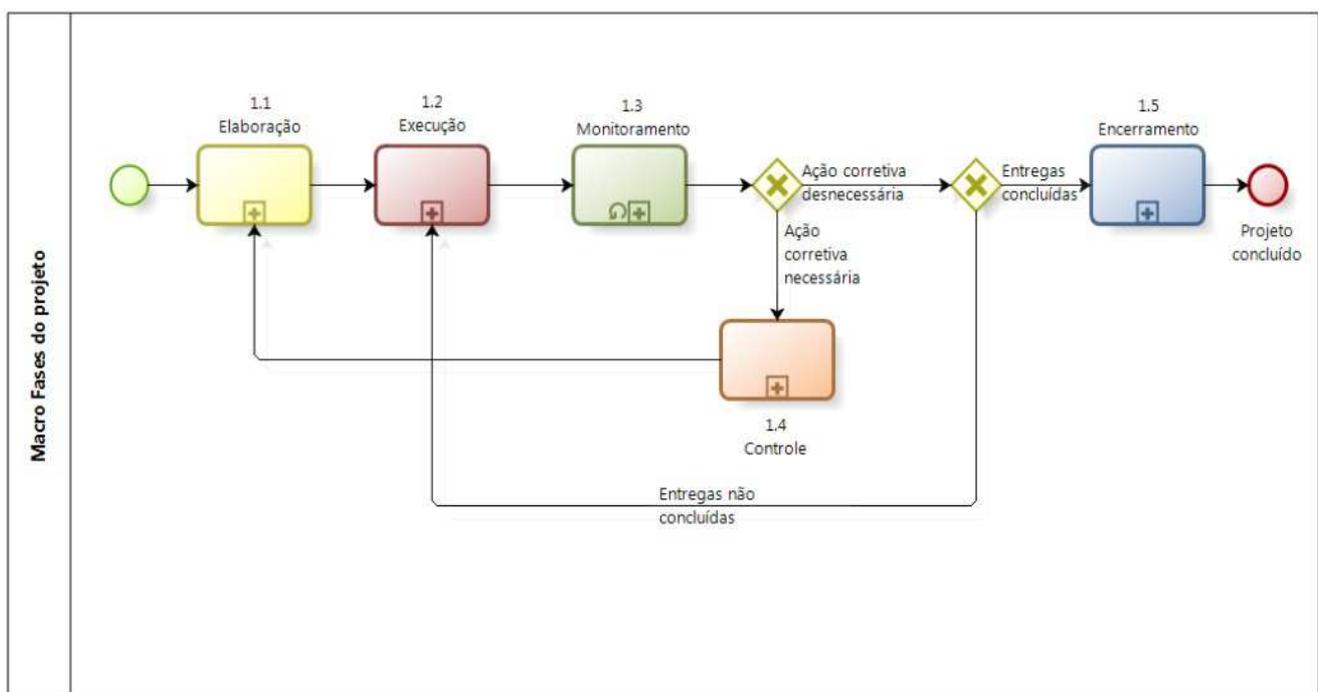


Figura 8: Macrofases de gerenciamento de projetos do EGPP-Ifes.

Cada uma das fases encontram-se detalhadas a seguir:

- **Fase 1.1 – Elaboração:** compreende os processos em que os patrocinadores idealizam e materializam o projeto. Esta fase é composta por outras duas subfases (Iniciação e Planejamento) (Figura 9).
- **Fase 1.2 – Execução:** compreende os processos realizados para executar o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto a fim de satisfazer as especificações do projeto (Figura 12).
- **Fase 1.3 – Monitoramento:** compreende os processos necessários para acompanhar, analisar e registrar o desempenho do projeto, identificando as causas de desvios no planejamento (Escopo, Tempo e Custo) (Figura 13).
- **Fase 1.4 – Controle:** compreende os processos necessários para controlar o progresso e desempenho do projeto caso ações corretivas sejam necessárias, realizando as mudanças correspondentes (Figura 14).
- **Fase 1.5 – Encerramento:** compreende os processos necessários para finalizar todas as atividades de todos os grupos de processos (Elaboração, Execução, Monitoramento e Controle) visando encerrar formalmente o projeto (Figura 15).

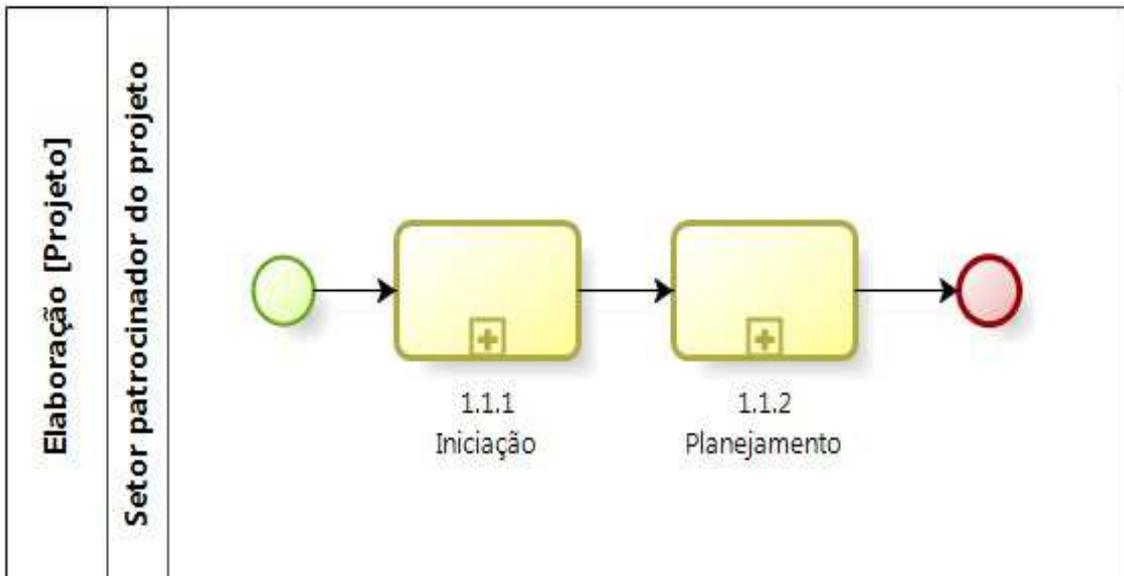


Figura 9: Macrofase de elaboração de projetos.

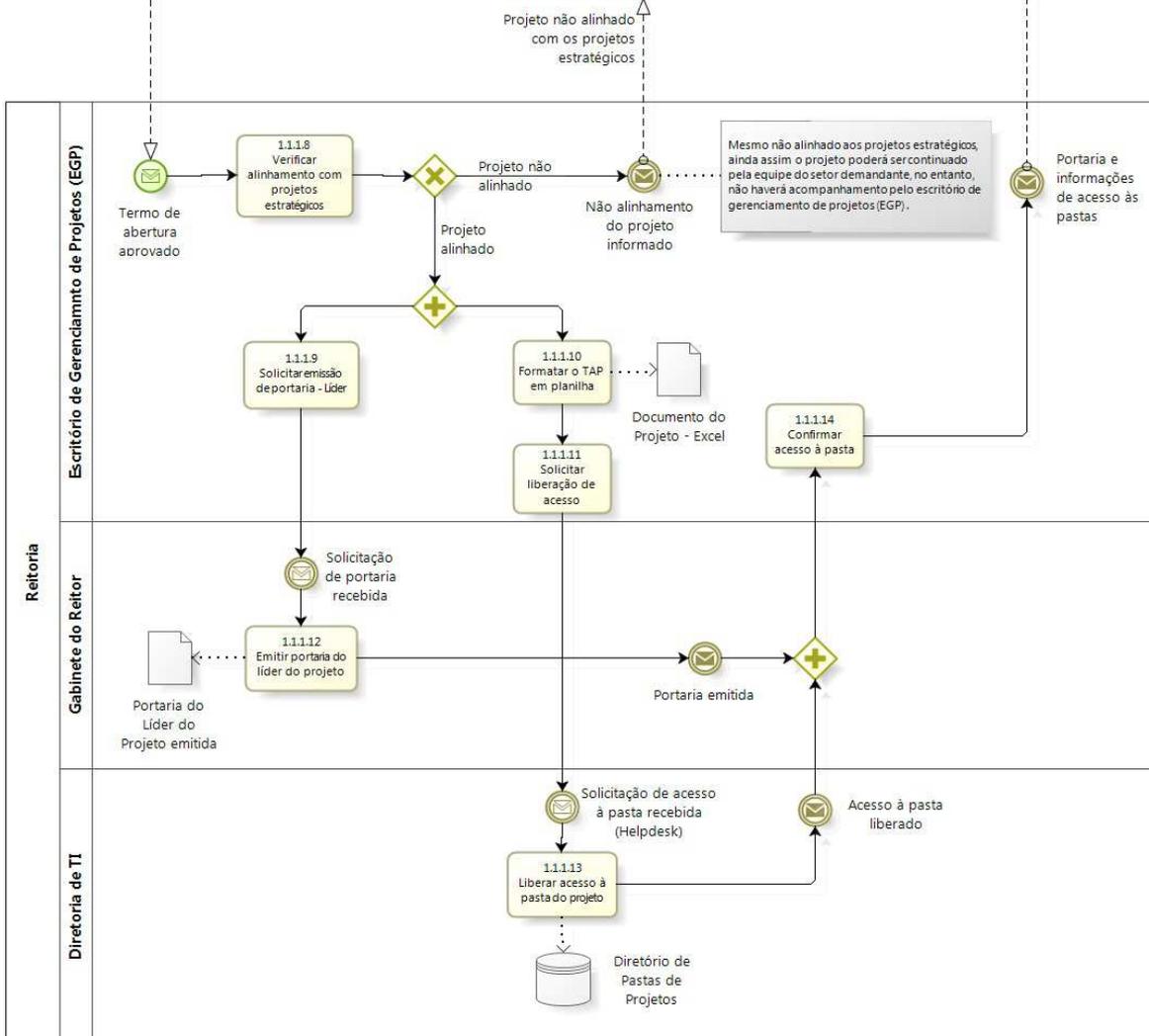
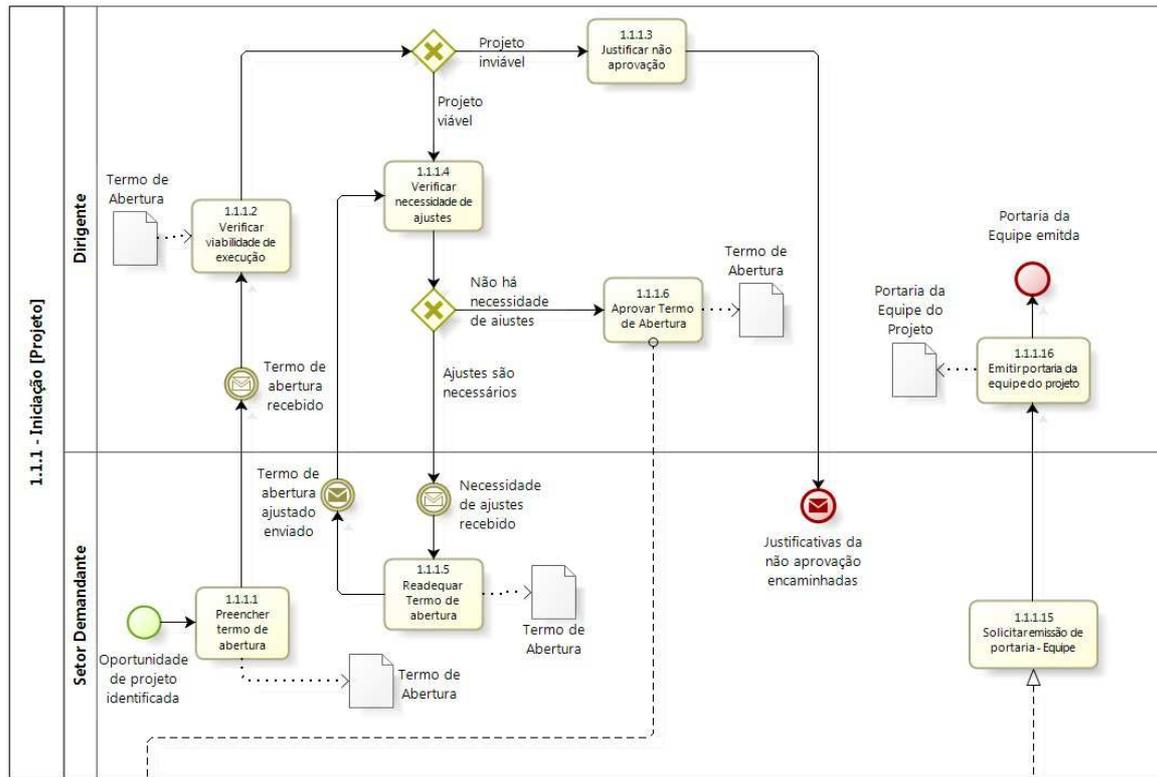


Figura 10: Fluxo de atividades do processo de iniciação de projetos.

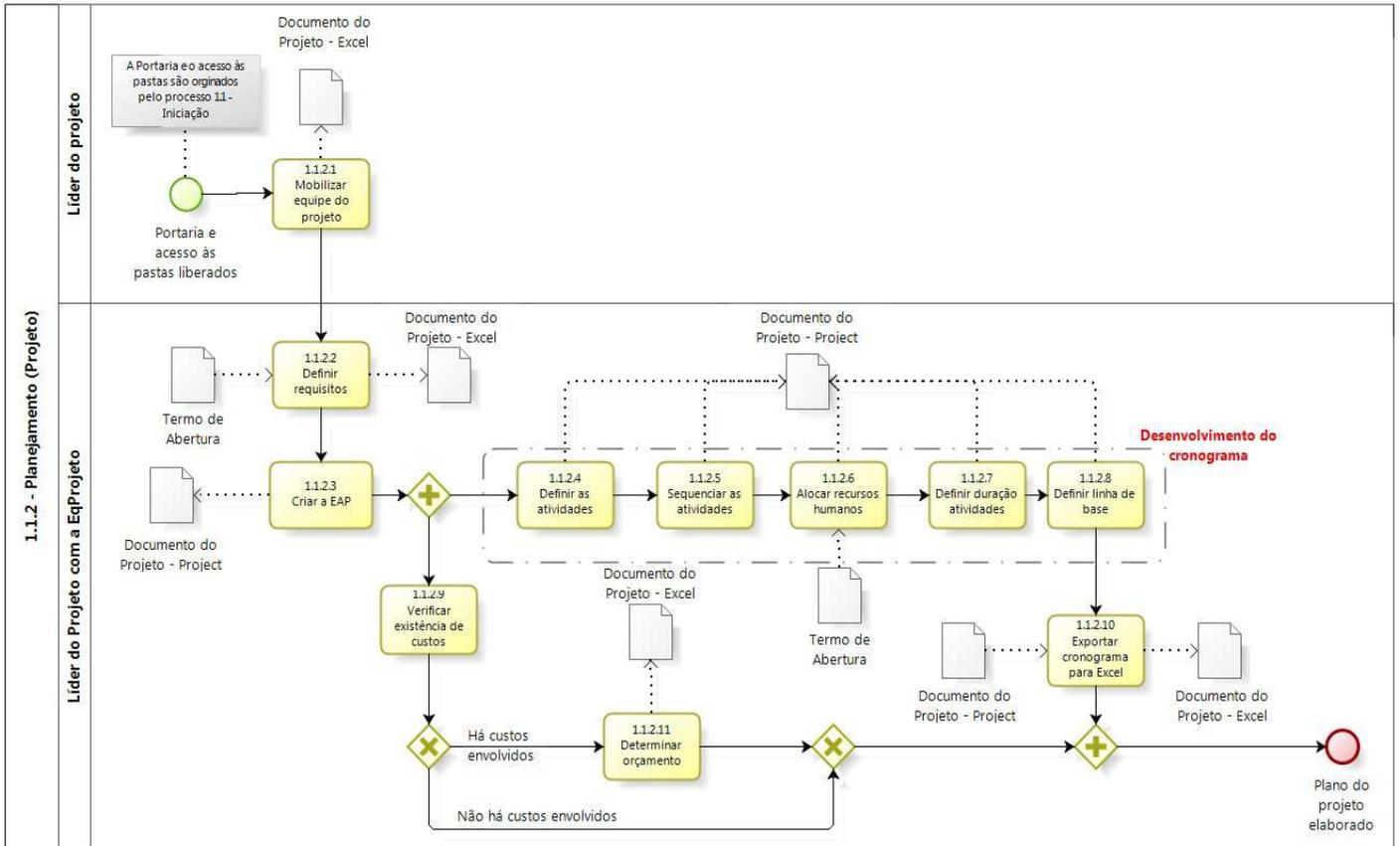


Figura 11: Fluxo de atividades do processo de planejamento de projetos.

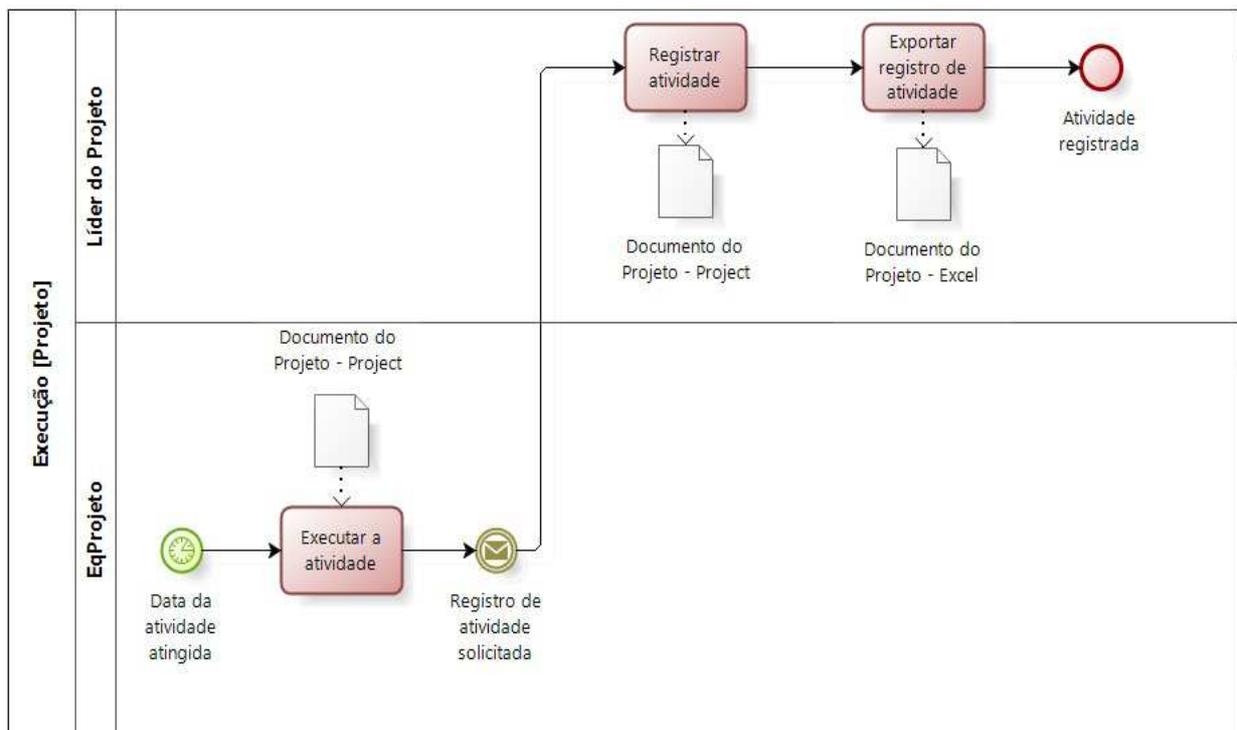


Figura 12: Fluxo de atividades do processo de execução de projetos.

Durante a execução dos projetos (Figura 12), os líderes de projetos deverão estar atentos a inconformidades que porventura possam ocorrer (Figura 13). Semanalmente, os líderes de projetos deverão monitorar o desempenho dos projetos no que se refere ao escopo, custo e cronograma de execução. Quaisquer variações identificadas deverão ser tomadas ações de controle a fim de corrigir os desvios (Figura 14).

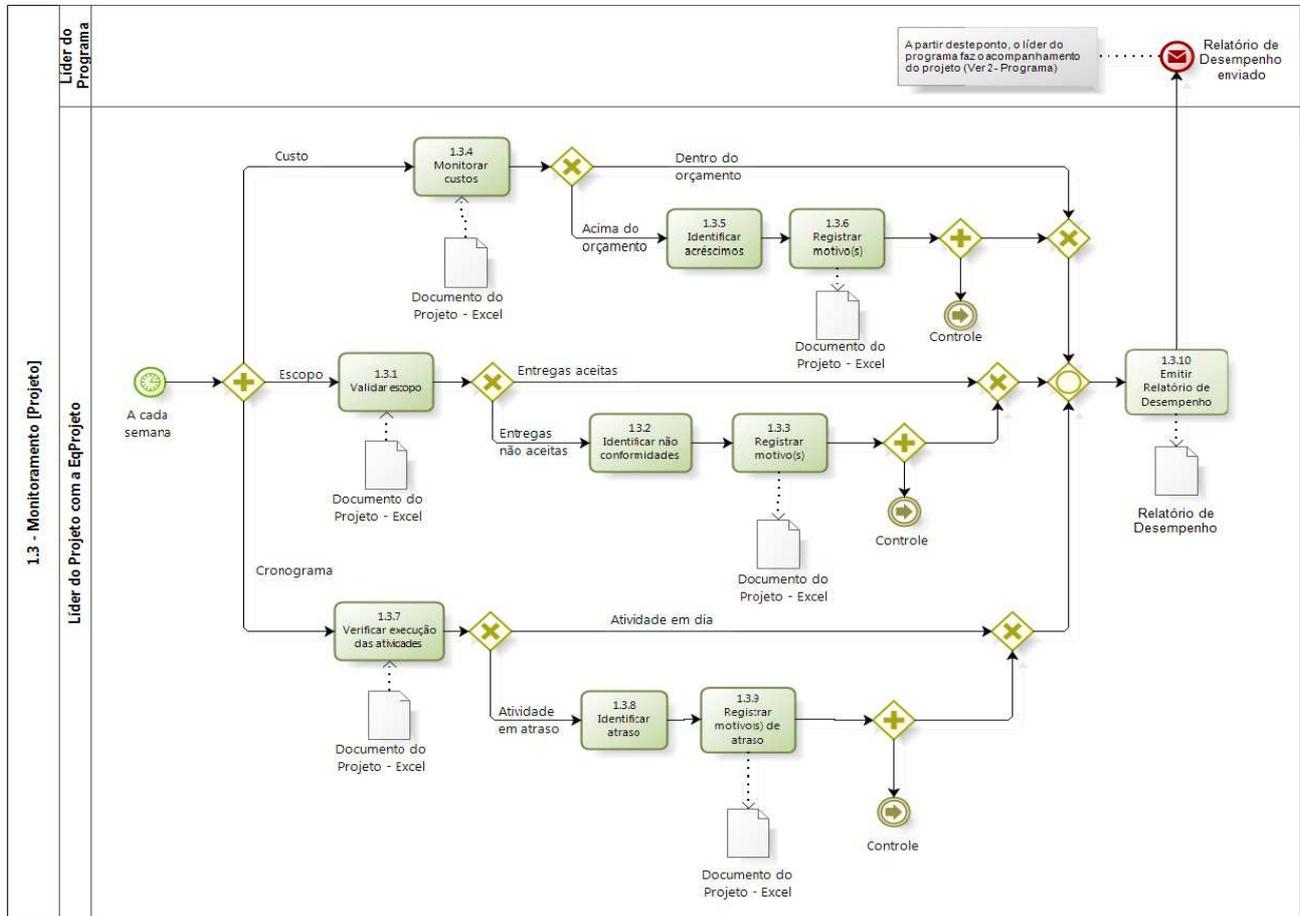


Figura 13: Fluxo de atividades do processo de monitoramento de projetos.

O fluxo de atividades das ações de controle auxiliam os líderes de projetos na elaboração de respostas às variações identificadas durante o monitoramento do projeto. É importante destacar que o trabalho dos líderes de projetos é fundamental para manter as partes interessadas, em parte impactadas, pelo projeto estejam cientes das variações ocorridas.

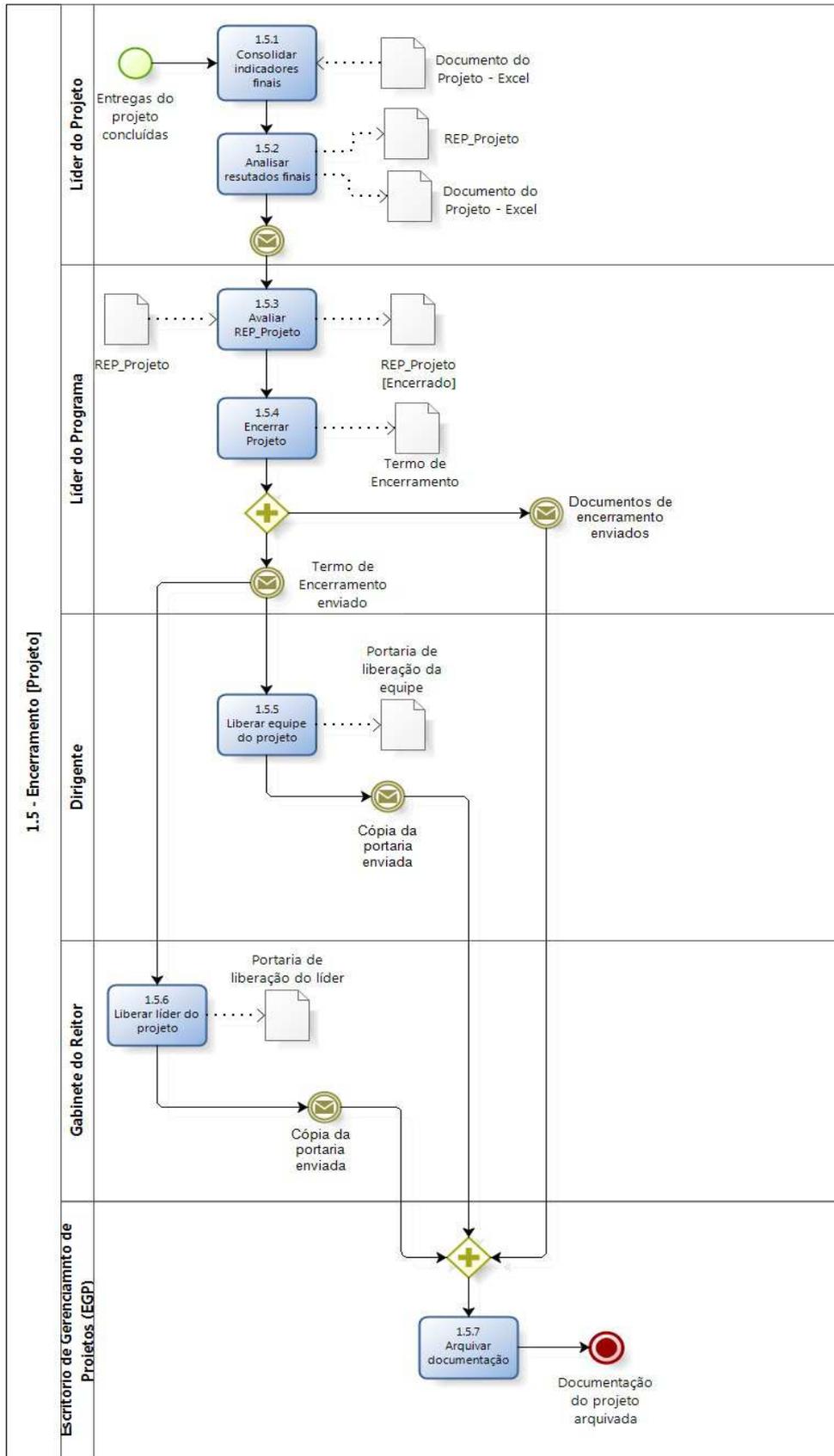


Figura 15: Fluxo de atividades de encerramento do projeto.

Metodologia de Gerenciamento de Programas

Programas são definidos como grupos de projetos relacionados, gerenciados de modo coordenado visando a obtenção de benefícios que não estariam disponíveis se eles fossem gerenciados individualmente. Desta forma, os programas gerenciados pelo EGPP-Ifes seguem um rígido monitoramento e controle dos projetos associados.

A gestão dos programas são gerenciados por meio de 2 macrofases (Figura 16).

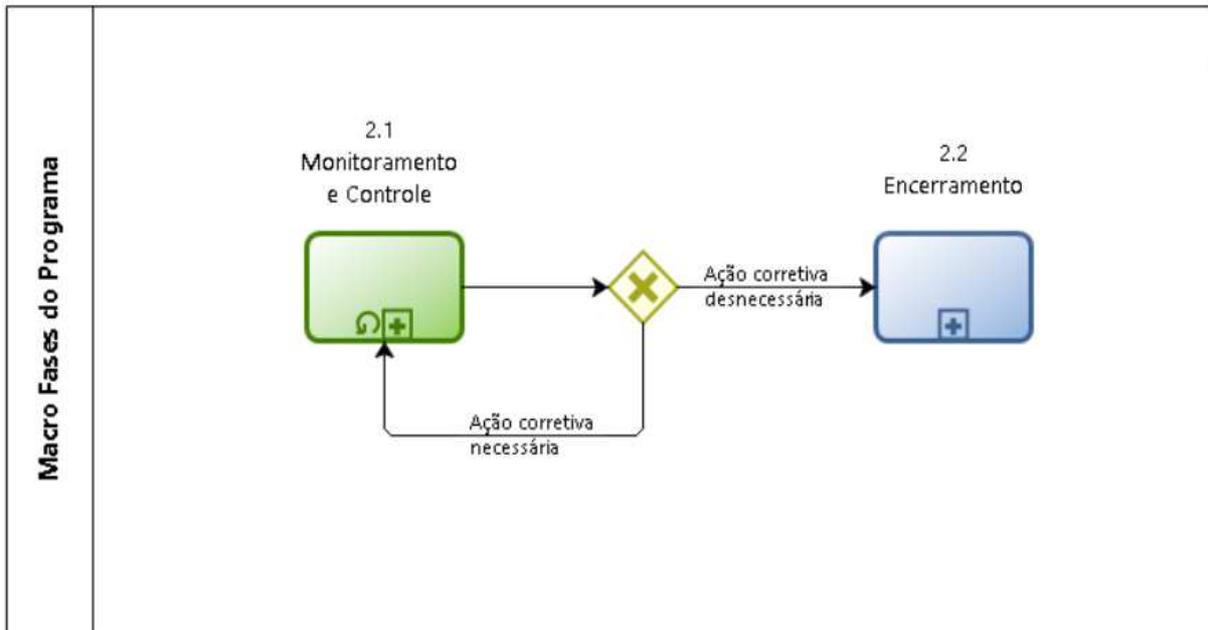
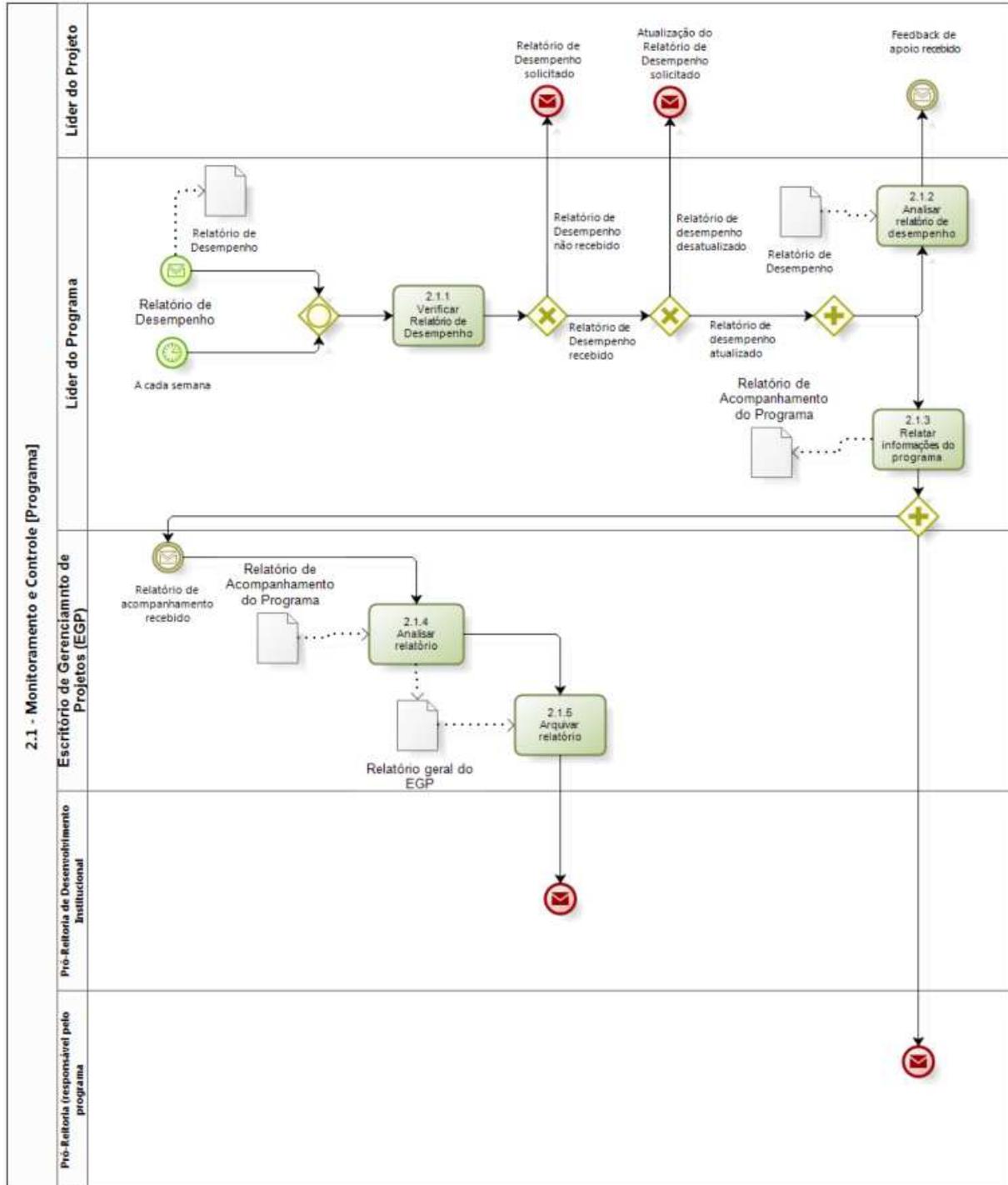


Figura 16: Macrofases do gerenciamento de programas.

A macrofase de monitoramento e controle (Figura 17) compreendem os processos necessários para acompanhar, analisar, controlar e registrar o desempenho do programa, identificado as causas de desvios no planejamento e realizando as ações corretivas necessárias.

A macrofase de encerramento compreende os processos necessários para finalizar todas as atividades e visa encerrar formalmente o programa.

Figura 17: Macrofase de monitoramento e controle de programas.



SISTEMA DE INDICADORES

O sistema de indicadores, definido durante a elaboração do planejamento estratégico, tem por finalidade mensurar o progresso dos projetos estruturantes do Ifes com relação aos seus objetivos estratégicos. Os indicadores permitem o acompanhamento do sucesso da estratégia traçada pela organização.

Para o monitoramento e controle da implementação da estratégia, foram estabelecidos dois tipos de indicadores:

- Indicadores de Eficiência.
- Indicadores de Eficácia.
-

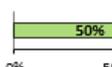
Indicadores de Eficiência

Os indicadores de eficiência medem o desempenho do projeto relacionando a execução das atividades com a utilização de recursos.

Os projetos estratégicos são monitorados pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos e Processos a partir de 5 indicadores de eficiência, apresentados nos relatórios de desempenho (Figura 18):

- Escopo – representa o percentual de conclusão das entregas do projeto;
- Prazo – representa o percentual de atraso/antecipação das atividades efetivamente realizadas contra o planejado;
 - Custo – representa o quanto a instituição está sendo eficiente no uso dos recursos financeiros investidos;
 - Risco – representa o fator geral de riscos do projeto;
 - Qualidade – representa o quanto as entregas atendem às especificidades planejadas.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

	Valor Atual	Descrição
Escopo	 0% 50% 100%	% do Projeto Concluída

	Status	Valor atual	Descrição
Prazo	☹️	9,22%	Atraso atual / Duração do Projeto Atual
Custo	😊	1,03	Índice de Desempenho de Custo (IDC)
Risco	☹️	17,00	Fator Geral de Riscos do Projeto
Qualidade	😊	9,57	Indicador de Qualidade do Produto

Figura 18: Modelo do relatório de desempenho de projeto estratégico.

Indicadores de Eficácia

Os indicadores de eficácia representam se as entregas do projeto estão tendo relação com o benefício final esperado.

A partir dos objetivos estratégicos, definidos no mapa estratégico do Ifes (Figura 1), foi definido um conjunto de indicadores que permite o monitoramento e a mensuração das atividades dos projetos estratégicos (Quadro 15) a fim de acompanhar a execução do planejamento proposto.

Todavia, parte desses indicadores se mostraram inviáveis no que se refere ao processo de coleta de dados e ao atendimento do objetivo ao qual foi criado. Sendo assim, um projeto foi iniciado em 2015 para realinhar esses indicadores à realidade atual do Ifes.

Quadro 15: Conjunto de indicadores de eficácia do Ifes.

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Indicador Associado
Resultados Institucionais	Profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade	Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho
		Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes
		Índice de Retenção do Fluxo Escolar
		Índice de Sucesso Acadêmico
	Soluções tecnológicas e inovadoras	Taxa de Transferência para o Mercado
		Número de Organizações Atendidas
		Retorno de Clientes
		Soluções Entregues
	Difusão de conhecimento, cultura e esporte	Indicador de Publicações dos Docentes (PUBD)
		Indicador de Produções Científicas, Técnicas, Pedagógicas, Culturais e Artísticas (NPRO)
		Indicador de Propriedade Intelectual (NPI)
		Público Beneficiado
		Número de Municípios Beneficiados
	Formação de formadores	Taxa de Difusão
Articulação e Parcerias Estratégicas	Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais	Quantidade de Recursos Levantados por meio de Projetos com Parceiros Externos
		Índice de Efetividade das Parcerias Estabelecidas
	Fortalecer a identidade institucional e a ação em rede	Clima Organizacional
		Iniciativas em Rede (para pesquisa e pós-graduação)
Atuação Institucional	Integrar ensino, pesquisa e extensão na educação	Índice de participação estudantil em projetos
		Curricularidade da Pesquisa e da Extensão
	Incentivar pesquisa aplicada e extensão	Taxa de Sucesso em Editais de Pesquisa e Extensão
		Número de Pesquisas
		Número de Pesquisas Aplicadas
		Número de Ações de Extensão
	Ampliar a interação da comunidade interna e externa nas ações educacionais	Volume de Recursos Extraorçamentários para Pesquisa Aplicada
		Público Beneficiado Estimado
Comunicação e Relacionamento	Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade	Índice de disponibilidade e utilização de canais de comunicação
		Índice de imagem institucional

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Indicador Associado
	Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações	Efetividade das Informações

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Indicador Associado
Atuação Operacional e Gestão	Estimular a participação da comunidade IFES na gestão	Frequência média nas instâncias de participação

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos	Indicador Associado
Recursos Humanos e Infraestrutura	Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores	Cultura de gestão por resultados
		Índice de Metas Alcançadas
	Promover a uniformização e a eficiência das atividades de trabalho	Maturidade dos Processos Institucionais
		Economicidade nas atividades (processos, projetos, ad hoc) otimizadas
	Promover a capacitação e qualificações estratégicas continuadas de servidores	Capacitação estratégica de servidores
		Índice de Titulação dos Docentes
		Índice de Titulação Técnico-administrativo
	Atrair e manter profissionais competentes	Relação Candidato / Vaga
		Índice de Rotatividade Voluntária
		Índice de Rotatividade Interna
	Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão	Taxa de participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão
	Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica	Taxa de Investimento em Infraestrutura em Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica
		Taxa de Utilização de Laboratórios para Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica
	Consolidar a estrutura física e de pessoal dos campi	Estruturar índice para mensurar o viés de estrutura física do objetivo estratégico
Relação Alunos/Docente em Tempo Integral		
Indicador Aluno/Técnico-administrativo (ATA)		
Indicador Técnico-administrativo/Docente (TAD)		
Orçamento	Assegurar orçamento para a execução da estratégia	Índice de disponibilidade orçamentária para projetos estratégicos
		Gastos Correntes por Aluno
	Aumentar a captação de recursos extraorçamentários e créditos complementares	Índice de Recursos Extra Orçamentários e Créditos Complementares
		Recursos Extra Orçamentários e Créditos Complementares Captados / Professor

Detalhamento dos Indicadores de Eficácia

A fim de acompanhar os indicadores de eficácia, foi criada uma ficha de acompanhamento (Figura 19), a qual descreve os indicadores, metas definidas e período de coleta de dados. O seu preenchimento dar-se-á em 2016, a partir de reuniões de alinhamento entre o EGPP e as Pró-reitorias.

Ficha de Detalhamento de Indicadores																													
POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO:																													
NOME DO INDICADOR:																													
OBJETIVO ASSOCIADO:																													
PERPECTIVA:																													
INFORMAÇÕES GERAIS:																													
FINALIDADE DO INDICADOR:																													
NOVO OU EXISTENTE:																													
FÓRMULA DE CÁLCULO:	UNIDADE DE MEDIDA:																												
PERIODICIDADE:	CASAS DECIMAIS																												
POLARIDADE:	NECESSITA PREVIETO:																												
DISPONIBILIZAÇÃO:																													
DEPONIBILIDADE INDICADOR:	DATA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO:																												
FONTE DE DADO:	RESPONSÁVEL PELA COLETA:																												
METAS:	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">HISTÓRICO DOS RESULTADOS</th> <th colspan="7">METAS DE LONGO PRAZO:</th> </tr> <tr> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	HISTÓRICO DOS RESULTADOS			METAS DE LONGO PRAZO:							2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019									
HISTÓRICO DOS RESULTADOS			METAS DE LONGO PRAZO:																										
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019																					
COLETA PERIÓDICA																													
1TRJ/2014	2TRJ/2014	3TRJ/2014	4TRJ/2014	1TRJ/2015	2TRJ/2015	3TRJ/2015	4TRJ/2015	1TRJ/2016	2TRJ/2016	3TRJ/2016	4TRJ/2016	1TRJ/2017	2TRJ/2017	3TRJ/2017	4TRJ/2017														
0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000														
GRÁFICO																													
GRÁFICO 2014 A 2019																													

Figura 19: Ficha de acompanhamento dos indicadores de eficácia.

3.3 - Desempenho orçamentário

Considerando 2015 um ano de turbulências que geraram reflexos no orçamento como atrasos no repasse e insuficiência de recursos que prejudicaram o planejamento e o desenvolvimento dos programas. A instituição conseguiu cumprir suas metas físicas e financeiras e alcançou seus objetivos de atendimento às demandas dos discentes e da comunidade interna e externa.

As obras foram executadas conforme planejamento.

A Ação citada 6380 foi executado pela 20RL, tendo em vista a insuficiência de limites orçamentários.

A Ação citada do Programa 2109 não atingiu os 100% devido incertezas provocadas pelo atraso do orçamento 2015, restrições orçamentárias ao longo do ano.

3.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Objetivo do programa 0597 programas do governo 2030 Educação Básica, promoveu, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Na Ação 20RJ – meta física executada foi de 188 e a da meta reprogramada de 18, as turmas foram concluídas e acreditamos que os resultados foram positivos. Foi feito um grande esforço na instituição para seleção dos cursos.

Objetivo do programa 0582 programas do governo 2031 Educação Profissional e Tecnológica, obteve sua expansão, no interior com qualidade e oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Na Ação 20RL - meta física executada foi de 20802 com diferença da meta reprogramada de 20900, devido alto índice de evasão que o instituto busca controlar.

Na Ação 2994 – meta física executada foi de 112139 e a reprogramada 60000, diversos avanços foram percebidos, como a integração entre os profissionais da equipe, que fortalece o trabalho interdisciplinar, contribuindo para uma atuação cada vez mais qualificada junto aos discentes. Como resultados das ações, temos observado o crescimento no número de alunos beneficiados, que era de 5662 em 2014 e chegou a 7857 em 2015.

Na Ação 20RG Investimento – meta física executada foi de 10 e a reprogramada 10, metas executadas conforme o planejado.

Objetivo do programa do governo 2109 – Programa de Gestão de Pessoas. Realizou ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Promoveu a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Na Ação 4572 – meta física executada foi de 400 com diferença da meta reprogramada 500, houve incertezas provocadas pelo atraso do orçamento de 2015, restrições orçamentárias ao longo do ano e inexistência do Plano Anual de Capacitação – PAC impossibilitaram realização integral da meta estimada. Ainda assim, as decisões em capacitar apoiadas pela gestão têm possibilitado promoção de ações de capacitação, em sua maioria, alinhadas aos objetivos institucionais.

3.3.2 - Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 16: Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação	
Código	Tipo: 10 - Orçamento Fiscal
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações

	eticorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e adolescência.					
Objetivo	Código: 0597					
Programa	Código: 2030		Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
253.494,00	253.494,00	4.768,00	4.768,00	0,00		20.573,80
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto apoiado			unidade	18	18	188
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação						
Código	Tipo: 10 - Orçamento Fiscal					
Título	Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.					
Objetivo	Código:					
Programa	Código: 2031		Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
132.060.730,00	134.892.730,00	105.997.238,3 2	92.305.077,74	78.285.076,66		36.109.390,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada

Projeto viabilizado		unidade	10	10	10	
Estudante matriculado		unidade	19.510	20.900	20.802	
Benefício concedido		unidade	60.000	60.000	112.139	
Unidade apoiada		unidade	15	15	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação						
Código	Tipo: 2109.4572.26406.0032					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código: 2109		Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	500.000,00	404.380,72	282.208,85	224.005,90		12.335,34
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Servidor capacitado			unidade	500	500	400
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Quadro 17: Ação/Subtítulos - 01

Identificação da Ação							
Código	Tipo: 2030.20RJ.26406.0032						
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2030 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	253.494,00	253.494,00	4.768,00	4.768,00	0,00		20.573,90
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Pessoas beneficiadas		unidade	18	18	188	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação							
Código	Tipo: 2031.20RL.26406.0032						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2031 Tipo: Atividade						

Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	99.623.338,00	102.455.338,00	77.417.739,53	67.452.980,40	58.743.410,08		13.986.943,09
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Estudante matriculado		unidade	19.510	20.900	20.802	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação							
Código	Tipo: 2031.2994.26406.0032						
Descrição	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	13.687.392,00	13.687.392,00	12.922.090,31	12.588.870,67	12.066.266,15		1.165.578,08

Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Benefício concebido			unidade	60.000	60.000	112.139
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
Identificação da Ação							
Código	Tipo: 2031.6380.26406.0032						
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2031 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00		10.399,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Unidade apoiada			unidade	15	15	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

A Ação acima citada 6380 foi executado pela ação 20RL, tendo em vista a insuficiência de limites orçamentários.

Quadro 18: Ação/Subtítulos – 02

Identificação da Ação							
Código	Tipo: 2109.4572.26406.0032						
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2109 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	500.000,00	500.000,00	404.380,72	282.208,85	224.005,90		12.335,34
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Servidor capacitado		unidade	500	500	400	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

A Ação acima citada do Programa 2109 não atingiu os 100% devido incertezas provocadas pelo atraso do orçamento 2015, restrições orçamentárias ao longo do ano.

Quadro 19: Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação							
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--

Código	Tipo:				
Título					
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

Não se aplica

Quadro 20: Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	2031.20RG.26406.0032						Tipo :
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.						
Iniciativa	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2031		Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo						
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
	18.000.000,00	18.000.000,00	15.657.408,48	12.263.226,67	7.475.400,43		20.946.470,06
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
	Projeto viabilizado	unidade	10	10	10		

--	--	--	--	--	--

3.3.3 - Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Sem registros.

3.3.4 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica no órgão.

3.3.5 - Restos a Pagar em exercícios anteriores

Quadro 21: Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2015	-	-	-	-
2014	9.015.461,99	8.895.767,10	106.638,05	13.056,84
2013	474.890,57	428.472,27	21.625,52	24.792,78
2012	155.279,30	8.984,97	136.171,74	10.122,59
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12 do ano
2015	24.172.317,19	1.612.068,99	7.785,62	-
2014	38.243.017,73	30.660.875,06	1.660.523,86	5.921.618,81
2013	3.735.010,65	1.340.745,97	594.635,04	1.799.629,64
2012	195.350,06	22.720,58	134.030,22	38.599,26

3.3.6 - Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 22: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal do Espírito Santo					
UG/GESTÃO:	158151/26406					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de repasse						
Termo de Cooperação	0,00	01	02	0,00	661.786,98	684.459,36
Totais	0,00	01	02	0,00	661.786,98	684.459,36

Quadro 23: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Não se aplica.

Quadro 24: Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade			
	Montante repassado (R\$)			

Fonte: Não se aplica.

Quadro 25: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse					

...					
...					

Análise crítica

Alguns empenhos são referentes ao PAC, outros são referentes ao funcionamento do órgão do Ministério da Educação e outros ficam pendentes por motivos de falta de documentação.

3.3.7 - Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O Instituto Federal do Espírito Santo não possui uma estrutura organizacional para as prestações de contas prestadas pelos recebedores dos recursos descentralizados. Sendo que cada responsável pelo programa/projeto do órgão é responsável pela sua prestação de contas, o recurso for do MEC será prestado contas pelo SIMEC.

Nos termos de cooperação firmados pelo Instituto Federal do Espírito Santo e outros órgãos será prestado contas pelos recebedores dos recursos descentralizados, sendo responsável a comissão que controla os recursos. O Instrumento de controle é Siafi, com possui todos dados orçamentários, financeiros e contábil.

3.3.8 - Informações sobre a realização das receitas

a) receita prevista e arrecada por natureza ou grupo de receita e principais fontes de receita;

Órgão UGE - Gestão	Fonte Recursos Detalhada	Conta Contábil		521100000	899910802
				= PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	= CONTROLE DA ARRECADADAÇÃO NA UG ARRECADADORA
Natureza Receita				Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$
26406	0250000000	13110000	ALUGUEIS	473.221,00	
		13120000	ARRENDAMENTOS	173.678,00	
		19210600	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	1.270,00	
		19199900	OUTRAS MULTAS	1.479,00	
		19909900	OUTRAS RECEITAS	3.159,00	
		13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	16.654,00	
		15202600	RECETA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	513.904,00	
		14200000	RECETA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	484.515,00	
		14100000	RECETA DA PRODUÇÃO VEGETAL	161.160,00	
		16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	173.307,00	
		16001700	SERVICOS AGROPECUARIOS	11.114,00	
		16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	176.939,00	
		16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	2.163.891,00	
		16005000	TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	9.956,00	
		13152000	TAXA OCUPAÇÃO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	67.249,00	
		22190000	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MOVEIS		0,00
		13110000	ALUGUEIS		495.622,87
		13120000	ARRENDAMENTOS		207.412,30
		19210600	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO		557,27
		19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS		579,28
		19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS		14.171,46
		19195000	MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO		1.978,73
		19199900	OUTRAS MULTAS		1.792,00
		19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		20,38
		19909900	OUTRAS RECEITAS		8.072,37
		19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES		23,32
		13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		9.011,26
		15202600	RECETA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES		636.272,68
		14200000	RECETA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		476.656,42
		14100000	RECETA DA PRODUÇÃO VEGETAL		41.244,86
		16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS		117.805,98
		16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO		193.696,70
		16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS		2.134.065,44
	16005000	TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		8.400,00	
	13153000	TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMOVEIS		307,24	
	13152000	TAXA OCUPAÇÃO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.		89.650,62	
Total	12/2015			4.431.496,00	4.437.341,18

Figura 20: Receitas previstas e arrecadadas por natureza e grupo de receitas

b) receita orçamentária e eventuais fontes próprias de receita;

Valor total das receitas orçamentarias e eventuais fontes próprias de receita R\$ 4.431.496,00 sendo descrita no quadro acima.

3.3.9 - Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 26: Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 158151		Código UO: 26406		UGO: 158151	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	58.819.398,45	53.352.197,05	49.956.152,47	46.987.563,93	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	583.608,69	1.159.004,30	407.360,06	1.002.166,77	
c) Concorrência	3.758.016,36	9.196.324,38	2.609.525,70	8.619.340,59	
d) Pregão	45.215.613,41	42.140.099,38	40.080.858,02	37.140.738,62	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	9.262.159,99	856.768,99	6.858.408,69	225.317,95	
2.Contratações Diretas (h+i)	18.398.297,82	16.584.930,63	16.650.868,96	15.202.457,40	
h) Dispensa	12.382.425,97	10.449.813,61	11.333.121,91	9.612.381,92	
i) Inexigibilidade	6.015.871,85	6.135.117,02	5.317.747,05	5.590.075,48	
3. Regime de Execução Especial	63.329,04	71.504,67	63.329,04	71.504,67	
j) Suprimento de Fundos	63.329,04	71.504,67	63.329,04	71.504,67	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	380.727.962,05	271.538.241,91	380.721.348,44	271.501.540,29	
k) Pagamento em Folha	378.603.537,54	268.694.263,42	378.603.537,54	268.658.523,90	
l) Diárias	2.124.424,51	2.843.978,49	2.117.810,90	2.843.016,39	
5. Outros	23.342.990,83	75.538.820,86	23.267.051,17	75.205.917,69	
6. Total (1+2+3+4+5)	481.351.978,19	417.085.695,12	470.658.750,08	408.968.983,98	

Quadro 27: Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária:			Código UO:		UGO:			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1.Despesas de Pessoal								
31.90.11 Venc. e Vantagens	261.356.647,79	208.522.661,62	261.347.669,82	208.522.661,62			261.347.669,82	208.522.661,62
31.91.13 Obrig. Patronais	53.398.665,85	42.282.620,04	53.398.665,85	42.282.620,04			53.398.665,85	42.196.614,03
31.90.01 Aposentado. RPPS.	44.282.530,04	40.712.623,62	44.282.530,04	40.712.623,62			44.282.530,04	40.676.884,10
Demais elementos do grupo	19.575.042,24	19.577.018,31	19.574.671,83	19.515.533,18		61.485,13	19.575.671,83	19.515.533,18
2.Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do								

grupo								
3.Outras Despesas Correntes								
33.90.37 Locação MObra	31.591.830,71	24.926.182,06	28.313.045,44	22.912.539,72	2.155.943,41	2.013.642,34	27.159.431,31	21.384.773,49
33.90.39 Outros Serv. Terc.	28.685.170,33	21.393.189,75	23.415.408,89	17.917.455,20	4.129.051,68	3.475.734,55	19.516.736,66	16.413.216,17
33.90.46 Aux.-Aliment.	11.304.142,11	10.803.001,03	11.304.142,11	10.803.001,03			11.304.142,11	10.803.001,03
Demais elementos do grupo	40.005.067,43	6.160.658,57	34.549.714,13	6.130.598,59	3.937.673,28	1.971.750,28	32.053.300,45	6.018.584,48
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4.Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
44.90.51 Obras e Inst.	17.650.324,93	25.696.482,40	12.723.156,03	6.140036,65	16.556.445,75	16.556.445,75	9.731.800,12	7.820.771,79
44.90.52 Equip. Mat. Perm.	9.407.124,65	19.000.395,88	4.458.352,75	8.995.577,04	11.412.498,61	10.004.818,84	3.421.579,55	6.428.681,59
44.91.39 Outros Serv. Terc.	289.783,00	337.456,60	6.655,00	294.611,60	42.945,00	42.945,00	695,00	265.411,60
Demais elementos do grupo	27.347.232,58	6.160.658,57	17.188.163,78	6.130.598,59	28.011.889,36		13.154.074,67	6.018.584,48
5.Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								
6.Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								

3.3.10 - Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 28: Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158151	IFES - Reitoria			08	5.892,50	4.000,00
	158272	IFES - Colatina			08	5.646,00	4.000,00
	158416	IFES - Vitória			06	9.690,49	8.000,00
	158417	IFES - Serra			14	7.469,62	4.000,00

	158424	IFES - Itapina				7.908,89	5.000,00
	158425	IFES- Alegre			10	9.711,23	5.000,00
	158427	IFES - Vila Velha			11	1.947,91	4.000,00
	158428	IFES - Ibatiba			07	4.913,55	3.500,00
	158429	IFES- Venda Nova			03	193,00	2500,00
2014	158151	IFES - Reitoria			04	11.725,07	4.000,00
	158272	IFES - Colatina			01	1.765,31	4.000,00
	158416	IFES - Vitória			03	13.159,42	8.000,00
	158417	IFES - Serra			02	5.815,61	4.000,00
	158424	IFES - Itapina			02	8.830,66	5.000,00
	158425	IFES- Alegre			03	12.935,89	5.000,00
	158427	IFES - Vila Velha			01	943,43	4.000,00
	158428	IFES - Ibatiba			01	2.015,89	3.500,00
	158429	IFES- Venda Nova			04	8.599,39	2500,00

Fonte: Siafi

Quadro 29: Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	158151	IFES -Reitoria					5.892,50	5.892,50
	158272	IFES - Colatina					5.646,00	5.646,00
	158416	IFES - Vitória			01	235,00	9.690,49	9.925,49
	158417	IFES - Serra					7.469,62	7.469,62
	158424	IFES - Itapina					7.908,89	7.908,89
	158425	IFES - Alegre					9.711,23	9.711,23
	158427	IFES - Vila Velha					1.947,91	1.947,91
	158428	IFES - Ibatiba					4.913,55	4.913,55
	158429	IFES-Venda Nova					193,00	193,00
2014	158151	IFES -Reitoria			02	146,54	11.578,53	11.725,07
	158272	IFES - Colatina					1.765,31	1.765,31
	158416	IFES - Vitória			04	1.870,00	11.289,42	13.159,42
	158417	IFES - Serra					5.815,61	5.815,61
	158424	IFES - Itapina					8.830,66	8.830,66
	158425	IFES- Alegre					12.935,89	12.935,89
	158427	IFES-Vila Velha					943,43	943,43
	158428	IFES - Ibatiba					2.015,89	2.015,89
	158429	IFES-Venda Nova					8.599,39	8.599,39

Fonte: Siafi

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158151	IFES - Reitoria	339030	01	3.711,58
			39	1092,92
		339039	19	1090,00
158272	IFES - Colatina	339030	16	892,13
			23	724,90
			24	960,30
			25	960,00
			26	168,67
			59	420,00
			14	800,00
			17	100,00
			63	620,00
158416	IFES - Vitória	339030	01	221,41
			09	359,44
			17	1.511,85
			24	2421,54
			25	113,00
			26	1.405,65
			33	417,00
			42	172,00
			96	3068,00
158417	IFES - Serra	339030	03	388,77
			16	72,90
			17	564,25
			24	1.612,95
			25	101,05
			26	1.040,89
			28	289,80
			39	211,00
			42	697,81
		339039	17	165,00
			19	461,20
			63	507,00
158424	IFES - Itapina	339030	01	3.297,95
			18	175,50
			19	92,80
			24	2.246,24

			25	12,00
			26	1874,40
		339039	17	210,00
158425	IFES - Alegre		01	714,42
			09	498,26
			16	211,62
			19	181,00
			21	390,56
			22	78,00
			24	1.077,48
			25	1.462,00
			26	943,86
			31	309,50
			39	1.064,40
			42	496,93
		339030	16	160,00
			16	160,00
			17	770,00
			19	1.336,20
		339039	20	17,00
158427	IFES - Vila Velha		01	28,90
			24	1061,66
			26	528,30
		339030	96	309,05
			19	20,00
		339039		
158428	IFES - Ibatiba		24	6.509,54
		339030	26	420,00
		339039		
158429	IFES - Venda Nova		11	12,00
		339030	19	81,00
			19	100,00
		339039		

3.4 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3.4.1 - Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 30: Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercício				
			2015	2014	2013	2012	2011
Acad	Relação Candidato/Vaga	Inscrições/Vagas	11,51	11,41	11,15	13,90	10,67
	Relação Ingressos/Aluno	Ingressos * 100/ Matric	28,41	32,05	28,59	30,04	36,59
	Relação Concluintes/Aluno	Concluintes *100 / Matric	11,92	11,34	19,52	16,5	13,18
	Eficiência Acadêmica	Σ de concluintes *100 / Σ Ingressos período equiv	49,67	49,08	54,94	50,8	55,56
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Retidos * 100/ Total Matric	40,54	36,74	34,95	25,5	14,25
	Alunos/Docente em Tempo Integral	Matric/Total Docentes	21,29	19,39	20,63	21,98	26,49
Adm	Gastos Correntes por Aluno	Gastos/matrículas	15.385,69	14.972,23	13.655,76	10.386,21	8.680,27
	Gastos com Pessoal	Gastos Pessoal/Total de Gastos *100	72,32	68,36	65,95	86,92	76,37
	Gastos com outros Custeios	Gastos outros cus/Gastos Totais *100	16,27	18,50	18,48	20,54	18,64
	Gastos com Investimentos	Gastos investimentos/Gastos Totais	7,99	9,36	11,38	8,76	15,39
Sócio Ec	Alunos Matric por Renda per Capita Familiar	-----	-----	-----	-----	
Gestão Pes	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$	3,99	3,77	3,79	3,47	3,63

3.5 - Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

Não se aplica.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

4.1 - Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança do Instituto está composta por instâncias responsáveis pela dinâmica das informações acadêmicas, administrativas, financeiras, patrimonial e disciplinar, além daqueles responsáveis pela ligação do relacionamento do Ifes com a Comunidade.

Tais estruturas têm a sua base contemplada no estatuto do Ifes, com o apoio do Regimento Geral e de Regimentos próprios devido às especificidades de cada área inerente ao funcionamento do Instituto. Dessa forma, a estrutura atualmente dispõe de:

- Conselho Superior

Órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor. Tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio. Poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou de responsabilidade do Instituto.

Sua composição dar-se-á por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação, do Colégio de dirigentes e pelos ex-reitores do Instituto Federal, assegurando-se, assim, a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

- Colégio de Dirigentes

De caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal do Espírito Santo, com sua competência e atribuições dispostas no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

É composto pelo Reitor, pelos Pró-reitores e pelo Diretor-geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal.

- Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

É um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão terá a seguinte composição:

- Reitor, como seu presidente;
- Pró-reitor de ensino;
- Pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;
- Pró-reitor de extensão e produção;
- 01 (um) dirigente de ensino, pesquisa e pós-graduação, extensão e produção, por *campus*;
- 10 (dez) docentes coordenadores indicados com os suplentes pelas câmaras temáticas: 1(um) de programas de extensão ou produção, 5 (cinco) de cursos técnicos,
- 3 (três) de cursos de graduação, 1(um) dos cursos de pós-graduação ou programa de pesquisa;

- 10 (dez) discentes indicados com os suplentes pelas câmaras temáticas: 1(um) de programas de extensão ou produção, 5 (cinco) de cursos técnicos, 3 (três) de cursos de graduação, 1 (um) de cursos pós-graduação ou programa de pesquisa;
- 07 (sete) técnico-administrativos com suplentes pelas câmaras temáticas: biblioteca – 01 (um), assistência dos alunos – 01 (um), tecnologia da informação – 01 (um), integração escola – empresa – 01 (um), gestão pedagógica – 02 (dois).

- Conselho de Gestão do *Campus*

Presidido pelo Diretor-Geral do *campus*, é órgão consultivo da Direção-Geral e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada *campus*.

- Órgãos de Assessoramento

São órgãos aprovados pelo Conselho Superior e/ou outras instâncias, nas quais se definirão sua composição, organização, competência e normas de funcionamento. Entre eles, os principais são os seguintes:

- Fóruns: são órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação;
- Conselho Comunitário: objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade, relativas a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e avaliar as metas de atuação de sua política;
- Ouvidoria: é o órgão de assessoramento do Reitor responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações das comunidades interna e externa;
- Comissão de Ética: objetiva estabelecer os princípios que nortearão a conduta ético-profissional dos servidores do Ifes de acordo com os dispositivos legais;
- Procuradoria Jurídica do Ifes: é órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal na Instituição e poderá contar com um serviço de apoio administrativo.

- Comissão Própria de Avaliação

A Comissão própria de avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo foi instituída visando atender ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES), constituindo-se em um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de autoavaliação do Instituto.

A CPA atua com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto. Esta Comissão tem por finalidade a implantação do processo interno de avaliação do Instituto, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pela Comissão nacional de avaliação da educação superior (CONAES).

- Outros

Além dos destacados, o Instituto possui Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPD), de caráter consultivo, de assessoramento à gestão superior, e Comissões Internas de Supervisão da Carreira dos Técnico-administrativos em educação, previstas no § 3º, do art. 22, da Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, instituídas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Essas comissões são compostas por servidores integrantes do plano

de carreira com a finalidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a implantação do PCCTAE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, e de propor a Comissão nacional de supervisão às alterações necessárias para seu aprimoramento.

4.2 - Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho superior do Instituto Federal do Espírito Santo, como preceitua o Art. 65 do Regimento geral do Ifes, e Regulamento Interno da Auditoria Interna aprovado pela Resolução CS nº 17/2005.

O Regulamento Interno, em vigor, foi aprovado pela Resolução nº 17/2015, de 14.05.2015, estando à mesma vinculada ao Conselho Superior, conforme prevê seu artigo 1º: “*A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), constituída por meio de seu Estatuto (aprovado pelo Ato nº 11 de 1º de dezembro de 2009 da Reitoria, publicado no D.O.U., de 28 de janeiro de 2010, seção 1, páginas 22 a 24), é o setor técnico de controle interno responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como propor medidas para racionalizar as ações de controle e desenvolver ações preventivas para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos da administração do Instituto e está vinculado ao Conselho Superior do IFES de acordo com o art. 1º de seu Regimento Geral, em conformidade com o art. 15, § 3º, do Decreto no 3.591/2000 alterado pelo Decreto no 4.304/2002.*”

Ainda, de acordo com o Regimento Interno, a Auditoria-Geral tem as seguintes atribuições:

Art. 7º Compete à Unidade de Auditoria Interna:

I - acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução;

II - assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III - verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV - verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

V - orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VI - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais;

VII - propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

VIII - acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

IX - comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;

X - elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINTE do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna RAINTE, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na IN CGU nº07/2006 e alterações posteriores;

XI - verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas do Presidente da República no Balanço Geral da União/BGU;

XII - testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal;

O Auditor-Chefe é a autoridade responsável pela Unidade de Auditoria Interna do IFES, A Unidade de Auditoria Interna é dirigida por um Auditor-Chefe em exercício na Reitoria escolhido dentre os servidores em exercício na Audin. Todas as ações referentes a execução do PAINTE, estão sob a coordenação do auditor-chefe. Os auditores das subunidades são frequentemente convocados pelo auditor-chefe a atuarem na execução do plano, reuniões e capacitações.

No exercício de 2015 foram auditadas as áreas de recursos humanos, Tecnologia da informação, Sistema de concessão de diárias e passagens, programa nacional de alimentação escolar- Pnae, área jurídica, termo de cooperação, processos licitatórios e contratos administrativos. O montante de recursos auditados totalizaram em média 21.856.634,50 (Vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

As unidades foram auditadas seguindo, de forma geral, o critério da materialidade tendo como objeto de maior relevância a aquisição do programa ERP, pagamento de substituição e servidores, pagamento de diárias, locação de imóvel, anulação de resolução do conselho superior, aquisição de equipamentos de tecnologia da informação sem a observância da IN 04/ de novembro de 2010, implantação do programa Pnae no IFES, padronização os procedimentos de empenhos/ liquidação e pagamentos, necessidade de acatamento das observações contidas no parecer jurídico ou sua justificativa para o não atendimento, acompanhamento da execução do projeto, entre outros.

No universo de 63 recomendações expedidas pela Auditoria, apenas 20 foram implementadas pelos gestores.

O Plano Anual de atividade de auditoria interna foi executado conforme planejado. Os trabalhos mais relevantes foram realizados na área de Tecnologia da Informação e SCDP. As principais constatações em relação à TI, referem-se a aquisição de Equipamentos de Tecnologia da informação, sem o cumprimento da IN 04/ de novembro de 2010, e transferência de tecnologia, realizado através de termo de cooperação, que não havia sido concluído, conforme contratado. As providências tomadas pela gestão, em relação à TI e Termo de cooperação, foram a elaboração do Plano diretor de tecnologia da informação- PDTI, apresentação da mensuração da execução do cronograma referente a parcela transferida, com comprovação documental, informando o sistema, o módulo, a especificação, o indicador físico e o período de execução do Termo de cooperação e elaboração de um novo plano de trabalho.

A estrutura organizacional da Auditoria Interna, não sofreu alteração em 2015. A AUDIN conta com dois auditores na reitoria, sendo um, o auditor-chefe, e um servidor de apoio administrativo. O Ifes possui três subunidades,(Campus, Aracruz, Itapina e Santa Teresa) com um auditor em cada uma.

4.3 - Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Atualmente a UJ possui, em sua estrutura, a Comissão de Ética, que atua em situações de correição dentro do Instituto, desempenhando trabalho de resolução de conflitos, inclusive desenvolvendo trabalhos de orientação juntos aos servidores, nas mais diversas áreas.

Faz parte também da estrutura de correição a Assessoria Processual, que é responsável pela instauração e acompanhamento de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias, no âmbito do Instituto.

As apurações de ilícitos cometidos por colaboradores desta instituição dão-se a partir do conhecimento do fato pelo Dirigente Máximo, qual seja, Reitor. Em alguns casos são encaminhados a Comissão de Ética.

Após conhecimento, análise dos elementos é tomada a decisão, a saber:

- Em alguns casos encaminham-se os elementos ao interessado ou ao campus para se manifestar e após outra análise verifica-se a necessidade de apuração. Podendo ser Sindicância ou PAD. Sendo assim, designa uma Comissão, esta trabalhará afim de apurar todos os indícios e irregularidades. Ao final do Relatório da Comissão, o processo é encaminhado à Procuradoria para Parecer e por fim a Decisão do Reitor (após o interessado pode pedir Reconsiderações).

Os processos estão sendo atualizados junto ao Sistema CGU-PAD, e as providências estão sendo tomadas. As comissões serão responsáveis por alimentar o sistema enquanto os processos estiverem com elas. Do mais, será a Assessoria Processual.

4.4 - Gestão de riscos e controles internos

Objetivo Específico

Demonstrar a percepção da própria unidade jurisdicionada, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da UJ, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Para fins de atendimento deste subitem, consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do Parágrafo único do art. 1º da IN TCU nº 63/2010.

Estrutura de Informação

A informação está estruturada conforme o **Quadro 31** a seguir, que contém diversas afirmativas classificadas em cinco elementos do sistema de controles internos da UJ que se pretende

avaliar: ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; informação/comunicação e monitoramento. A avaliação representada pela elaboração do **Quadro 31** deve ser complementada por análise crítica, em forma de texto, sobre as percepções trazidas pelo Quadro.

Para melhor compreensão do resultado da avaliação, a UJ deve declarar a estratégia adotada para a emissão da opinião sobre os diversos componentes do Quadro.

Abrangência

A avaliação dos controles internos deve ser feita por todas as UJ relacionadas no Anexo I da DN 134/2013, ainda que não seja possível o pronunciamento sobre todas as afirmativas contidas nos cinco elementos do Quadro. No caso de impossibilidade de pronunciamento sobre alguma afirmativa, a UJ deve utilizar o valor 3 (posição neutra em relação à afirmativa).

No caso de relatório consolidado, a avaliação deve ser feita pela UJ consolidadora e pelas UJ expressamente destacadas como consolidadas no Anexo I da DN 134/2013, considerando os respectivos contextos.

Quadro 31: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma				X	

escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

5 - INFORMAÇÕES SOBRE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 - Canais de acesso do cidadão

Site institucional do Ifes

Por se tratar da principal fonte para divulgação de informações sobre a instituição para o público em geral, o site institucional do Ifes é de extrema relevância no relacionamento entre a instituição e a sociedade, embora não seja um canal de comunicação interativo por natureza, exceto pela seção Contato, em que o usuário pode enviar e-mail à Reitoria ou a um dos campi. Nesta mesma seção, o usuário pode fazer qualquer manifestação ao Serviço de Informação ao Cidadão ou com a Ouvidoria do Ifes.

O site institucional reúne publicações como notícias, editais de processos seletivos para alunos, documentos institucionais, resoluções e atas dos órgãos colegiados, calendários acadêmicos, entre outros. Cada um desses itens possui seu próprio local a ser publicado, conforme estrutura do site.

Na tabela abaixo, estão listadas as publicações mais acessadas no site institucional no ano de 2014.

Quadro 32: Publicações mais acessadas

	Título da publicação	Data inicial da publicação	Número de acessos
1	Edital 01-2015 - Técnicos-Administrativos em Educação	09/07/2015	538.628
2	PS 1 - Cursos Técnicos - Multicampi	04/10/2015	414.253
3	Edital 02-2015 - Docentes Graduados e Especialistas	02/09/2015	247.518
4	PS 24 - Cursos Técnicos - Multicampi	08/05/2015	162.586
5	Edital 03-2015 - Docentes Mestres e Doutores	02/09/2015	143.660
6	PS 27 - Cursos Técnicos - Campus Vitória	16/06/2015	75.675
7	Ifes abre inscrições para 3.946 vagas em cursos técnicos	02/10/2015	66.222
8	PS 36 - Cursos Técnicos em Administração e Informática a Distância	31/08/2015	57.029
9	Ifes lança concurso para técnicos administrativos com 55 vagas	09/07/2015	53.913
10	PS 11 - Cursos Superiores - Multicampi	09/01/2015	51.574
Total			1.811.058

Entre as publicações mais acessadas estão os editais e notícias sobre os processos de seleção de alunos para cursos técnicos e superiores e sobre os concursos públicos para servidores. Os três editais de concurso público publicados em 2014 estão entre as cinco publicações mais acessadas, sendo que o concurso para servidores técnico-administrativos foi o item mais acessado no site institucional, com mais de 500 mil acessos.

Redes sociais

Facebook

O Ifes possui página no Facebook desde abril de 2011 e atualmente 62.213 pessoas curtem essa página, ou seja, 62.213 pessoas que possuem identificação com o conteúdo da página (dados de 22 de fevereiro de 2016). De acordo com dados da própria rede social, o perfil de quem curte a página do Instituto: 64% dos fãs são mulheres, e a maior parte são pessoas de 18 a 24 nos (41% do total).

A Assessoria de Comunicação Social do Ifes trabalha basicamente com cinco aspectos para esta rede social: postagens, fotos, capa, atendimento a interações e monitoramento. As postagens são feitas diariamente – normalmente mais de uma por dia –, em que são divulgadas informações recentes e de interesse, como e o caso de eventos e processos seletivos que ainda acontecerão.

Para eventos que já aconteceram, apenas são postadas fotos com identificação do acontecimento, nos álbuns do ano ou de visitas técnicas. A capa da página é utilizada de forma institucional e também para chamar a atenção do público para questões consideradas de maior relevância, como processos seletivos.

Além disso, a Assessoria de Comunicação responde a todos os questionamentos direcionados ao Instituto, tanto de mensagens do mural (timeline) quanto privadas. Esse atendimento deve ser feito o mais rápido possível, devido a dinamização da rede e porque esse posicionamento mostra a preocupação com o diálogo do Ifes com seu público e a transparência de informações.

Além das interações diretas dos usuários na página do Ifes no Facebook, a Assessoria de Comunicação também monitora a rede como um todo, buscando identificar o que está sendo falado da Instituição em outros locais. Todas essas informações da e para a rede são acompanhadas por meio de relatório que é feito pela semanalmente pelo setor.

Twitter

O Ifes possui perfil no Twitter desde 6 de dezembro de 2009 e possui 8.043 seguidores (dados de 22 de fevereiro de 2016). Desde então, o trabalho da Assessoria de Comunicação Social no perfil institucional do Ifes pode ser dividido em três etapas: postagens diárias, atendimento a interações e monitoramento.

Diariamente, são preparados tweets sobre os assuntos atuais que estão sendo noticiados pelo Ifes e que são de interesse do seu público. Eventualmente, os tweets levam a interação dos usuários, que podem repassar essa informação a diante, por meio do “retweet”, ou tirar dúvidas, relacionadas ao assunto ou não. As interações que apresentam questões direcionadas ao Ifes devem e são todas respondidas pela Assessoria de Comunicação.

Além das interações diretas dos usuários no perfil do Ifes no Twitter, a Assessoria de Comunicação, a partir de setembro de 2013, passou também a monitorar a rede como um todo, buscando identificar o que está sendo falado da Instituição indiretamente (sem citar o perfil institucional). Quando identificadas questões que podem ser esclarecidas pelo Ifes, a Assessoria de Comunicação faz seu papel em auxiliar, fornecendo informações ao usuário envolvido.

Instagram

O Ifes possui perfil no Instagram desde 2 de março de 2015 e possui 8.043 seguidores (dados de 22 de fevereiro de 2016). Desde então, o trabalho da Assessoria de Comunicação Social no perfil institucional do Ifes trabalha a postagem periódica na rede, além de responder às interações dos seguidores e monitorar a rede.

No Instagram, são postadas imagens, fotos e vídeos relacionados a eventos e notícias institucionais. Por meio de hashtags, há um incentivo aos seguidores de utilizar as hashtags institucionais em suas fotos para que, por meio do "repost", essas fotos sejam apresentadas no perfil do Ifes no Instagram. Isso também é feito quando o usuário marca o perfil do Ifes em alguma foto ou em algum vídeo postado em seu próprio perfil.

Eventualmente, o conteúdo postado leva a interação dos usuários, que podem repassar essa informação a diante, por meio do "repost", ou tirar dúvidas, relacionadas ao assunto ou não. As

interações que apresentam questões direcionadas ao Ifes devem e são todas respondidas pela Assessoria de Comunicação.

5.2 - Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços está disponível no site do Ifes desde 26 de fevereiro de 2015.

5.3 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Anualmente é realizada a pesquisa de avaliação institucional onde estão contemplados a opinião dos usuários internos do Ifes. A Assessoria de Comunicação Social está elaborando uma proposta para levar aos dirigentes com a finalidade de captar informações tanto do público interno, quanto do público externo.

5.4 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Ouvidoria conta com três principais serviços: Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); Fale Conosco; e demandas específicas da Ouvidoria.

Entre as atribuições da ouvidoria estão a de fornecer informações, receber e examinar solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios encaminhados pelos cidadãos; encaminhar as manifestações feitas aos gestores e diretores responsáveis; acompanhar e garantir o direito de resposta às demandas de forma objetiva e clara, no menor prazo possível de forma aberta, honesta, objetiva e precisa com transparência, integridade e respeito, feitas através dos canais acima mencionados.

As demais demandas, referente às denúncias e reclamações, passam por análise do Ouvidor do Ifes e recebem tratamentos diferenciados, de forma a solucionar especificamente cada problema relatado.

Além deste canal de acesso ao cidadão, no site Institucional do Ifes é possível encontrar informações sobre os documentos institucionais, ações e programas, agenda do Reitor, Auditoria, Convênios, despesas, Licitações e Contratos, servidores e serviço de informação ao cidadão.

5.5 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Com relação às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, o Instituto Federal do Espírito Santo conta com a assessoria dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne, que são órgãos de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. Os Napne têm por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos.

Com relação aos recursos materiais, os Napne's do Ifes contam com alguns recursos de Tecnologia Assistiva, em sua maioria adquiridos através da Pró-reitoria de Ensino, que entre os anos de 2013 e 2014 realizou um levantamento no sentido de identificar os materiais necessários ao atendimento das demandas dos campi. Até o momento, foram adquiridos e distribuídos aos campi materiais e equipamentos como reglete e punção, soroban, geoplano, impressora Braille, máquina de escrever em Braille, teclado ampliado, entre outros.

Também têm sido realizadas discussões relacionadas à demanda de profissionais especializados para atendimento aos alunos com necessidades específicas (especialmente intérpretes

de Libras e professor de AEE). Até o momento, viabilizou-se a contratação de 03 intérpretes de Libras, em caráter efetivo, para atender às demandas dos campi Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante, além de outros profissionais contratados em caráter temporário para atender às demandas dos alunos com necessidades específicas.

Quanto à acessibilidade arquitetônica, foi desenvolvido o Projeto “Ifes Acessível”, que forneceu ao instituto informações acerca das condições de acessibilidade de seus campi (prédios, acessos, circulação, etc.), bem como das demandas no que tange às adaptações necessárias para garantir o acesso das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida aos espaços institucionais.

Podemos destacar ainda a implantação da atividade de *Monitoria Especial*, com destinação de vagas exclusivas para atendimento aos alunos com necessidades específicas; o desenvolvimento de Projetos de Pesquisa e de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) envolvendo temas ligados à Acessibilidade e Educação Inclusiva; e a construção compartilhada de processos seletivos acessíveis, considerando a elaboração dos editais, a adaptação de provas, o acompanhamento dos candidatos com necessidades específicas durante a realização das provas, a contratação de profissionais com formação específica para executar as tarefas de auxílio aos candidatos de forma qualificada, tais como intérpretes de Libras, leitor e transcritor, disponibilização de salas acessíveis, adaptação de provas e ampliação do tempo de prova, entre outras ações.

6 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 - Desempenho financeiro

A PROAD tem como item de análise neste momento apenas os indicadores obrigatórios, que está no item 3.4.1 - Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.

Atualmente não há compatibilidade nem sincronismo entre os ingressos e dispêndios financeiros, o que provocando constantes atrasos nos pagamentos de faturas pela limitação dos repasses financeiros.

A principal dificuldade enfrentada pela Administração está no fato de que os valores repassados mensalmente não condizem com o montante das despesas apropriadas, inclusive algumas delas decorrentes do exercício anterior.

6.2 - Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Não se aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) Inexistência de sistema ou programa integrado no Ifes, capaz de realizar de forma confiável os cálculos e registros, conforme preceitua na NBC's.

6.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica.

6.4 - Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26406 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO ESP. SANTO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.431.496,00	4.431.496,00	4.867.563,42	426.067,42
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	730.802,00	730.802,00	802.004,29	71.202,29
Receitas Imobiliárias	714.148,00	714.148,00	792.993,03	78.845,03
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	16.654,00	16.654,00	9.011,26	-7.642,74
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	646.876,00	646.876,00	617.901,28	-127.773,72
Receita da Produção Vegetal	161.160,00	161.160,00	41.244,86	-119.915,14
Receita da Produção Animal e Derivados	484.515,00	484.515,00	476.656,42	-7.858,58
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	513.904,00	513.904,00	636.272,68	122.368,68
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	513.904,00	513.904,00	636.272,68	122.368,68
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.636.207,00	2.636.207,00	2.862.096,22	326.889,22
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.908,00	5.908,00	39.288,96	33.380,96
Multas e Juros de Mora	1.479,00	1.479,00	18.541,85	17.062,85
Indenizações e Restituições	1.270,00	1.270,00	12.040,79	10.770,79
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	3.159,00	3.159,00	8.706,31	5.547,31
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.431.496,00	4.431.496,00	4.867.563,42	426.067,42
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.431.496,00	4.431.496,00	4.867.563,42	426.067,42
DÉFICIT	-	-	612.688.766,66	612.688.766,66
TOTAL	4.431.496,00	4.431.496,00	617.546.329,08	613.114.833,08
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	2.832.000,00	2.832.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	2.832.000,00	2.832.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	404.674.697,00	489.616.856,00	490.199.096,50	476.186.848,11	468.637.148,07	-62.441,50
Pessoal e Encargos Sociais	299.943.717,00	380.069.699,00	378.612.886,92	378.603.537,54	378.603.537,54	1.456.813,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	104.730.980,00	109.446.956,00	111.586.210,58	97.582.310,67	90.033.610,53	-2.139.254,58
DESPESAS DE CAPITAL	46.797.627,00	44.629.627,00	27.347.232,68	17.188.163,78	13.154.074,67	17.282.294,42
Investimentos	46.797.627,00	44.629.627,00	27.347.232,68	17.188.163,78	13.154.074,67	17.282.294,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	451.472.124,00	534.146.182,00	517.546.329,08	493.374.011,89	481.791.222,74	16.599.852,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	451.472.124,00	534.146.182,00	517.546.329,08	493.374.011,89	481.791.222,74	16.599.852,92
TOTAL	451.472.124,00	534.146.182,00	517.546.329,08	493.374.011,89	481.791.222,74	16.599.852,92

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.863.201,33	10.231.128,37	7.847.616,67	7.408.006,86	1.836.860,66	2.649.462,18
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.863.201,33	10.231.128,37	7.847.616,67	7.408.006,86	1.836.860,66	2.649.462,18
DESPESAS DE CAPITAL	3.752.191,18	28.011.889,36	25.389.406,99	24.616.694,75	1.949.199,65	5.198.186,24
Investimentos	3.752.191,18	28.011.889,36	25.389.406,99	24.616.694,75	1.949.199,65	5.198.186,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.415.392,51	38.243.017,73	33.037.023,66	32.024.701,61	3.786.060,21	7.847.648,42

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	233.038,36	5.284.024,86	5.177.799,03	244.036,56	95.228,63
Pessoal e Encargos Sociais	-	133.741,96	133.741,96	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	233.038,36	5.150.282,91	5.044.057,08	244.036,56	95.228,63
DESPESAS DE CAPITAL	23.726,46	4.177.300,97	4.165.425,31	27.049,49	18.652,63
Investimentos	23.726,46	4.177.300,97	4.165.425,31	27.049,49	18.652,63
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	256.764,82	9.461.325,83	9.333.224,34	271.086,05	113.781,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS CRÉDITOS
SUBTÍTULO 26406 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECDO ESP.SANTO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	20.340.517,19	40.278.801,36	PASSIVO CIRCULANTE	69.922.218,42	88.422.706,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.685.941,40	7.616.893,95	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	32.844,31	113.477,58
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	65.170.482,29	63.465.549,48
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.306,62	9.355,05
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	204,88
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.712.585,20	24.834.119,87
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.158.657,13	28.840.301,53			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	3.491.195,79	3.821.405,88			
VPDs Pagas Antecipadamente	4.722,87	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	606.635.901,69	520.005.564,95	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.392,45	97.753,74	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.826,63	3.526,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	93.927,11	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	565,82	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	69.922.218,42	88.422.706,86
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	606.749.138,80	519.070.550,77			
Bens Móveis	167.864.145,21	153.563.153,16			
Bens Móveis	167.864.145,21	153.563.153,16			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	437.884.993,59	365.507.397,61			
Bens Imóveis	437.905.425,86	365.538.343,64			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-20.432,27	-30.946,03			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	882.370,44	837.360,44			
Softwares	873.550,44	828.540,44			
Softwares	873.550,44	828.540,44			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	8.820,00	8.820,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	8.820,00	8.820,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	626.976.418,88	560.284.266,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	626.976.418,88	560.284.266,31

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.763.712,42	114.446.146,14	PASSIVO FINANCEIRO	46.931.128,48	156.195.760,39
ATIVO PERMANENTE	620.212.706,46	445.838.120,17	PASSIVO PERMANENTE	53.998.733,50	-24.114.643,29
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	526.046.556,80	428.205.149,21

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	36.042.498,39	29.985.774,86	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	114.234.193,83	97.558.820,04
Execução dos Atos Potenciais Ativos	36.042.498,39	29.985.774,86	Execução dos Atos Potenciais Passivos	114.234.193,83	97.558.820,04
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	56.802,35	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	35.923.323,84	29.935.019,30	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	2.561.402,54	2.828.422,06
Direitos Contratuais a Executar	62.572,20	50.755,56	Obrigações Contratuais a Executar	111.652.791,29	94.730.399,29
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	36.042.498,39	29.985.774,86	TOTAL	114.234.193,83	97.558.820,04

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-1.830.026,48
Recursos Vinculados			-38.337.389,58
Educação			-39.753.161,66
Seguridade Social (Exceto RGPS)			-1.437.560,00
Operação de Crédito			-9.126,41
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			2.931.232,36
Outros Recursos Vinculados a Fundos			-68.449,31
Demais Recursos			-324,56
TOTAL			-40.167.416,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26406 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO ESP. SANTO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		683.396.186,54	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		4.822.810,41	-
Venda de Mercadorias		517.901,28	-
Vendas de Produtos		636.272,68	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.668.636,45	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		599,66	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		599,66	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		620.657.721,46	-
Transferências Intragovernamentais		618.541.454,84	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.116.266,62	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		57.874.640,91	-
Reavaliação de Ativos		28.413.209,77	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.415.169,42	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		25.046.261,72	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		40.414,10	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
VPA de Dívida Ativa		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		40.414,10	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		626.164.978,69	-
Pessoal e Encargos		329.992.170,97	-
Remuneração a Pessoal		258.828.722,52	-
Encargos Patronais		53.650.399,20	-
Benefícios a Pessoal		17.504.901,25	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		8.148,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		57.006.445,18	-
Aposentadorias e Reformas		44.378.134,77	-
Pensões		12.102.451,46	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		525.858,95	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		75.284.247,17	-
Uso de Material de Consumo		8.450.203,32	-
Serviços		66.794.862,93	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		39.180,92	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		5.755,49	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		1.135,06	-
Variações Monetárias e Cambiais		84,49	-
Descontos Financeiros Concedidos		4.535,94	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		104.453.175,17	-
Transferências Intragovernamentais		101.184.685,57	-
Transferências Intergovernamentais		95.420,00	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		3.173.069,60	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		47.249.756,62	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		198.543,17	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		120.565,14	-
Incorporação de Passivos		11.551.080,48	-
Desincorporação de Ativos		35.379.567,83	-
Tributárias		109.807,88	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		49.059,30	-
Contribuições		60.848,58	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		12.063.520,21	-
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		11.979.774,09	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		83.746,12	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		57.231.207,85	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26406 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO ESP. SANTO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	40.995.242,18	-
INGRESSOS	623.836.310,89	-
Receitas Derivadas e Originárias	4.857.563,42	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	802.004,29	-
Receita Agropecuária	517.901,28	-
Receita Industrial	636.272,68	-
Receita de Serviços	2.862.096,22	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	39.288,95	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	618.978.747,47	-
Ingressos Extraorçamentários	436.821,54	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	618.541.454,84	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	471,09	-
DESEMBOLSOS	-582.841.068,71	-
Pessoal e Demais Despesas	-426.472.833,66	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-56.516.325,75	-
Saúde	-291.017,86	-
Trabalho	-64.115,80	-
Educação	-368.890.995,40	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-494.404,44	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-647,65	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-225.282,61	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	9.955,85	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-54.740.164,45	-
Intergovernamentais	-	-
A Federais e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-54.535.338,45	-
Outras Transferências Concedidas	-204.826,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-101.628.070,60	-
Despêndios Extraorçamentários	-437.404,31	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-101.184.685,57	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-2.619,94	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-3.360,78	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-41.926.194,73	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-41.926.194,73	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-41.820.339,73	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-105.855,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	930.952,55	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.816.893,05	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	6.885.941,40	-

Notas Explicativas

As demonstrações contábeis do setor público autarquia referem-se ao exercício de 2014 e 2015 e incluem:

- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- . Notas Explicativas.

O setor público vem, gradualmente, introduzindo práticas contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pela *International Federation of Accountants – IFAC* por meio da observância às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Balanço Patrimonial

Os ativos circulantes registrados no balanço patrimonial fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os ativos não circulantes destinados à manutenção das operações do governo são registrados ao custo de aquisição, sem as deduções das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas.

Os passivos dizem respeito principalmente às faturas de bens e serviços que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Estes são reconhecidos como restos a pagar processados e não processados.

Os passivos são registrados pelo valor nominal, ajustados juros e encargos, conforme necessário. Obrigações de planos de benefícios previdenciários de regime próprio de entes subnacionais são registradas como passivo numa base atuarial.

I. Ativo Circulante

São classificados no circulante os ativos disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o caixa em espécie e recursos alocados em conta corrente, para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original.

Balanço Patrimonial	2015	2014
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.685.941,40	7.616.893,95

b. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, tais como adiantamentos concedidas a pessoal e a terceiros; créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos; outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

	2015	2014
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.158.657,13	28.840.301,53

c. Estoques

Compreende estoques, tais como material de consumo, material de expediente, material farmacêutico e outros tipos de estoques.

	2015	2014
Estoques	3.491.195,79	3.821.405,88

d. VPD Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

	2015	2014
VPD's Pagas Antecipadamente	4.722,87	-

II. Ativo Não Circulante

Os ativos não circulantes destinados à manutenção das operações do órgão são registrados ao custo de aquisição deduzido, quando for o caso, das depreciações, amortizações e exaustões acumuladas.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

a. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis.

	2015	2014
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.826,63	3.826,63
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	93.927,11
VPDs Pagas Antecipadamente	565,82	-

b. Imobilizado

Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

	2015	2014
--	------	------

Bens Móveis	167.864.145,21	153.563.153,16
Bens Imóveis	437.905.425,86	365.538.343,64
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(20.432,27)	(30.946,03)

c. Intangível

Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais.

	2015	2014
Softwares	873.550,44	828.540,44
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	8.820,00	8.820,00

III. Passivo Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional do órgão; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

a. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

	2015	2014
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	32.844,31	113.477,58

b. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais do órgão, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

	2015	2014
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	65.170.482,29	63.465.549,48

c. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações do órgão relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

	2015	2014
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.306,62	9.355,05

d. Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem em até doze meses da data das demonstrações contábeis.

	2015	2014
Provisões de Curto Prazo	-	204,88

e. Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações do órgão junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

	2015	2014
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.712.585,20	24.834.119,87

IV. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos. Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial.

a. Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA), por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da entidade em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

b. Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

c. Resultados Acumulados

Subgrupo do “Patrimônio Líquido” formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos do órgão e os superávits ou déficits acumulados da administração

autarquia. O órgão junto com a União, em conjunto, são deficitários em seus Resultados Acumulados.

V. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes tem como finalidade dar aplicabilidade ao inciso I do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o qual determina que o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior poderá ser utilizado para fins de abertura de créditos suplementares e especiais. Segundo o § 2º do art. 43 dessa lei, entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Ressalta-se que o demonstrativo aqui apresentado demonstra apenas os valores dos ativos e passivos financeiros e a diferença entre eles (déficit / superávit). Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Ressalta-se que os conceitos de ativo e passivo financeiro não guardam qualquer correlação com os conceitos de ativo circulante e não circulante e são estabelecidos pelo art. 105 da citada lei:

Ativo Financeiro: compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro: compreenderá os pagamentos que independam de autorização legislativa.

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2015	2014	Especificação	2015	2014
Ativo Financeiro	6.763.712,42	114.446.146,14	Passivo Financeiro	46.931.128,48	156.195.760,39
Ativo Permanente	620.212.706,46	445.838.120,17	Passivo Permanente	53.998.733,50	-24.114.643,29
Saldo Patrimonial		-	Saldo Patrimonial	526.046.556,90	428.203.149,21

VI. Quadro das Contas de Compensação

Demonstra os atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo. Ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo. Não são considerados os atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira, que são demonstrados em relatórios específicos.

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2015	2014	Especificação	2015	2014
-----			-----		
Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	36.042.498,39	29.985.774,86	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	114.234.193,33	97.558.820,04
Execução dos Atos Potenciais	36.042.498	29.985.774,	Execução dos Atos Potenciais	114.234.193	97.558.82

ATIVO			PASSIVO		
Ativos	,39	86	Passivos	,83	0,04
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	56.602,35	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong. a Rec.	35.923.323,84	29.935.019,30	Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Cong. a Liberar	2.581.402,54	2.828.422,06
Direitos Contratuais a Executar	62.572,20	50.755,56	Obrigações Contratuais a Executar	111.652.791,29	94.730,39
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
Total	36.042.498,39	29.985.774,86	Total	114.234.193,83	97.558,820,04

VII. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) reconhecidos no período contábil e que impactam o resultado.

Confronto apenas das receitas e despesas correntes para apuração do resultado patrimonial do exercício.

Demonstrações das Variações Patrimoniais			
Variações Patrimoniais Aumentativas	2015	Variações Patrimoniais Diminutivas	2015
Exploração e Venda de Bens, Serv. e Direitos	4.822.810,41	Pessoal e Encargos Benefícios Previdenciários e Assistenciais	329.992.170,97
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	599,66	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	57.006.445,18
Transferências e Delegações Recebidas	620.657.721,46	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	75.284.247,17
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos	57.874.640,91	Transferências e Delegações Concedidas	5.755,49
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	40.414,10	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	104.453.175,17
		Tributárias	47.249.756,62
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	109.907,88
			12.063.520,21

Total	683.396.186,54	Total	626.164.978,69
Resultado Patrimonial do Período			57.231.207,85

Notas Explicativas:

Ativo

Os valores aumentativo de Bens Imóveis de Uso Educacional foi relevante pelo motivo de reavaliação de Imóveis de uso especial no Spiunet e elaboração de projetos básicos e executivos de Engenharia.

Passivo

Os valores de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve um aumento no resultado devido governo federal ter diminuído o repasse para efetuar a liquidação.

Patrimônio Líquido

Superávit apurado no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 57.231.207,85.

7 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 - Gestão de Pessoas

7.1.1 - Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 33: Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	2599	153	93
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	2599	153	93
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	2588	151	92
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	2		1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	7	2	
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	135	79	62
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	1	1	
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	2735	233	155

Quadro 34: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1283	1317
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1283	1317
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1275	1311
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	2	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	3
2. Servidores com Contratos Temporários		134
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	
4. Total de Servidores (1+2+3)	1284	1451

Quadro 35: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	122	22	15
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	122	22	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	119	21	15
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	1		
1.2.4. Sem Vínculo	Não há			
1.2.5. Aposentados	Não há	1	1	
2. Funções Gratificadas	Não há	470	152	105
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	467	152	105
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	1		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	592	174	120

7.1.2 - Demonstrativo de despesa com pessoal

Quadro 36: Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	261.578.399,14	8.949.746,43	20.113.992,23	13.688.065,92	14.412.856,22	6.851.450,19	1.352.515,00	160.429,71	229.073,95	283.340.729,29
	2014	214.343.135,02	7.895.071,05	17.245.436,00	10.890.643,00	14.760.742,08	6.341.560,70	1.376.056,23	275.387,79	346.585,86	237.000.724,23
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	89.768,27	80.432,95	10.226,81	2.297,14	0,00	0,00	2.010,86	700,44	0,00	95.668,20
	2014	42.255,79	38.029,08	4.108,19	1.057,62	0,00	0,00	1.152,18	0,00	0,00	44.347,07
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.129.792,52	0,00	104.815,71	30.446,13	37.584,00	17.250,53	0,00	0,00	0,00	1.198.585,07
	2014	838.974,94	19.489,62	146.956,40	171.444,94	46.514,05	21.363,16	1.573,09	0,00	0,00	908.425,24
Servidores com contrato temporário											

Exercícios	2015	5.350.768,89	0,00	320.605,35	71.484,03	595.249,00	0,00	48.612,56	0,00	0,00	6.386.719,83
	2014	5.287.436,26	0,00	324.158,66	89.404,43	618.470,20	0,00	45.517,37	0,00	0,00	6.364.986,92

Fonte: Sistema SIAPE, SIAFI e SCDP

OBS 1: O Ifes possui 51 anistiados, sendo 44 do DNPM; 01 do Ministério de Minas e Energia; 03 do Ministério dos Transportes; 02 da CONAB e 01 do Ministério das Comunicações.

OBS 2: O Ifes possui 04 servidores de carreira SEM VÍNCULO, sendo que um deles é servidor aposentado deste Ifes ocupante de cargo de direção (CD-2) na Reitoria deste Instituto.

7.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los

Riscos com Incapacidade de cumprir suas atribuições devido ao dimensionamento de servidores em decorrência de, principalmente, vacâncias e movimentações diversas. Em virtude de algumas movimentações, muitas das vezes fora do controle da Administração, requer alguns desafios especiais, como é o caso de ingresso de novos servidores, que requer tempo para que absorvam as informações de forma holística sobre as particularidades da área de pessoal.

Por outro lado, a instituição investe em treinamentos principalmente internos visando o compartilhamento e padronização dos procedimentos, com vistas ao gerenciamento adequado da área de gestão de pessoas.

Informações gerais

Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

O dimensionamento de pessoal desta Instituição Federal de Ensino atende ao disposto no Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010 e Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, que dispõem sobre os quantitativos de lotação dos cargos da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação e da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, respectivamente.

Para o dimensionamento da carreira docente, especificamente, são observados também a Lei nº 11.892, de 29 de setembro de 2008, bem como a Portaria nº 818, de 13 de agosto de 2015, referente ao conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As vagas distribuídas pelo Ministério da Educação, observada a legislação pertinente, são dimensionadas internamente conforme planejamento realizado pelos gestores dos diversos campi, considerando o planejamento da oferta de cursos de cada localidade.

Política de capacitação e treinamento do pessoal

A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), com o apoio da Diretoria de Planejamento (DPLA), vêm desenvolvendo o Projeto de Capacitação do Ifes, denominado "Projeto Salk".

O Projeto Salk tem como líder a servidora Niciane Castro, lotada na Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP). A profissional tem, entre suas atribuições, o monitoramento e controle das atividades dos envolvidos no projeto.

Como justificativas para a realização do projeto de capacitação foram identificadas as seguintes necessidades:

- O atendimento à legislação contida no Decreto nº 5.707/2006;
- O alcance dos objetivos estratégicos e as metas organizacionais preestabelecidas no planejamento estratégico;
- A organização dos critérios e objetivos para concessões de capacitação dentro do interesse institucional, e;
- O atendimento às recomendações dos órgãos de controle.

Dessa forma, o objetivo principal do projeto Salk é criar a política de capacitação dos servidores do Ifes, o qual compreende o programa de capacitação e a estrutura para a elaboração do plano anual de capacitação dos *campi* até junho de 2016.

Após reuniões realizadas com a equipe do projeto, reconheceu-se como benefícios diretos:

- A adequação aos critérios e objetivos para concessões de capacitação observando o

- interesse institucional;
- A conscientização da comunidade da importância da Política de Capacitação dos Servidores;
 - Tornar os processos de capacitação do Ifes mais transparentes e democráticos;
 - O alinhamento das competências individuais e organizacionais;
 - O direcionamento para a implantação do Plano Anual de Capacitação;
 - Apoiar o recredenciamento do Ifes junto ao MEC;
 - A redução de questionamentos referentes aos procedimentos sobre a política de capacitação, e;
 - O atendimento com qualidade à demanda do Ifes.

Como resultado das reuniões, registradas em ata, a equipe do projeto elaborou a Estrutura Analítica do Projeto (EAP) representada pela Figura 1.

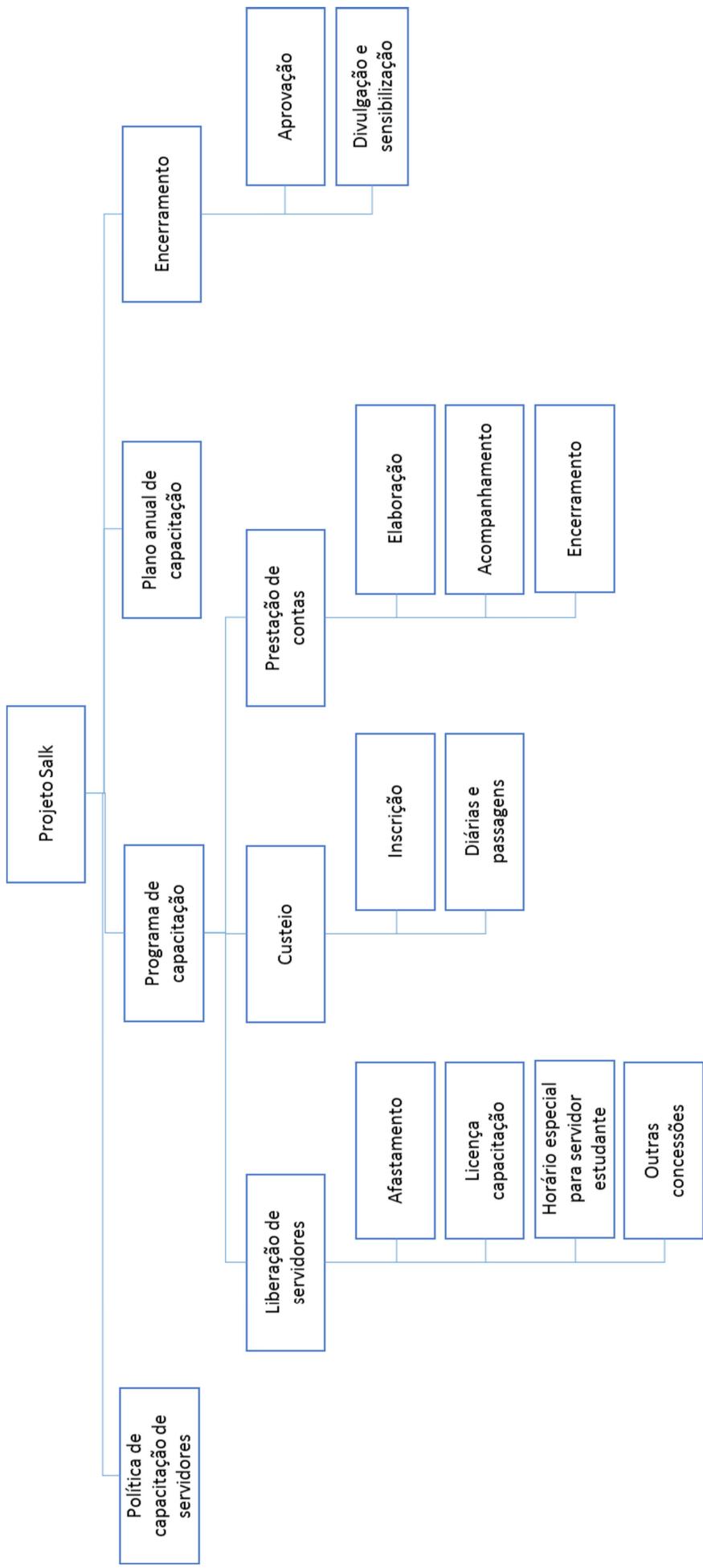


Figura 21: Distribuição geográfica dos imóveis da União

A equipe identificou como partes interessadas pelo projeto as seguintes instituições: TCU, CGU, Auditoria Interna, Segep/MPOG, Fórum de Gestão de Pessoas do Ifes, Servidores, PROAD e PROEX.

Foram identificados os seguintes requisitos para compor a EAP e como forma de atendimento às expectativas das partes interessadas no projeto:

- Modelagem dos processos;
- Modelos de documentos utilizados;
- Disponibilização dos processos e documentos no site institucional;
- Aprovações pelas CPPD e CIS;
- Aprovação pelo Colégio de Dirigentes;
- Publicação em resolução do Conselho Superior do Ifes.

A EAP retrata as entregas necessárias para a entrega da Política de Capacitação do Ifes e demais componentes. Dessa forma, ficou estabelecido o cronograma com os seguintes marcos de entregas:

- Fevereiro/2016 – Política de capacitação de servidores concluída.
- Março/2016 – Licenças e outras concessões, Horário especial, Afastamento, Inscrição, Diárias e passagens, e Prestação de Contas concluídas.
- Abril/2016 – Modelos de documentos de liberação e financeiros concluídos.
- Maio/2016 – Plano Anual de Capacitação apresentado.
- Junho/2016 – Entrega e encerramento do Projeto.

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;

Através de auditorias advindas de órgãos de controle, que conseguem realizar o cruzamento de informações relativas a RAIS, CAGED e CNIS, a instituição adota os procedimentos para apuração dos indícios de possíveis irregularidades apontados quanto à acumulação remunerada de cargos.

Além disso, para nomeação de novos servidores nos cargos da carreira docente é exigida no ato da posse, extrato do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), além da Declaração de Acumulação de Cargos, sendo este último documento, exigido também para os candidatos da carreira de técnicos administrativos.

Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.

São realizados encontros anuais com os responsáveis nos *campi* pela área de gestão de pessoas. Nestes encontros, são abordados temas pertinentes à rotina dos gestores locais, visando, dentre outros objetivos, a padronização de procedimentos e fortalecimento da área de gestão de pessoas com os diversos campi, levando-se em consideração, dentre outros, os objetivos estratégicos da instituição.

Além disso, em parceria com a Diretoria de Planejamento, realizamos projetos visando padronização de procedimentos, como é o caso do Projeto Ponto-a-Ponto, que em síntese, objetivou a modelagem dos procedimentos inerentes à frequência dos servidores.

7.1.4 - Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O Instituto Federal do Espírito Santo tem convênio com a Super Estágios, empresa de contratação de estagiários. Essa empresa capta os estagiários no mercado de trabalho para as áreas de interesse solicitadas pelo Instituto e nos informa os dados dos interessados para entrevista.

Para contratação dos estagiários tomamos como base legal a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que rege sobre os estagiários. São contratados estagiários de nível médio, técnico e superior, que estejam regularmente matriculados em escolas reconhecidas.

Hoje no Instituto temos um quantitativo de 546 estagiários contratados ativos, sendo aproximadamente 350 na área meio e 196 na área fim.

Quanto a contratação de pessoal de apoio terceirizado, seguem abaixo os quadros com as informações:

Vila Velha

Unidade Contratante						
Nome: IFES – Campus Vila Velha						
UG/Gestão:26406						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviço de vigilância armada	08.944.765/0001-91	25/11/11	24/11/16	Sem exigência	P
2011	Serviço de Conservação e Limpeza	13.024.068/0001-52	16/12/11	12/09/14	Sem exigência	E
2013	Serviço de recepcionista	08.672.662/0001-10	01/07/13	30/06/15	Sem exigência	E
2013	Serviço de manutenção predial	08.672.662/0001-10	01/02/13	30/06/15	Sem exigência	E
2014	Serviço de Conservação e Limpeza	05.276.664/0001-00	15/09/14	12/12/15	Sem exigência	E
2015	Serviço de manutenção predial	20.511.890/0001-03	01/07/15	30/06/16	Sem exigência	A
2015	Serviço de portaria e recepção	07.122.586/0001-06	13/07/15	12/07/16	Ensino fundamental	A
2015	Serviço de capina	31.710.965/0001-00	06/10/15	05/11/15	Sem exigência	E
2015	Gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras	17.283.683/0001-34	23/11/15	22/05/16	Ensino superior	A
2015	Serviço de Conservação e Limpeza	13.024.068/0001-52	15/12/15	14/06/16	Sem exigência	A

Serra

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal do Espírito Santo (Serra)						
UG/Gestão: 158417						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Vigilância	03.265.996/0001-55	31/12/2015	31/12/2016	Ensino Fundamental Completo	Vigente
2012	Manutenção Predial	08.672.662/0001-10	30/11/2015	30/11/2016	Ensino Fundamental Completo	Vigente
2015	Limpeza	02.201.230/0001-44	12/11/2015	12/05/2016	Sem Exigência	Vigente

Venda Nova do Imigrante

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal do Espírito Santo (Venda Nova do Imigrante)						
UG/Gestão: 158429						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Pessoa física - acompanhar aluno com necessidade especial -visual	CPF: 015.338.967-20 CPF: 114.169.657-69	24/08/2015	30/12/2015	Ensino Técnico	Encerrado
2015	Pessoa física - acompanhar aluno com necessidade especial -auditiva	CPF: 126880787-71 CPF: 095104677-23 CPF: 126880787-71	03/09/2015 04/09/2015 09/11/2015	30/12/2015 29/10/2015 30/12/2015	Ensino Técnico	Encerrado
2015	serviços de limpeza, conservação, jardinagem, manutenção e recepção	06.863.184/0001-08	25/01/2015	25/01/2017	Ensino Fundamental Completo	Vigente
2015	Vigilância	03.265.996/0001-55	28/01/2015	28/01/2017	Ensino Fundamental Completo	Vigente

Montanha-ES

UNIDADE CONTRATANTE						
Nome: IFES Campus Montanha						
UG/Gestão: 158884						
Informações sobre contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa(CNP J)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Prestação de Serviços de segurança armada	Werner Segurança Privada Ltda	07/03/2014	07/03/2016	Sem exigência	Ativa - Prorrogado

2015	Serviços de Manutenção Predial	Servinorte Serviços Ltda	01/03/2015	28/02/2017	Sem exigência	Ativa - Prorrogado
2015	Serviços de Jardinagem	Servinorte Serviços Ltda	01/03/2015	28/02/2017	Sem exigência	Ativa - Prorrogado
2015	Serviços de Limpeza e Conservação	Servinorte Serviços Ltda	01/03/2015	28/02/2017	Sem exigência	Ativa - Prorrogado

Cachoeiro de Itapemirim-ES

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Cachoeiro de Itapemirim						
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 158418/26406						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Vigilância armada	03.265.996/0001-55	01/02/2010	31/01/2015	Sem exigência	E
2015	Vigilância armada	03.265.996/0001-55	01/02/2015	31/01/2017	Sem exigência	P
2009	Conservação/Limpeza e Jardinagem	05.276.664/0001-00	01/12/2009	31/03/2015	Sem exigência	E
2015	Conservação/Limpeza e Jardinagem	08.909.391/0001-73	01/04/2015	26/06/2015	Sem exigência	E
2015	Conservação/Limpeza e Jardinagem	04.249.145/0001-81	06/07/2015	30/06/2016	Sem exigência	P
2010	Manutenção Predial	05.276.664/0001-00	04/01/2010	31/03/2015	Sem exigência	E
2015	Manutenção Predial	08.672.662/0001-10	01/04/2015	31/03/2017	Sem exigência	P

Alegre

Unidade Contratante	
Nome: Instituto Federal do Espírito Santo Alegre	
UG/Gestão: 158425	

Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de serviços de forma contínua, na realização de Atividades Agropecuárias em Geral	CPF: 015.338.967-20 04.741.904/0001-29	2013	2016	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Vigilância armada	03.265.996/0001-55	2015	2016	Ensino Médio	P
2014	Serviços de limpeza, conservação, jardinagem, manutenção e recepção	04.741.904/0001-29	2014	2016	Ensino Fundamental Completo	P
2014	Serviços de limpeza, conservação, jardinagem, manutenção e recepção	05.261.183/0001-12	2014	2016	Ensino Fundamental Completo	P
2015	Vigilância armada	03.265.996/0001-55	2015	2016	Ensino Médio	P

Santa Teresa

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Santa Teresa						
UG/ Gestão: 158426						
Informações sobre Contratos						
Ano do contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2014	Serviços Agropecuários	08.909.391/0001-73	11/12/2014	25/08/2015	Sem exigência	encerrado
2014	Serviços Gerais	08.909.391/0001-73	11/12/2014	25/08/2015	Sem exigência	encerrado
2015	Serviços de lavanderia	08.909.391/0001-73	02/02/2015	25/08/2015	Sem exigência	encerrado
2015	Serviços de limpeza	08.909.391/0001-73	02/02/2015	25/08/2015	Sem exigência	encerrado
2013	serviço Manutenção Predial	39.272.265/0001-84	02/09/2013	01/09/2016	Ensino fundamental	Ativo Prorrogado
2012	Serviços vigilância	08.944.765/0001-91	19/12/2012	18/12/2016	Ensino médio	Ativo Prorrogado
2014	Serviços recepcionista	12.992.651/0001-94	21/02/2014	20/02/2017	Ensino médio	Ativo prorrogado
2015	Serviços de auxiliar de serviços gerais, lavanderia e limpeza e conservação	08.951.474/0001-20	26/08/2015	25/08/2016	Sem exigência	Ativo
2015	Serviços agropecuários	08.952.743.0001-73	26/08/2015	25/08/2016	Sem exigência	Ativo em 2015

7.1.5 - Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Informamos que no Instituto não há contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

7.2 - Gestão do patrimônio e frota de veículos

7.2.1 - Gestão da frota de veículos

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Reitoria, Piúma, Vitória, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Montanha, Serra, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha, Ibatiba e Santa Teresa.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

R - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

R - Suporte à execução das atividades-fim, impactando nos serviços de apoio a gestão de implantação e funcionamento dos diversos campi no Estado do Espírito Santo. Serve ainda de auxílio e suporte para a realização de atividades cotidianas, tanto no âmbito administrativo quanto na área de ensino.

➤ Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

R – Total: 77 veículos, sendo 01 veículo de representação, 66 veículos de serviços comuns, 06

veículos de carga leve e 04 veículos de carga pesada.

- Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

R - Veículos de representação: 21.000 km / Veículos de serviços comuns: 205.105,45 km (aproximadamente)/ Veículos de carga leve: 8.305/ Veículos de carga pesada 33.446

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

R – Veículos de representação: 2 anos / Veículos de serviços comuns: 7 anos/ Veículos de carga leve: 9,8 anos/ Veículos de carga pesada 20,5. anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

R – Os gastos foram de aproximadamente R\$ 520.800,24 aproximadamente.

g) Plano de substituição da frota;

R – Não há

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

R – Não há

- Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

R - O controle é efetuado através de formulário que fica no interior dos veículos, no qual são registradas, pelo motorista, as informações da utilização, tais como: hora, data, condutor, destino, quilometragem etc.

Ademais, as solicitações ficam registradas em uma agenda, para que não ocorra de dois veículos se deslocarem para o mesmo destino, por solicitantes distintos. Além de servir para controle do deslocamento realizado.

As solicitações são feitas, preferencialmente, pelas secretárias de cada Pró-Reitoria e Gabinete.

Os horários são pré-fixados para deslocamento dos motoristas para trajetos diários e rotineiros, visando, assim, atender a várias demandas em um único deslocamento.

7.2.2 - Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Informo que não temos política formalizada e nem veículos nestas condições

7.2.3 - Gestão do patrimônio imobiliário da União

- Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada.

O controle da gestão do patrimônio do Ifes é feito pelo sistema de patrimônio de cada campus com contas contábeis e pelo SpiuNET.

7.2.4 - Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Campus Alegre 158425/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5603.00010.500-7
	Endereço	Campus de Alegre do IFES Rodovia BR 482 Cachoeiro/Alegre, km 40 - Distrito de Rive, Alegre-ES, CEP: 29500-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	376.724.797-68
	Nome ou Razão Social	Erildon Gomes da Paschoa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comerciante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CANTINA ESCOLAR
	Prazo da Cessão	ANUAL
	Caracterização do espaço cedido	CANTINA ESCOLAR
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	ATENDIMENTO AOS ALUNOS DO CAMPUS
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	FONTE 0250026406
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	DEPÓSITO NA CONTA DO TESOURO NACIONAL
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	CONFORME CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CAMPUS LINHARES 158420/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5663.00051.500-4
	Endereço	AVENIDA FILOGÔNIO PEIXOTO, 2.220 – BAIRRO AVISO – CENTRO – LINHARES – ES – CEP: 29901-291
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.093.971/0001-40
	Nome ou Razão Social	MARIA EDINA DA SILVA SANQUETA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA NA VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
	Prazo da Cessão	12 MESES (27/05/2015 A 26/05/2016)
	Caracterização do espaço cedido	ÁREA TOTAL DE 165,9 M ² , SENDO: 71,13 M ² DA CANTINA, CONTENDO ESPAÇO PARA ATENDIMENTO, COZINHA, HALL E BANHEIROS FEMININO E MASCULINO; E 94,77 M ² DE CIRCULAÇÃO EXTERNA COM COBERTURA.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.197,98 (UM MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) MENSAIS.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	FONTE 250 – CONTA VPA 433110100

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	PAGAMENTO DE CONTAS CONFORME DEMANDA.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	POR CONTA DO CONCEDENTE.

Campus Ibatiba 158428/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão		5709.00021.500-2
	Endereço	AVENIDA SETE DE NOVEMBRO, N° 40, CENTRO, IBATIBA – ES, CEP: 29.395-000.
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.870.464/0001-26
	Nome ou Razão Social	A. CARLOS DE ALMEIDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PREPARADOS PREPONDERANTEMENTE PARA CONSUMO DOMICILIAR
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONCORRÊNCIA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES A CANTINA/LANCHONETE
	Prazo da Cessão	29 DE ABRIL DE 2015 A 28 DE ABRIL DE 2016
	Caracterização do espaço cedido	CANTINA/LANCHONETE
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.871,56
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	FONTE 250 – CONTA VPA 433110100
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	PAGAMENTO DE AUXÍLIO DE ALUNOS E GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	ESSE GASTO JÁ ESTÁ EMBUTIDO NO VALOR REFERENTE À CESSÃO PAGO PELO CESSIONÁRIO.

Campus Piúma 15892/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5683.00003.500-2
	Endereço	AVENIDA RIO MAR, 660, PRAIA DOCE, CEP 29.285-000, PIÚMA - ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	19.081.732.0001/81
	Nome ou Razão Social	LANCHONETE MARAGHA PIUMA EIRELI ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	CANTINA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONCORRÊNCIA 01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	FINS COMERCIAIS NO RAMO DE CANTINA/LANCHONETE/RESTAURANTE
	Prazo da Cessão	12 MESES (TERMO DE CONCESSÃO 01/2014)
	Caracterização do espaço cedido	ÁREA COMPOSTA DE COZINHA, BANHEIRO, ÁREA DE VENDAS E EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E ESPAÇO PARA MESAS.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$5.520,00

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	433110100
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	ÁGUA – RELÓGIO MEDIDOR SEPARADO PARA O ESPAÇO CEDIDO ENERGIA – CÁLCULO ESTIMADO, CONSIDERANDO A POTÊNCIA DOS APARELHOS ELÉTRICOS E MÉDIA MENSAL DO TEMPO QUE PERMANECEM LIGADOS.

CAMPUS VENDA NOVA IMIGRANTE 158429/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5729.00005.500-0 - (PARTE)
	Endereço	AVENIDA ELIZABETH MINETE PERIM, BAIRRO SÃO RAFAEL, S/N, VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES, CEP 29375-000.
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.562.970/0001-31
	Nome ou Razão Social	NK COMERCIO LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	LANCHONETE
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONCORRÊNCIA PÚBLICA
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	COMERCIALIZAR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
	Prazo da Cessão	05/03/2014 A 05/03/2016
	Caracterização do espaço cedido	CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA COM ÁREA TOTAL CEDIDA DE 66,37M², COMPOSTA POR COZINHA, CANTINA, DEPÓSITO, BANHEIROS MASCULINO E FEMININO, CORREDOR E ÁREA DE SERVIÇO.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 890,79
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEITA PRÓPRIA CONTABILIZADA COMO RECURSO FINANCEIRO NA CONTA 11122001.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	OS RECURSOS SÃO UTILIZADOS EM DESPESAS DE CUSTEIO E DE INVESTIMENTO DO CAMPUS.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A LIMPEZA, MANUTENÇÃO, ENERGIA E ÁGUA DO IMÓVEL É POR CONTA DA CESSIONÁRIA.

Campus Vitória 158416/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00216.500-0
	Endereço	Campus Vitória - IFES Avenida Vitória, 1729, Jucutuquara – Vitória -ES, CEP: 29040-780
Identificação do Cessionário	CNPJ	307.343.880/0001-15
	Nome ou Razão Social	Honofre Eugênio Daleprani - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantinas - serviços de alimentação privativos
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cantina Escolar e Restaurante
	Prazo da Cessão	Anual
	Caracterização do espaço cedido	Cantina Escolar e Restaurante

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Atendimento aos alunos e servidores do campus R\$ 117.027,86
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 0250026406
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Depósito na conta do Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conforme cláusulas contratuais

Campus Vitória 158416/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00216.500-0
	Endereço	Campus Vitória - IFES Avenida Vitória, 1729, Jucutuquara – Vitória -ES, CEP: 29040-780
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Banco
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços bancários
	Prazo da Cessão	Anual
	Caracterização do espaço cedido	Instalação posto de serviços bancários
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Atendimento aos servidores e alunos do campus R\$ 19.457,39
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 0250026406
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Depósito na conta do Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conforme cláusulas contratuais

Campus Vitória 158416/26406

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00216.500-0
	Endereço	Campus Vitória - IFES Avenida Vitória, 1729, Jucutuquara – Vitória -ES, CEP: 29040-780
Identificação do Cessionário	CNPJ	120.528.380/001-08
	Nome ou Razão Social	Marcia de Souza Tiroli - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Central de cópias
	Prazo da Cessão	Anual
	Caracterização do espaço cedido	Instalação de central de cópias
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Atendimento aos alunos e servidores do Campus R\$ 4.073,64
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte 0250026406

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Depósito na conta do Tesouro Nacional
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Conforme cláusulas contratuais

- Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

Órgão UGE - Gestão	Item Informação		25			Total
			DESPESAS LIQUIDADAS			
	Conta Contábil	Natureza Despesa Detalhada	622130300	622130400	622130700	
			= CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO A PAGAR	= CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO PAGO	= CREDITO LIQUIDADADO A PAGAR INSCRITO EM RPP	
		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	
26406	33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	2.235.680,13	114.516,32	2.350.196,45
26406	33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	0,00	1.422.463,59	1.335.852,33	2.758.315,92
						5.108.512,37

Figura 22: despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

- Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

O processo de gestão de riscos do IFES pode ser analisado por dois aspectos diferentes, relacionado ao processo interno da organização e dos controles internos da gestão Patrimonial.

Sendo os controles e processos encontram-se em fase de implantação.

7.2.5 - Informações sobre imóveis locados de terceiros

Órgão ocupante	UF	Endereço	CEP	Situação do imóvel	Proprietário do imóvel	Custo de aluguel (R\$)	Tipo de imóvel	Área ocupada do imóvel (m2)
Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância / Reitoria	ES	Rua Barão de Mauá, nº 30, Jucutuquara, Vitória, ES.	29040-860	outros	outro	27.190,00	outros	2.428
Reitoria "Sede"	ES	Av. Rio Branco, nº 50, Santa Lúcia, Vitória, ES	29056-255	Ocupado	outro	59.391,60	Administrativo	2730,58

Figura 23: Imóveis locados de terceiros

Resposta: São dois imóveis locados de terceiros:

Necessidade pela enorme dificuldade tanto para locação, quanto para aquisição de imóvel na cidade de Vitória, seja pela indisponibilidade, como também pelos preços praticados, principalmente para aquisição de terreno vazio ou com área construída com características

peculiares ao funcionamento da Reitoria.

7.2.5 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim

Quadro 38: Obras em 2015

OBRAS INICIADAS EM 2015			
CONSTRUÇÃO DE TANQUE MODULAR PARA ÁGUA POTÁVEL E RESERVA TÉCNICA	Santa Teresa / ES	03/02/2015	Paralisada(Suspensão temporária da execução dos serviços)
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS DA METALURGIA	Vitória / ES	14/01/2015	Em Execução
BLOCO DIDÁTICO, SUBESTAÇÃO E GUARITA	Barra de São Francisco / ES	12/01/2015	Em Execução
REFORMA DO GALPÃO DE MECÂNICA	São Mateus / ES	09/12/2015	Em Execução
REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Santa Teresa / ES	02/02/2015	Paralisada(Suspensão temporária da execução dos serviços)
QUADRA POLIESPORTIVA, 2º PAVIMENTO E CANTINA/REFEITÓRIO	Ibatiba / ES	01/06/2015	Em Execução
OBRAS INICIADAS EM 2014 COM EXECUÇÃO EM 2015			
CAMPUS SÃO MATEUS – PRÉDIO II (PRINCIPAL)	São Mateus / ES	24/01/2014	Paralisada(Não atendimento às notificações da fiscalização)
BLOCO DIDÁTICO 02, SUBESTAÇÃO E GUARITA	Montanha / ES	24/10/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS E LABORATÓRIOS – BLOCO 9	Serra / ES	15/04/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DO PÁTIO NO BLOCO ACADÊMICO	Vila Velha / ES	19/11/2014	Concluída
CONSTRUÇÃO DO CAMPUS CENTRO SERRANO – CARAMURU	Santa Maria de Jetibá / ES	27/10/2014	Em Execução
ADEQUAÇÃO ELÉTRICA DOS PRÉDIOS ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO	Vila Velha / ES	21/11/2014	Concluída
CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA	Aracruz / ES	15/09/2014	Concluída
CONSTRUÇÃO DE PASSARELA E PRAÇA DO CAMPUS	Cariacica / ES	07/01/2014	Concluída
2º BLOCO ACADÊMICO; ED. SERV. DE MANUTENÇÃO; URBANIZAÇÃO	Vila Velha / ES	02/12/2014	Em Execução
CONSTRUÇÃO DO BLOCO 3, DIDÁTICO E MECÂNICA DO ANEXO II	São Mateus / ES	18/11/2014	Em Execução

7.3 - Gestão da tecnologia da informação

7.3.1 - Principais sistemas de informações

Apresentação

O presente documento discorre sobre a Gestão da Tecnologia da Informação no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) para o Relatório de Gestão 2015.

Conforme orientações o presente relatório deverá contemplar informações que evidenciem:

- a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional;
- b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas;
- c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade;
- d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período;
- e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários;
- f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado;
- g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão, e;
- h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade. Apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

Assim sendo, o presente relatório manterá o foco nas questões enumeradas anteriormente buscando se sucinto e preciso quanto àquilo que se pede.

O Relatório

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) organiza a Gestão da Tecnologia da Informação em função das competências regimentais conferidas as unidades de Tecnologia da Informação (TI) existentes nos Campi e Reitoria com vistas a atribuir, de modo hierarquizado, as funções estratégica, tática e operacional aos entes dessa organização.

Desse modo, as unidades organizacionais de TI adquirem responsabilidades complementares em relação à prestação de serviços de Tecnologia da Informação e ao cumprimento da estratégia de TI.

Compete às Coordenadorias de Tecnologia da Informação (CTI) a execução de tarefas diretamente ligadas à manutenção das condições de funcionamento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração nos Campi.

Compete à unidade de TI na Reitoria (DRTI) o provimento e suporte às demandas sistêmicas, o suporte as unidades de TI nos Campi, a manutenção das condições de trabalho na sede da Reitoria e articulação central das ações em TI em conjunto com os Campi.

Além das CTI's e DRTI, fazem parte do contexto das unidades de TI do Ifes: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e o Fórum de Tecnologia da Informação (FTI).

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é o órgão colegiado de natureza propositiva e de caráter permanente, instituído em conformidade com as orientações emanadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) e pelo Sistema de Administração e Recursos de Informação e Informática (SISP), cujas competências alinhar os investimentos em Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos institucionais e definir a prioridade dos projetos de Tecnologia da Informação.

O referido comitê é composto pelo Reitor, a quem cabe presidi-lo, pelo Diretor de Tecnologia da Informação, que ocupa a função de Secretário Executivo, pelos Pró-Reitores de todas as Pró-Reitorias e pelos Diretores Gerais de cada Campus.

São atribuições do CGTI:

- a) Analisar e propor a estratégia de Tecnologia da Informação por meio do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), para a melhoria contínua da gestão, em alinhamento a missão, às estratégias e às metas da Instituição;
- b) Analisar e homologar, para posterior aprovação pelo Reitor, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), observadas as diretrizes estabelecidas na política de Tecnologia da Informação, definidas pela SLTI no âmbito do SISP, e as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do Ifes;
- c) Analisar e priorizar, em conformidade com as políticas do Ifes e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação;
- d) Propor estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas e apoiar a sua implementação;
- e) Propor a criação de grupos de trabalho e/ou subcomitês para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso, e;
- f) Propor alterações em seu Regimento Interno.

Como elemento das atribuições do CGTI, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação

descreve a situação desejada da Tecnologia da Informação em conformidade com a estratégia institucional indicando os caminhos para se atingir tal situação. Os parágrafos seguintes descrevem o PETI do Ifes apresentando sua missão e visão de futuro bem como temas estratégicos e objetivos. Ao final os dados são apresentados graficamente por meio do mapa estratégico.

Missão. Avaliar, propor e implementar soluções na área de Tecnologia da Informação com foco nos objetivos estratégicos do Ifes.

Visão. Ter a função da DTI disseminada e compreendida por toda a comunidade do Ifes com alto índice de satisfação interna.

Tema estratégico: Orientação Futura.

Objetivo Estratégico: 1. Promover o desenvolvimento da equipe de TI.

Descrição do Objetivo: Desenvolver as competências dos profissionais de TI assegurando a capacitação da estrutura funcional compatível com as demandas. Ações estratégicas:

- a) Promover capacitação permanente dos servidores de TI;
- b) Promover workshops e a formação de grupos de trabalho e de pesquisa, e;
- c) Promover a integração entre os servidores de TI proporcionando troca de experiências.

Objetivo Estratégico: 2. Garantir a estrutura funcional de TI.

Descrição do Objetivo: Realizar ações para garantir uma estrutura de TI compatível com as demandas do Ifes, em número e organizacional.

Ações estratégicas:

- a) Realizar trabalho de conscientização da importância e necessidades de pessoal de TI junto ao CONIF, pró-reitorias e campi e servidores;
- b) Ampliar e estruturar a equipe de profissionais na proporção do crescimento Institucional, e;
- c) Criar a organização funcional e mantê-la compatível com a demanda Institucional.

Objetivo Estratégico: 3. Garantir a infraestrutura de TI.

Descrição do Objetivo: Garantir a disponibilidade de infraestrutura de TI, adequados e proporcional às demandas crescentes do Ifes.

Ações estratégicas:

- a) Manter a capacidade do data Center adequada às demandas do Ifes;
- b) Disponibilizar infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de ensino pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde;
- c) Disponibilizar equipamentos de área de trabalho e softwares necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde, e;
- d) Disponibilizar equipamentos obsoletos a outros órgãos segundo a legislação vigente.

Tema estratégico: Excelência Operacional.

Objetivo Estratégico: 4. Aprimorar a Gestão de TI.

Descrição do Objetivo: Implantar e ampliar o uso de metodologias de gestão de TI, focando o uso das melhores práticas do mercado.

Ações estratégicas:

- a) Aprimorar o processo de planejamento da Contratação e Gestão Orçamentária de TI;
- b) Implantar processo de gestão de contratos de TI;
- c) Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT;

- d) Implantar a metodologia de gerência de projetos, e;
- e) Manter e acompanhar a gestão do planejamento estratégico.

Objetivo Estratégico: 5. Aprimorar a Gestão de Riscos de TI.

Descrição do Objetivo: Gerenciar riscos de TI, de forma a contribuir para a continuidade dos processos de negócio.

Ações estratégicas:

- a) Realizar avaliação permanente de riscos nos serviços prestados;
- b) Implantar Sistema de Gestão Estratégica de Segurança da Informação, e;
- c) Realizar a Gestão da Continuidade de Negócio - levantar riscos e definir procedimentos.

Tema estratégico: Orientação para Usuário.

Objetivo Estratégico: 6. Otimizar os fluxos de trabalho.

Descrição do Objetivo: Contribuir por meio de ferramentas de TI para a que os processos institucionais se tornem mais ágeis, confiáveis e transparentes.

Ações estratégicas:

- a) Apoiar o mapeamento e o fluxo de processos, e;
- b) Implantar soluções que otimizem os processos de negócio.

Objetivo Estratégico: 7. Aprimorar a comunicação com o usuário.

Descrição do Objetivo: Estabelecer canais de comunicação com os usuários, capazes de facilitar o acesso e dar publicidade à informação, mantendo uma relação de confiança e parceria.

Ações estratégicas:

- a) Incluir a comunicação com os usuários nos processos de TI;
- b) Proporcionar transparência das ações da TI por meio de sites web;
- c) Disponibilizar e institucionalizar meios de comunicação de TI, e;
- d) Promover eventos voltados aos usuários de TI.

Objetivo Estratégico: 8. Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de TI.

Descrição do Objetivo: Utilizar ferramentas e procedimentos para aprimorar a qualidade de entrega dos produtos e serviços de TI.

Ações estratégicas:

- a) Construir Painéis de Indicadores Organizacionais (visão do usuário);
- b) Ampliar processos de monitoramento, controle e melhoria dos serviços;
- c) Ampliar a disciplina de testes;
- d) Implantar procedimentos de homologação e entrega dos sistemas;
- e) Estabelecer acordos de nível de serviço na prestação de serviços de TI, e;
- f) Promover a capacitação continuada dos usuários nas tecnologias existentes.

Tema estratégico: Gestão da Organização.

Objetivo Estratégico: 9. Prover soluções tecnológicas em TI para a Instituição.

Descrição do Objetivo: Prover soluções de TI que permitam a automatização e modernização da organização levando em consideração as necessidades de acessibilidade.

Ações estratégicas:

- a) Prospectar e implementar novas soluções em TI ;
- b) Atualizar tecnologicamente e ampliar as soluções de TI existentes para a área administrativa, e;
- c) Identificar e disponibilizar novas soluções de TI para o ensino, pesquisa e extensão.

Objetivo Estratégico: 10. Facilitar o acesso às informações.

Descrição do Objetivo: Utilizar os recursos de TI para facilitar o acesso e o entendimento das informações sob a competência do Ifes.

Ações estratégicas:

- a) Disponibilizar Painéis de Indicadores Organizacionais (visão do gestor) por meio de ferramenta de BI (Business Intelligence), e;
- b) Realizar ações para a abertura de dados operacionais (dados abertos) do Ifes.

Objetivo Estratégico: 11. Melhorar a interação com os campi e outras instituições.

Descrição do Objetivo: Melhorar a interação com os Campi do Ifes e instituições, propiciando a integração, a troca de experiências e o trabalho colaborativo.

Ações estratégicas:

- a) Estruturar equipe de analistas de negócio;
- b) Aproximar equipes técnicas para troca de experiências, e;
- c) Implantar o Fórum de TI e realizar ações de TI conjuntas com os Campi do Ifes.

Mapa Estratégico de TI do Ifes

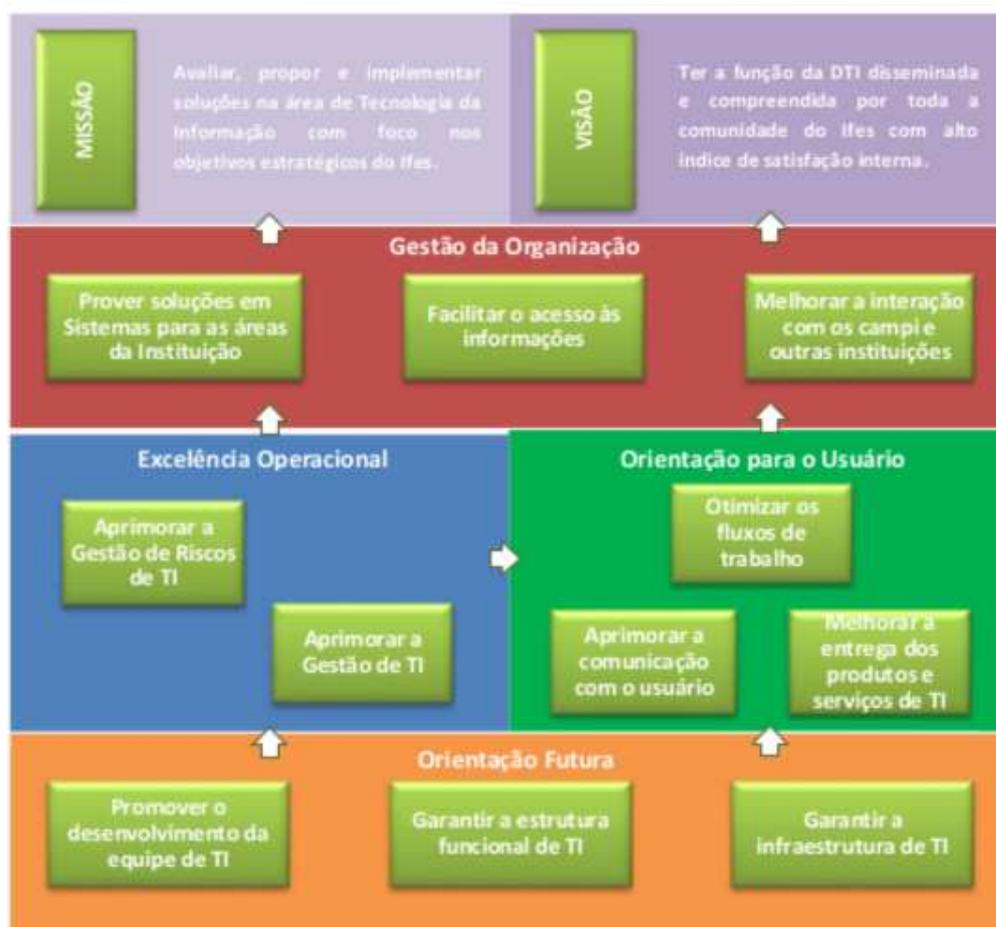


Figura 24: Mapa estratégico do TI do Ifes

Mapa Estratégico.

A partir dos objetivos estratégicos e suas ações estratégicas os projetos de TI dos Campi e Reitoria foram documentados no Plano Diretor de Tecnologia da Informação Transitório que tem vigência de setembro de 2015 a abril de 2016.

A característica de transitoriedade que norteia o PDTI vigente reside no fato do mesmo ser contingencial ao ciclo de elaboração do PDTI 2016-2019, onde será realizada a revisão do alinhamento estratégico. Assim, o objetivo geral do plano é o de registrar as demandas dos Campi e Reitoria do Ifes acerca de bens e serviços de Tecnologia da Informação para o período apresentado possibilitando com isso, após validação e aprovação pelas instâncias competentes, a aquisição de tais bens e serviços de TI na forma da lei.

Assim, para o ano de 2015 a principal do CGIT para o ano de 2015 foi o de delegar a revisão do PDTI para a equipe de revisão do PDTI e posteriormente aprová-lo segundo sua atribuição regimental.

No tocante a última unidade organizacional de TI, Fórum de Tecnologia da informação, destaca-se que o mesmo é um órgão de assessoramento e consulta que tem por finalidade assessorar o CGTI em questões técnicas relacionadas com a Tecnologia da Informação. Fazem parte de sua composição todos os gestores responsáveis pela Tecnologia da Informação dos Campi, Unidade de Educação à Distância e Reitoria do Ifes.

Como descrito anteriormente, as unidades de TI cooperaram, levando em consideração suas competências regimentais, para prestação de serviços de TI. O quadro abaixo descrevem is itens do catálogo de *software*/serviços de maior relevância para o instituto.

Quadro 39: Catálogo de Software/Serviços

Catálogo de Software/Serviços				
Unidade Responsável		Serviço/Sistema	Descrição	Criticidade
Negocial	Técnico			
PROEN	DRTI	Sistema Acadêmico	Sistema principal da gestão acadêmica da instituição.	Essencial
DRGP	DRTI	Sistema de Recursos Humanos	Sistema interno de gerenciamento de recursos humanos.	Essencial
DRGP	DRTI	Sistema de Ponto Eletrônico	Sistema interno de controle de frequência dos TAE.	Essencial
DRGP	DRTI	Sistema Patrimônio	Sistema de gestão de patrimônio.	Essencial
PROEN	DRTI	Sistema de Bibliotecas	Sistema de gestão de bibliotecas.	Essencial
DRTI	DRTI	GLPI - Sistema de Helpdesk	Sistema de registro de demandas para as unidades de tecnologia de informação.	Muito importante
Gabinete	DRTI	Sistema RSC	Sistema de gerenciamento dos processos de reconhecimento de saberes e competências.	Muito importante
PRODI	DRTI	Sistema de Avaliação Institucional	Sistema de coleta de informação para Autoavaliação institucional.	Muito importante
Gabinete	DRTI	Sistema de Gestão e Geração de Documentos	Sistema de geração de documentos oficiais e assinatura digital.	Essencial
PRODI	DRTI	Sistemas Integrados de Gestão	Sistema ERP, ainda em implantação, que será o único e grande sistema institucional.	Essencial
DRTI	DRTI	Serviço de Correio	Serviço de correio eletrônico institucional para	Essencial

		Eletrônico	troca de mensagens.	
DRTI	DRTI	Serviço CAFe	Serviço de autenticação da comunidade acadêmica federada.	Muito importante
DRTI	DRTI	Serviço de Webconferência	Serviço de conferência pela internet.	Muito Importante
DRTI	DRTI	Serviço de Vídeo Conferência	Serviço de videoconferência.	Muito importante
DRTI	DRTI	Serviço de Backup	Serviço de cópia de segurança para os sistemas e serviços institucionais.	Essencial
PRPPG	DRTI	Sistema de Periódicos	Sistema de gerenciamento de periódicos institucionais.	Muito importante
DRTI	DRTI	Serviço de Telefonia IP	Serviço de telefonia institucional	Essencial
PROEN	CTI - Cefor	Ambiente Virtual de Aprendizagem	Sistema de gestão das atividades de ensino a distância do Ifes.	Essencial

Fator importante para a manutenção da qualidade da prestação de serviço em TI é o investimento constante em capacitação. O Ifes trabalha a capacitação dos profissionais em TI principalmente em parceria com a Escola Superior de Redes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (ESR-RNP) sendo necessária estruturação de um plano de capacitação formal. O quadro abaixo enumera as capacitações realizadas pelo pessoal de TI no ano de 2015.

Quadro 40: Capacitações do Pessoal de TI em 2015

Capacitações do Pessoal de TI em 2015		
Data	Campus	Capacitação
De 14/12/2015 a 18/12/2015	Itapina	IPv6 básico
De 16/11/2015 a 20/11/2015	Santa Teresa	Segurança de Redes e Sistemas
De 16/11/2015 a 20/11/2015	São Mateus	Segurança de Redes e Sistemas
De 12/11/2015 a 13/11/2015	Reitoria	ITIL v3 Fundamentos
De 12/11/2015 a 13/11/2015	Reitoria	ITIL v3 Fundamentos
De 12/11/2015 a 13/11/2015	Reitoria	ITIL v3 Fundamentos
De 09/11/2015 a 11/11/2015	Reitoria	Gerenciamento de Serviços de TI
De 09/11/2015 a 11/11/2015	Reitoria	Gerenciamento de Serviços de TI
De 09/11/2015 a 11/11/2015	Reitoria	Gerenciamento de Serviços de TI
De 09/11/2015 a 13/11/2015	Colatina	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança
De 09/11/2015 a 13/11/2015	Aracruz	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança
De 09/11/2015 a 13/11/2015	Reitoria	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança
De 09/11/2015 a 13/11/2015	Viana	Administração de Sistemas Linux: Redes e Segurança
De 19/10/2015 a 23/10/2015	Cariacica	Administração de Sistemas
De 28/09/2015 a 02/10/2015	Guarapari	IPv6 Básico
De 31/08/2015 a 04/09/2015	Cariacica	Introdução à Segurança de Redes
De 31/08/2015 a 04/09/2015	Reitoria	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR

		27002
De 31/08/2015 a 04/09/2015	Reitoria	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002

Para a manutenção da prestação dos serviços de TI no ano de 2015 o quadro de profissionais de Tecnologia da Informação disponíveis no Ifes foi o contante no quadro abaixo.

Quadro 41: Pessoal de TI do Ifes em 2015

Quadro do Pessoal de TI do Ifes em 2015	
Tipo	Quantidade
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	78
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	17
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	0
Terceirizados	1
Estagiários	13
Total	109

O quadro abaixo discrimina integralmente a força de trabalho de TI alocada nos Campi e Reitoria.

Quadro 42: Discriminação da Força de TI nos Campi e Reitoria

Discriminação da Força de TI nos Campi e Reitoria			
Campus	Cargo	Nível	Quantidade
Campus Alegre	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	E	01
Campus Alegre	Estagiário	-----	01
Campus Alegre	Terceirizado	-----	01
Campus Aracruz	Estagiário	-----	02
Campus Aracruz	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Aracruz	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Barra de São Francisco	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Cachoeiro de Itapemirim	Assistente em Administração	D	01
Campus Cachoeiro de Itapemirim	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Cachoeiro de Itapemirim	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Cariacica	Estagiário	-----	02
Campus Cariacica	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Cariacica	Analista de Tecnologia da Informação	E	01

Campus Cefor	Analista de Tecnologia da Informação	E	04
Campus Cefor	Técnico de Tecnologia da Informação	D	03
Campus Cefor	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Centro Serrano	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Colatina	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Colatina	Assistente em Administração	D	01
Campus Colatina	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Guarapari	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Guarapari	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Ibatiba	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Ibatiba	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Itapina	Tecnólogo em Redes de Computadores	E	01
Campus Itapina	Assistente em Administração	D	01
Campus Itapina	Estagiário	-----	04
Campus Linhares	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Linhares	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Montanha	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Nova Venécia	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Nova Venécia	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Piúma	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Reitoria – DRTI	Técnico de Tecnologia da Informação	E	10
Campus Reitoria – DRTI	Assistente em Administração	D	04
Campus Reitoria – DRTI	Estagiário	-----	02
Campus Reitoria – DRTI	Pedagogo	E	01
Campus Reitoria – DRTI	Professor EBTT	E	01
Campus Reitoria – DRTI	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Reitoria – DRTI	Técnico de Tecnologia da Informação	D	06
Campus Reitoria – Proex	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Reitoria – PRPPG	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Santa Teresa	Técnico de Tecnologia da Informação	D	03
Campus São Mateus	Analista de Tecnologia da Informação	E	02
Campus São Mateus	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Serra	Auxiliar em Administração	C	01
Campus Serra	Assistente em Administração	D	01
Campus Serra	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Serra	Técnico de Laboratório - Informática	D	01
Campus Serra	Analista de Tecnologia da Informação	E	01
Campus Venda Nova do Imigrante	Técnico de Tecnologia da Informação	D	02
Campus Venda Nova do Imigrante	Estagiário	-----	01

Campus Viana	Assistente de Tecnologia da Informação	C	01
Campus Viana	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Vila Velha	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Vila Velha	Analista de Tecnologia da Informação	E	02
Campus Vila Velha	Estagiário	-----	01
Campus Vitória	Analista de Tecnologia da Informação	E	04
Campus Vitória	Assistente em Administração	D	03
Campus Vitória	Auxiliar em Administração	C	01
Campus Vitória	Professor EBTT	E	01
Campus Vitória	Técnico de Tecnologia da Informação	D	01
Campus Vitória	Técnico em Eletricidade	D	01
Campus Vitória	Tecnólogo em Redes de Computadores	D	01
Total			109

Muito embora a prestação de serviços de TI ocorra de forma satisfatória nos Campi e Reitoria do Instituto, as unidades de TI necessitam estabelecer processos claros de Gerenciamento de TI em conformidade com os guias de boas práticas de mercado. Os processos existentes são *Ad-hoc* o que desfavorece a uniformização de procedimentos de trabalho bem como desfavorece o registro e a transferência de conhecimento em TI. Tal realizada torna imprescindível a implantação de processos de gerenciamento de serviços de TI no ano de 2016.

No âmbito dos projetos desenvolvimento no ano de 2015 pela unidade de TI destacam-se os relacionados na tabela abaixo.

Quadro 43: Principais Projetos de TI do Ifes em 2015

Principais Projetos de TI do Ifes em 2015		
Nome do Projeto	Período	Detalhes
Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão	De Janeiro de 2014 a Dezembro de 2016	Projeto que tem por objetivo implantar o Sistema ERP SIG-UFRN no Ifes conforme Termo de Cooperação firmado com a UFRN. Tal termo prevê uma descentralização de crédito total de R\$ 1.617.860,00 em favor da UFRN com a contrapartida da transferência de tecnologia do aludido sistema. O projeto encontra-se em andamento tendo sido realizado até o presente momento apenas o repasse de R\$ 539.286,66. Ao longo do ano de 2015 foram realizadas ações estruturantes para implantação do sistema como, por exemplo, aprovação de regimento e organograma dos Campi e Reitoria do Instituto, apostilamento de lotação, capacitação da equipe técnica de TI pela UFRN, configuração do ambiente de desenvolvimento, importação da fita espelho do SIAPE, repactuação do termo de cooperação e sensibilização da comunidade interna. Tais ações visam conferir condições para as implantações dos módulos do sistema no ano de 2016. Cumpre frisar que este projeto é uns dos projetos do Portfólio de Projetos do Planejamento Estratégico Institucional e possui

		aderência total com o objetivo estratégico Promover a Uniformização e eficiência das atividades de trabalho.
Desenvolvimento do Sistema Gerador de Documentos.	De Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015	Projeto cujo objetivo foi desenvolver uma ferramenta de geração de documentos oficiais, portarias, memorandos, ofícios, despachos, etc, de modo on-line com a possibilidade de serem assinados digitalmente com certificados digitais que pudessem ser indexados para consulta e publicidade para toda sociedade. Em princípio esse projeto não consta do planejamento estratégico institucional, mas possui aderência com o tema estratégico Comunicação e Relacionamento. O projeto foi integralmente concluído em dezembro de 2015. O projeto não necessitou de investimentos adicionais que não fossem a própria força de trabalho de TI do Ifes.
Implantação do Portal Institucional	De Janeiro de 2014 a Março de 2016	Projeto cujo objetivo foi o desenvolvimento dos portais institucionais dos Campi, Pró-Reitorias e Reitoria do Instituto. O orçamento previsto para o projeto foi de R\$ 58000,00. Até dezembro de 2015 foram executados R\$ 31.900,00 a título das etapas concluídas pela contratada.
Atualização do Sistema Acadêmico	De Janeiro de 2015 a Janeiro de 2016	Projeto cujo objetivo foi atualizar o Sistema Acadêmico em uso no Instituto e manter contrato de suporte técnico especializado mensal para os Campi e Reitoria com a possibilidade de esclarecimento de dúvidas, correção de problemas emergenciais, criação de relatórios, treinamentos, análise e correção de dados e aplicação de correções e evoluções do sistema. O projeto foi orçado em R\$ 250.000,00 e foi integralmente executado no período de 1 ano, a contar da data de assinatura do contrato com o fornecedor.

Por fim, como ação para mitigar dependências tecnológicas de fornecedores, o Instituto tem buscado fazer uso de ativos de TI em que se possa ter acesso à tecnologia empregada e que a mesma seja possível de ser incorporada pela equipe técnica de TI. Como exemplo pode-se relacionar a adoção do Sistema Integrado de Gestão da UFRN e a utilização de *software* livre em serviços de TI estruturantes.

7.4 - Gestão ambiental e sustentabilidade

7.4.1 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

- Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

Foi estabelecida comissão de sustentabilidade através da portaria nº 2.176 de 2012.

- Foram tomadas medidas quanto:

- Configuração do sistema de gestão de impressões visando mensurar e avaliar a quantidade de cópias a serem impressas pelos servidores do campus, prezando pela economia na utilização de tinta e papel;

- Sensibilização dos docentes quanto à economia de energia na utilização de ar-condicionado, computadores e lâmpadas, nas salas dos professores;

- Afixação de adesivos do programa IFES MAIS SUSTENTÁVEL em locais estratégicos das instalações do campus, como: adesivos nos computadores da sala dos professores com informações sobre consumo sustentável; adesivos em locais onde ficam interruptores e próximos ao ar condicionado, para que sejam desligados os aparelhos quando ausência de servidores no local; adesivos em pias e descargas de banheiros, alertando quanto ao consumo sustentável de nossa água.

- A Unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?
R: Não.
- Ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?
R: Não.
- As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente?
R: Não.
- A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?
R: Não.
- Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

R: Apesar do estabelecimento de comissão, há a necessidade de tomada de providências práticas quanto ao tema, observados os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012.

8 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLES

8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Quadro 44: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.957/2012-0.	1544/2013 - Plenário			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Espírito santo				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) que, no prazo de 90 (noventa) dias: 9.1.1. adote providências com vistas ao levantamento do montante indevidamente recebido a título de dedicação exclusiva pelos docentes indicados no subitem 2.1 do relatório de auditoria da Secex/ES, assegurando-se aos mesmos o direito do contraditório e da ampla defesa, objetivando a imediata				

- Afixação de adesivos do programa IFES MAIS SUSTENTÁVEL em locais estratégicos das instalações do campus, como: adesivos nos computadores da sala dos professores com informações sobre consumo sustentável; adesivos em locais onde ficam interruptores e próximos ao ar condicionado, para que sejam desligados os aparelhos quando ausência de servidores no local; adesivos em pias e descargas de banheiros, alertando quanto ao consumo sustentável de nossa água.

- A Unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?
R: Não.
- Ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?
R: Não.
- As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente?
R: Não.
- A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?
R: Não.
- Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

R: Apesar do estabelecimento de comissão, há a necessidade de tomada de providências práticas quanto ao tema, observados os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012.

8 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLES

8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

8.1.1 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Quadro 44: Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
013.957/2012-0.	1544/2013 - Plenário			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Espírito santo				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) que, no prazo de 90 (noventa) dias: 9.1.1. adote providências com vistas ao levantamento do montante indevidamente recebido a título de dedicação exclusiva pelos docentes indicados no subitem 2.1 do relatório de auditoria da Secex/ES, assegurando-se aos mesmos o direito do contraditório e da ampla defesa, objetivando a imediata				

reposição aos cofres públicos, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90 e alterações posteriores;

9.1.2. adote providências no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei 8.112, de 1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas de cargos especificadas no item 2.2.9 (parte inicial) do relatório de auditoria da Secex/ES;

9.1.3. adote providências com vistas a prosseguir, de forma mais detalhada, com as apurações já iniciadas pela instituição, quanto à compatibilidade de horários dos cargos acumulados pelos servidores especificados no subitem 2.2.9 (parte final) do relatório de auditoria da Secex/ES, observando-se, na oportunidade, se cabível, a aplicação do art. 133 da Lei n.º 8.112/90, e verificando, ainda, nos períodos de acumulações considerados irregulares, se houve, no âmbito da instituição, o cumprimento integral da jornada de trabalho por parte dos mesmos, de modo a proceder ao devido ressarcimento, nos termos do art. 46 da referida lei e alterações posteriores, na hipótese de comprovada a não contraprestação de serviços;

9.1.4. adote providências com vistas a prosseguir, de forma mais detalhada, com a verificação da compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos vínculos acumulados pelos servidores relacionados no subitem 2.3 do relatório de auditoria da Secex/ES, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, se for o caso, o previsto no art. 143 da Lei n.º 8.112/1990, e promovendo a reposição ao erário dos valores pagos indevidamente, na forma do art. 46 da referida lei e suas alterações posteriores, na hipótese de comprovada a não contraprestação de serviços;

9.1.5. na hipótese de se concluir pela licitude das acumulações especificadas nos subitens 9.1.3 e 9.1.4. acima, fundamente devidamente a decisão, anexando aos respectivos processos a documentação comprobatória e indicando expressamente o responsável pela medida adotada;

9.1.6. encaminhe, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, relatório consolidado à Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo, comunicando as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação acima expedida;

9.2. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), nos termos do disposto no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que estabeleça rotina periódica de verificação com vistas a evitar situações semelhantes de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O referido processo já foi finalizado pela comissão de PAD, porém, quando do encaminhamento à Procuradoria Federal junto ao Ifes, os procuradores identificaram algumas inconsistências materiais devido ao grande número de servidores em um único procedimento. Considerando tal situação, o processo teve que ser reencaminhado para a comissão para promover os ajustes necessários. Logo que o processo retorne, será novamente encaminhado para a Procuradoria junto ao Ifes para emissão de parecer e posteriormente a autoridade julgadora emitirá sua decisão.

8.1.2 - Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O Órgão de Controle Interno no decorrer dos anos de 2009 a 2014 fez muitas recomendações referentes a área de pessoal, que aos poucos vem sendo regularizadas. No ano de 2015 foram emitidos três relatórios e destes há somente duas recomendações na área de gestão operacional.

As recomendações que provocaram mais impacto na gestão dos exercícios anteriores foram as que demandam ressarcimento ao erário e apuração de responsabilidades pela quantidade de constatações que levaram ao OCI recomendar tais procedimentos.

As recomendações emanadas do Órgão de Controle Interno estão reunidas no Ofício n.º 25.007/2015 – CGU-Regional/ES/CGU-PR e fazem parte do Plano de Providências Permanente.

Quadro 45: recomendações emitidas pela CGU

RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELA CGU
(Ofício n.º 25.007/2015 – CGU-REGIONAL/ES/CGU-PR)

Relatórios nº 201407331 – 201313216 – 201305863 – 201207607 - 201108770

RECOMENDAÇÃO

Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados de matr. SIAPE nº 1369603, 270282, 270362, 270604, 270686, 1100890, 1105103, 1295043, 1474974, 2554297, 270024, 270498, 270501, 1584590, 24780, 270453, 270635 e 270016, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.

Regularizar os pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores do IFES por meio da emissão de novos laudos periciais que obedeçam aos requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 97.458/1989 e pela Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010.

Abster-se de realizar pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores de matr. SIAPE nº 1369603, 270282, 270362, 270604, 270686, 1100890, 1105103, 1295043, 1474974, 2554297, 270024, 270498, 270501, 1584590, 24780, 270453, 270635 e 270016, haja vista a inexistência de laudos periciais que comprovem que esses interessados estão expostos de forma permanente ou habitual a ambientes ou atividades insalubres ou perigosas, o que contraria os artigos 2º, inciso I, e 6º do Decreto nº 97.458/1989 e os artigos 5º e 10 da Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010.

Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados de matr. SIAPE nº 1011067, nº 0270483, nº 0270479, nº 0362600, nº 0266773, nº 1012222, nº 0049264, nº 0397487, nº 0286580, nº 0269981, nº 0270034, nº 0270113, nº 0270572, nº 0270021 e nº 0269990, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observando a prescrição quinquenal prevista no Decreto nº 20.910/1932, quando for o caso.

Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados de matr. SIAPE nº 1171397 e nº 0270026, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observando a prescrição quinquenal estabelecida pelo Decreto nº 20.910/1932, quando necessário.

Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observando a prescrição quinquenal estabelecida pelo Decreto nº 20.910/1932, quando necessário.

Apurar a responsabilidade pelo descumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 3.383/2012 - Plenário.

Contatar, formalmente, a Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego no Estado do Espírito Santo - SRTE/ES, com a Gerência Executiva do INSS em Vitória e com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo visando obter uma forma mais racional e econômica para o cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 2.493/2008 - Plenário.

Implementar novos controles, ou fortalecer os controles já existentes, visando confirmar o registro no sistema SIAPE de quaisquer modificações cadastrais decorrentes de atos administrativos publicados após o cadastramento inicial de servidores, aposentados e pensionistas, em especial, atos de alteração de fundamento legal de aposentadoria e de pensão civil e atos de exoneração, demissão e de rescisão de contrato de trabalho.

Adotar providências a fim de que o Inventário de Bens Patrimoniais da Entidade esteja concluído até o encerramento do respectivo exercício, em observância ao disposto no item 2.3.1.2. do Acórdão n.º 2.287/2004 - TCU - Plenário.

Recomenda-se ao IFES designar equipe, preferencialmente centralizada na reitoria, devido à proximidade com a coordenação, com objetivo de acompanhamento sistemático e periódico dos servidores que eventualmente acumulam irregularmente cargos públicos.

Regularizar a situação da obra de construção de pista de atletismo e arquibancadas, junto à Prefeitura Municipal de Colatina.

Apurar os casos de acumulação irregular de cargos públicos e de descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva e da jornada de trabalho do cargo efetivo identificados no cruzamento dos bancos de dados do SIAPE de agosto/2012 e da Relação Anual de Informações Sociais do exercício de 2011, por meio de procedimento administrativo no qual sejam assegurados aos interessados a ampla defesa e o contraditório. Nos casos em que forem confirmados o descumprimento

Implementar o ressarcimento ao Erário dos acréscimos remuneratórios recebidos pelos professores a título de exercício de cargo em regime de Dedicção Exclusiva, de modo a enquadrar as suas remunerações ao caso especial de regime de tempo integral de quarenta horas semanais, nos períodos em que forem comprovados o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, em obediência à reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.864/2005 - Primeira Câmara (Relação 63/2005 - 1ª Câmara), itens 1.10 e 1.11.

<p>Implementar o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, dos acréscimos de remuneração indevidamente recebidos pelos professores submetidos ao regime de dedicação exclusiva, nos casos em que o descumprimento desse regime de trabalho for confirmado por meio de procedimento administrativo.</p>
<p>Promover a devida correção dos enquadramentos e/ou das progressões funcionais dos interessados identificados nesta constatação, em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 3.383/2012-Plenário.</p>
<p>Suspender, até que sejam apresentados os diplomas de mestrado e de doutorado, devidamente registrados no órgão competente ou reconhecidos por instituição de ensino pública brasileira, conforme o caso, o pagamento do incentivo à qualificação aos servidores de matr. SIAPE nº 1090040, nº 1669623, nº 1589819, nº 1136689, nº 49329, nº 1089575, nº 1063352, nº 1026668, nº 1026658, nº 270329 e nº 270086, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão do prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Rever, anular ou alterar quaisquer normas internas que autorizem a concessão de vantagens estatutárias em desacordo com o artigo 48 da Lei nº 9.394/1996 ou com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 3.150/2010 - Plenário, item 9.5.7, em especial as Resoluções do Conselho Superior do IFES nº 01/2010 e nº 18/2013.</p>
<p>Providenciar a inclusão da data de rescisão do contrato de trabalho da professora substituta de matr. nº 1211355 no cadastro do sistema SIAPE.</p>
<p>Corrigir os fundamentos legais das aposentadorias dos interessados de matr. nº 0049314, nº 1163485, nº 0049284, nº 0052589 e nº 0270188, constantes do cadastro SIAPE, de forma a fazer constar, com o detalhamento necessário, todas as normas legais que fundamentaram o ato de concessão de aposentadoria desses aposentados e instituidores de pensão.</p>
<p>Providenciar a inclusão de todos os procedimentos disciplinares instaurados pelo IFES no sistema CGU-PAD.</p>
<p>Corrigir o pagamento das pensões dos instituidores identificados, após a comunicação desta constatação aos pensionistas desses instituidores e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Comunicar formalmente, de imediato, caso ainda não o tenha realizado, todos os interessados acerca da presente constatação, visando suspender o prazo prescricional previsto no Decreto nº 20.910/1932, bem como visando tornar efetivas posteriores determinações do Tribunal de Contas da União para a correção das irregularidades de pagamento identificadas.</p>
<p>Providenciar a exclusão dos pagamentos das vantagens decorrentes de sentenças judiciais relativas a planos econômicos das fichas financeiras dos interessados de matr. SIAPE nº 1011067, nº 0270483, nº 0270479, nº 0362600, nº 0266773 e nº 1012222, nos termos do Ofício-circular nº 14/2007, da SRH/MP, e do Acórdão TCU nº 2.161/2005 - Plenário, preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Providenciar a exclusão dos pagamentos das vantagens decorrentes de sentenças judiciais relativas a progressões funcionais ou a "horas-extras de natureza trabalhista" das fichas financeiras dos interessados de matr. SIAPE nº 0049264, nº 0397487 e nº 0286580, preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Providenciar a exclusão dos pagamentos das vantagens decorrentes de sentença judicial relativa à Gratificação de Incentivo à Docência das fichas financeiras dos interessados de matr. SIAPE nº 0269981, nº 0270034, nº 0270113 e nº 0270572, preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Providenciar a exclusão dos pagamentos das vantagens decorrentes de sentença judicial relativa à contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS das fichas financeiras dos interessados de matr. SIAPE nº 0270021 e nº 0269990, preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Excluir a VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 da ficha financeira da interessada de matr. SIAPE nº 0270026, por contrariar orientação da SRH/MP contida no Parecer/MP/CONJUR/PFF/Nº 516-3.13/2008, após a comunicação desta constatação ao interessado e a concessão de prazo para que ele exerça seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Providenciar o imediato encaminhamento dos processos de admissão e de alteração de fundamento legal da aposentadoria dos interessados de matr. SIAPE nº 1864153, nº 0270026, nº 0270136 e nº 0362600 à CGU-Regional/ES para análise dos respectivos atos de admissão/concessão.</p>
<p>Providenciar o imediato encaminhamento do processo de pensão civil do interessado de matrícula SIAPE nº 0270311. Incluir no despacho de encaminhamento, quando for o caso, as justificativas para a ausência de cumprimento de eventuais solicitações contidas nas diligências emitidas pela CGU-Regional/ES.</p>

<p>Estabelecer um prazo máximo para que os servidores de matr. SIAPE nº 0054845, 2512463 e 1547832 apresentem os respectivos diplomas de curso de pós-graduação, devidamente registrados, que amparem os atuais valores da Retribuição por Titulação - RT por eles recebidos. Ao término desse prazo, suspender os pagamentos da parcela da RT relativa à titulação não comprovada pelos servidores, bem como providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.</p>
<p>Solicitar dos servidores de matr. SIAPE nº 0050106, 0050077, 0696986, 2219112, 0270485 e 0270024, o reconhecimento e o registro, por instituições brasileiras de ensino, do curso de pós-graduação concluído em universidades estrangeiras, sob pena de suspensão dos pagamentos das parcelas da RT relativas às titulações não comprovada pelos servidores, bem como devolução ao erário dos valores pagos indevidamente, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal.</p>
<p>Providenciar a inclusão no Sistema CGU-PAD dos procedimentos disciplinares instaurados ainda pendentes de inserção.</p>
<p>Providenciar nos moldes e limites da legislação vigente recursos humanos e tecnológico para pleno atendimento das obrigações institucionais deste Instituto no que tange a utilização do Sistema CGU-PAD.</p>
<p>Providenciar uma forma de acessibilidade ao segundo pavimento do bloco B do Campus Piúma, seja por construção de rampa com corrimãos ou colocação de elevador, observando o projeto de norma ABNT NBR 9050.</p>
<p>Providenciar a acessibilidade aos prédios e blocos compreendidos no levantamento realizado na recomendação anterior.</p>
<p>Realizar levantamento dos prédios e blocos do Ifes que ainda não estejam acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.</p>
<p>Aplicar as penalidades devidas contra a empresa AMF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, tendo em vista os problemas deixados quando da construção dos prédios acadêmicos e administrativo do Campus Vila Velha (processo 23046.0076492008-96).</p>
<p>Rever a organização estabelecida no Regulamento Interno da Unidade de Auditoria Interna até 31/07/2015.</p>
<p>Ampliar o quadro de auditores da Unidade de Auditoria Interna.</p>
<p>Providenciar a avaliação dos imóveis dos Campi Aracruz e Cariacica.</p>
<p>Apresentar, no prazo de 90 dias, proposta de aproveitamento da carga horária docente para o exercício das atividades acadêmicas do Instituto, de forma a cumprir a meta estabelecida no Termo TAM.</p>
<p>Excluir o pagamento da vantagem prevista no artigo 2º da Lei nº 8.911/1994 da ficha financeira dos interessados identificados nesta constatação, em consonância com as orientações do órgão central do SIPEC contidas na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 1/2014, após a comunicação desta constatação aos interessados, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório.</p>
<p>Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos docentes identificados nesta constatação, em decorrência do descumprimento do regime de dedicação exclusiva, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, após a comunicação desta constatação aos interessados, em obediência às determinações do Tribunal de Contas da União contida no item 9.3 do Acórdão nº 2.678/2007 - Plenário e no Acórdão nº 3.044/2010 - Plenário.</p>
<p>Corrigir os valores das pensões dos instituidores de matr. SIAPE nºs 0270211, 0052619, 0270154, 0270216, 0270261, 0270311, 0270208, 1466919, 0270288 e 0050059, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados nesta constatação, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>
<p>Instaurar procedimentos administrativos visando apurar as responsabilidades dos gestores de pessoal que se recusarem, de forma imotivada, a corrigir os pagamentos das pensões dos instituidores identificados nesta constatação.</p>
<p>Providenciar o encaminhamento dos processos de concessão dos interessados identificados nesta constatação à CGU-Regional/ES. Em cada processo, incluir no despacho de encaminhamento, quando for o caso, as justificativas para a ausência de cumprimento de eventuais solicitações contidas nas diligências emitidas pela CGU-Regional/ES.</p>
<p>Revisar as averbações de tempo de aluno-aprendiz dos servidores identificados nesta constatação, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, com o objetivo de confirmar a existência de documentos que comprovem o recebimento de remuneração pelos então estudantes com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola, em</p>

consonância com a pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.024/2005 - Plenário, e com orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Informativa nº 569/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.

Providenciar a exclusão da averbação do tempo de aluno-aprendiz do sistema SIAPE, bem como revisar a concessão de vantagens estatutárias decorrentes dessa averbação irregular, em especial do adicional de tempo de serviço e do abono de permanência, nos casos em que não for confirmada a existência de documentos que comprovem as remunerações dos então estudantes com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola. Nesses casos, providenciar, também, a restituição ao erário de eventuais pagamentos indevidos recebidos pelos interessados em decorrência dessas averbações irregulares de tempo de aluno-aprendiz.

Providenciar a exclusão da averbação do tempo de aluno-aprendiz do sistema SIAPE, bem como revisar a concessão de vantagens estatutárias decorrentes dessa averbação irregular, em especial do adicional de tempo de serviço e do abono de permanência, nos casos em que não for confirmada a existência de documentos que comprovem as remunerações dos então estudantes com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola. Nesses casos, providenciar, também, a restituição ao erário de eventuais pagamentos indevidos recebidos pelos interessados em decorrência dessas averbações irregulares de tempo de aluno-aprendiz.

Revisar as averbações de tempo de aluno-aprendiz nos casos em que for confirmada a existência de documentos que comprovem as remunerações dos então estudantes com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola, com o objetivo excluir as averbações dos períodos de férias escolares e de adequar as certidões de tempo aos requisitos exigidos pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.024/2005 - Plenário, e pelas orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Informativa nº 569/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, em especial o detalhamento das remunerações recebidas pelo então estudante com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola.

Adequar o formulário de certidão de tempo de aluno-aprendiz utilizados no Instituto à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.024/2005 - Plenário, e às orientações do órgão central do SIPEC contidas na Nota Informativa nº 569/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP, com o objetivo de possibilitar o detalhamento das remunerações mensais recebidas pelo então estudante com a execução de encomendas recebidas de terceiros pela escola.

Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados, após a prévia comunicação desta constatação e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990. Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados, após a prévia comunicação desta constatação e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

Revisar as alterações de pagamento implementadas nas fichas financeiras dos aposentados e dos pensionistas dos instituidores identificados, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório. Aos interessados deverá ser concedido o direito de opção entre dois possíveis regimes jurídicos de remuneração/proventos: _x000D_

(a) o regime jurídico adquirido por força das sentenças judiciais exaradas nos processos judiciais relativos às Funções Comissionadas - FC instituídas pela Portaria MEC nº 474/1987, à Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF e ao teto constitucional: nesse regime jurídico, os interessados têm direito a receber, conforme o caso, o valor integral das FC constantes das tabelas do sistema SIAPE, acrescido dos valores da GADF e do adicional por tempo de serviço, bem como à devolução dos valores que porventura ultrapassem o teto constitucional, nos termos das sentenças judiciais exaradas nos processos identificados nesta constatação; _x000D_

(b) o regime jurídico das Leis nº 8.112/1990 e nº 8.911/1994, nos termos e limites definidos pelo órgão central do SIPEC: nesta situação, os interessados poderão optar pela remuneração dos respectivos cargos efetivos, acrescida do adicional por tempo de serviço, bem como, conforme o caso, da VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 e da vantagem prevista no artigo 2º da Lei nº 8.911/1994 ("opção de função"), ambas com valores do Cargo de Direção - CD. Ressalta-se, por oportuno, que a concessão da vantagem denominada "opção de função" deverá obedecer às regras definidas pelo órgão central do SIPEC por meio da Orientação Normativa SEGEP nº 1/2014. Além disso, todas as vantagens/rubricas SIAPE decorrentes das ações judiciais relativas às Funções Comissionadas - FC instituídas pela Portaria MEC nº 474/1987, à Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função - GADF e ao teto constitucional deverão ser excluídas das fichas financeiras dos interessados.

Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, observando o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

Excluir a VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 da ficha financeira do interessado de matr. SIAPE nº 0270026, por contrariar a orientação do órgão central do SIPEC contida no Parecer/MP/CONJUR/PFF/Nº 516-3.13/2008, após a comunicação desta constatação ao interessado e a concessão de prazo para que ele exerça seu direito

<p>à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Corrigir os pagamentos do adicional por tempo de serviço aos interessados identificados nesta constatação, por contrariar a orientação do órgão central do SIPEC contida no Parecer/MP/CONJUR/PFF/Nº 516-3.13/2008, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Cancelar o ato de concessão da pensão do instituidor de matr. SIAPE nº 0270633 ao beneficiário de pensão de matr. SIAPE nº 05803918, por contrariar reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos nº 2.864/2012 - 1ª Câmara e nº 305/2007 - Plenário, e orientações do órgão central do SIPEC contidas na Orientação Normativa nº 7/2013, após a comunicação desta constatação ao interessado e a concessão de prazo para que ele exerça seu direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>
<p>Corrigir os pagamentos das vantagens decorrentes das ações judiciais identificadas, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Ressarcir ao erário os valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação, observando o princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>
<p>Instaurar procedimento administrativo visando apurar as responsabilidades dos gestores de pessoal pelo descumprimento, de forma imotivada, das recomendações da CGU-Regional/ES para a correção desta constatação, o que configura descumprimento dos deveres funcionais previstos no artigo 143 da Lei nº 8.112/1990 e no artigo 6º, incisos V e XI, da Portaria SAF nº 978/1996.</p>
<p>Solicitar um pronunciamento do Conselho Nacional de Educação acerca da aplicabilidade da data limite estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 2/2005 para o reconhecimento dos diplomas de mestrado oferecidos no Brasil até o exercício de 2003 pelo Instituto Superior Pedagógico para a Educação Técnica e Profissional "Héctor Alfredo Pineda Zaldívar" de Cuba. Se a decadência for confirmada, providenciar a correção das progressões e das concessões de vantagens estatutárias aos servidores identificados nesta constatação, bem como o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, após a comunicação desta constatação aos interessados e a concessão do prazo para que eles exercitem o direito à ampla defesa e ao contraditório.</p>
<p>Obter, dos servidores identificados nesta constatação, os respectivos diplomas de mestrado e/ou de doutorado, conforme o caso, devidamente registrados no órgão competente, visando ratificar o direito desses interessados às progressões e às vantagens estatutárias concedidas com fundamento tão-somente em atas de dissertação de mestrado ou doutorado, em certidões ou em declarações, haja vista contrariar o artigo 48 da Lei nº 9.394/1996 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 3.150/2010 - Plenário. Nesse trabalho de revisão da legalidade dos atos de concessão de progressões funcionais e de vantagens estatutárias, excepcionalmente, com fundamento no artigo 53, inciso VI, da Lei nº 9.394/1996, temporariamente, aceita-se a apresentação pelo servidor de certidão emitida por autoridade competente de instituição de ensino brasileira que confira grau equivalente ao título de pós-graduação "stricto sensu" de curso de mestrado e de doutorado que tenha sido autorizado/reconhecido por órgão competente do Ministério da Educação. Nos casos em que esses documentos não forem apresentados até 30/09/2014, providenciar a correção das progressões e das vantagens estatutárias concedidas, bem como o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, obedecendo ao princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>
<p>Obter, dos servidores identificados nesta constatação, a comprovação de reconhecimento/revalidação dos diplomas emitidos por universidades estrangeiras por instituições de ensino brasileiras, visando ratificar o direito desses interessados às progressões e às vantagens estatutárias concedidas com fundamento tão-somente em declarações ou diplomas sem validade no território nacional. Nesse trabalho de revisão, excepcionalmente e de forma temporária, aceita-se a apresentação pelo servidor de declaração que comprove a formalização de procedimento administrativo de reconhecimento/revalidação do diploma estrangeiro junto a instituição de ensino brasileira. Nos casos em que esses documentos não forem apresentados até 30/09/2014 e desde que não haja sentença judicial em contrário, exarada no processo nº 0003582-57.2014.4.02.5001, do TRF/2ª Região, providenciar a correção das progressões funcionais e/ou dos pagamentos das vantagens estatutárias em questão, conforme o caso, bem como o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, obedecendo ao princípio da ampla defesa e do contraditório, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>
<p>Revisar todas as autorizações de redução de jornada de 30 horas concedidas a servidores do PCCTAE com fundamento na Resolução do Conselho Superior nº 26/2010, com o objetivo de ratificar a ocorrência das situações excepcionais previstas no artigo 3º do Decreto nº 1.590/1995, que deverão ser documentadas para posterior análise</p>

pelos órgãos de controle.
Atender a determinação do TCU constante do item 9.3.2 do Acórdão 5.199/2013-2ª Câmara.
Superfaturamento em Aquisição de Telescópio - Que a Unidade adote medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores superfaturados.
Concluir os procedimentos referentes ao processo 23147.001530/2013-39, a fim de atender às determinações do TCU, constantes do Acórdão 1.544/2013 Plenário.
Aplicar as penalidades devidas contra a empresa AMF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, tendo em vista os problemas deixados quando da construção dos prédios acadêmicos e administrativo do campus Vila Velha (processo 23046.0076492008-96.
Providenciar a apuração de responsabilidade pelo atesto de prestação de serviços e pagamento de despesas, sem a observância do disposto no Anexo IV da IN/SLTI 02/2008.
Providenciar a apuração de responsabilidade pelo atesto de prestação de serviços e pagamento de despesas, sem a observância do disposto no Anexo IV da IN/SLTI 02/2008.

As justificativas do gestor estão sendo avaliadas pelo Órgão de Controle Interno através do Sistema Monitor.

8.2 - Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

As apurações de ilícitos cometidos por colaboradores desta instituição dá-se a partir do conhecimento do fato pelo Dirigente Máximo, qual seja, Reitor.

Após conhecimento, análise dos elementos é tomada a decisão, a saber:

Em alguns casos encaminha-se os elementos ao interessado ou ao campus para se manifestar e após outra análise verifica-se a necessidade de apuração. Podendo ser Sindicância ou PAD. Sendo assim, designa uma Comissão, esta trabalhará afim de apurar todos os indícios e irregularidades. Ao final do Relatório da Comissão, o processo é encaminhado à Procuradoria para Parecer e por fim a Decisão do Reitor (após o interessado pode pedir Reconsiderações).

Os processos administrativos estão sendo inseridos no sistema CGU-PAD.

8.3 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Do Levantamento realizado nos contratos da Reitoria do Ifes, firmados após a vigência da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 nos segmentos de Tecnologia da Informação e Serviços de obra não há registros de empresas beneficiadas pela desoneração, exceto os que seguem informados no quadro abaixo:

MESTRA ENGENHARIA LTDA	02.368.782/0001-41	39/2014	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE INFRA ESTRUTURA BÁSICA DO CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	12 MESES	R\$ 12.366.026,25
---------------------------	--------------------	---------	--	----------	-------------------

Informamos ainda que não houve revisão dos Contratos informados acima pois os mesmos foram já foram licitados com a previsão da desoneração e a economia obtida se mantém nas apresentações das faturas atestadas pelos gestores e fiscais de contratos.

No campus Vitória foi identificado que no Contrato 15/2012 firmado entre o Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vitória e a empresa Cuco Comercial Participações e Projeto

Ltda, CNPJ 32.468.498/0001-08, a partir da 9ª medição a empresa usufruiu do benefício da Lei 12.546/2011, utilizando-se da desoneração da folha. Dessa forma, informamos que medidas administrativas serão tomadas para revisão do contrato e dos valores pagos.

No campus Vila Velha, foi identificado apenas um contrato enquadrado na desoneração da folha de pagamento. Este já foi iniciado com o benefício da desoneração da folha de pagamento (em modalidade RDC). Vale ressaltar que, por se tratar de RDC, não constava INSS como item de composição de custo nas propostas apresentadas, motivo pelo qual não houve a revisão do mesmo.

- N° do Contrato: 12/2014
- Nome: Lastro Construtora e Incorporadora Ltda ME
- CNPJ: 07.892.954/0001-03
- Objeto: Elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução das obras de construção do segundo bloco acadêmico; edificações para serviços de manutenção e limpeza; e urbanização do Ifes Campus Vila Velha – ES
- Vigência do Contrato: 02/12/2014 a 01/05/2017
- Valor do Contrato: R\$ 8.865.000,00

No Campus Serra, do levantamento realizado nos contratos firmados após a vigência da Lei 12.546/2011 e Decreto 7.828/2012 nos segmentos de Tecnologia da Informação e Serviços de Obras havia um registro de empresa beneficiada pela desoneração da folha de pagamento, conforme dados abaixo:

- Empresa: DIGIEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP
- CNPJ: 00.814.584/0001-39
- Contrato: 01/2014.
- Valor Inicial Adjudicado: R\$ 3.772.504,71

A contratação de empresa de engenharia especializada para a construção do Bloco de laboratórios e Salas de Aula do Ifes Campus Serra, conforme detalhamentos constantes no Edital de Concorrência n° 01/2013. Informamos que foi efetuada em 24/07/2015 a desoneração da folha de pagamento através do 1º termo apostilamento ao contrato 01/2014, passando a vigorar o novo valor total de R\$ 3.636.687,67. Desta forma, a redução do contrato n°. 01/2014, devido a desoneração, foi de R\$ 135.817,04.

8.4 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Não se aplica.

9 - ANEXOS

9.1 - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

R = A conformidade contábil de unidade gestora é feita pelo Contador responsável de cada 19 campus (Unidades Gestoras), o sistema SIAFI web, possui ferramenta que ajuda o contador analisar as restrições nos demonstrativos auditor: consulta equação auditor, consulta desequilíbrio auditor e consulta demonstrações contábeis. Sendo que conformidade do órgão 26406 é feita pela reitoria UG: